

Universidade Federal do Espírito Santo
Programa de Pós – Graduação em Psicologia
Mestrado em Psicologia

O atendimento a envolvidos em violência: concepções de psicólogos sobre gênero e violência conjugal.

Danielle Cristina de Oliveira

**Vitória
2005**

Danielle Cristina de Oliveira

O atendimento a envolvidos em violência: concepções de psicólogos sobre gênero e violência conjugal.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Psicologia, sob orientação do Professor Dr. Lídio de Souza.

**Vitória
2005**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

O48a Oliveira, Danielle Cristina de, 1978-
O atendimento a envolvidos em violência : concepções de psicólogos sobre gênero e violência conjugal / Danielle Cristina de Oliveira. – 2005. 141 f.

Orientador: Lídio de Souza.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Violência conjugal. 2. Relações de gênero. 3. Psicologia social. I. Souza, Lídio de. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9

O atendimento a envolvidos em violência: concepções de psicólogos sobre gênero e violência conjugal.

Danielle Cristina de Oliveira

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Psicologia.

Aprovada em 22 de Julho de 2005, por:

Professor Dr. Lídio de Souza – Orientador, UFES.

Professora Dra. Maria Cristina Smith Menandro – UFES.

Professora Dra. Edinete Maria Rosa – UFES.

Dedico este trabalho:

À Ilma e Daniel, meus pais, pelo amor que me dedicam.

Ao Ildan e Valéria pelo apoio.

Ao Eric pelo companherismo e pela confiança.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia pelos conhecimentos, e ao orientador Professor Dr Lídio de Souza.

AGRADECIMENTOS

Aos familiares: Ilma, Daniel, Ildan, Valéria e Eric Menequini pela compreensão e pela torcida.

Aos professores: Dr Lídio de Souza, orientador, que com paciência e dedicação me estimulou a desenvolver outros olhares para a temática violência conjugal e para a docência em ensino superior; Dr Paulo Rogério Meira Menandro e Dr^a Cristina Menandro pela orientação em iniciação científica durante a graduação em Psicologia, momento de descoberta do prazer em pesquisar; Dr^a Zeidi Trindade pelas discussões sobre gênero nos debates produzidos no Núcleo Pesquisa em Saúde e Exclusão Social (NUPESE).

As professoras Dr^a. Maria Cristina Smith Menandro e Dr^a. Edinete Maria Rosa por suas contribuições durante a defesa dessa dissertação.

Às Instituições Públicas que participaram desse estudo e aos psicólogos entrevistados.

Ao Centro de Apoio às Vítimas de Violência de Vitória (CEAV) que têm se colocado à disposição para o desenvolvimento das pesquisas acadêmicas.

Aos amigos: Lúcia Helena Diniz, Cleilson Teobaldo dos Reis, Janine Esteves, Mônica Pereira S'antana, Christian Sade Vasconcelos.

Às Faculdades Integradas Padre Anchieta de Guarapari (FIPAG) e aos Programas Especiais e Saúde do Escolar (PESE) – Guarapari, gestão 2003/2005.

OLIVEIRA, D.C. O atendimento a envolvidos em violência: concepções de psicólogos sobre gênero e violência conjugal. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFES, Vitória, 2005.

RESUMO

O Movimento Feminista contribuiu para o debate público sobre gênero e violência conjugal. A violência conjugal foi discutida a partir da concepção dualista: homem - agressor *versus* mulher- vítima e entendida como violência contra mulher. A emergência de produções acadêmicas que analisavam a violência conjugal por enfoques teóricos que contestavam essa visão dualista possibilitou o entendimento do tema por meio dos múltiplos papéis de homens e mulheres numa relação afetiva violenta. O referencial relacional não ignora as produções culturais em torno do gênero e da etnia, que produzem diferenças de poder entre o casal, entretanto defende que a compreensão das violências entre cônjuges não pode ser reduzida a idéia de subalternidade feminina. Considerando esses contextos, o estudo investigou concepções de gênero e violência conjugal dos nove psicólogos que trabalhavam em programas públicos que atendem envolvidos em violência conjugal na Grande Vitória, por meio de entrevista semi – estruturada que abordou os seguintes temas: atendimento psicológico, gênero, conjugalidade e violência conjugal. As práticas psicológicas se caracterizaram por uma diversidade de atendimentos: atendimentos clínicos, a terapia de casal, as orientações psicológicas, os trabalhos de grupos e por trabalhos em parceria com outras especialidades principalmente o direito e o serviço social. Destacam-se os seguintes significados: gênero foi considerado uma relação de poder entre homens e mulheres, construída socialmente, ainda fortemente influenciada pelos papéis tradicionais homem - provedor e mulher-cuidadora. Em geral, a violência conjugal é entendida como um processo de opressão mediado por relação de poder desigual entre homens e mulheres, expresso por agressões físicas e psicológicas. Os psicólogos assumem portanto, uma postura pró-feminista, existindo basicamente dois estilos de ação. Uma parte desenvolve ações referenciadas aos princípios do movimento feminista, assumindo exclusivamente um papel de defesa da mulher violentada, esses entrevistados atendem predominantemente mulheres e demonstram em seus discursos influências marcantes de uma concepção dualista. A outra parcela de psicólogos também considera as assimetrias entre os gêneros, porém constrói as práticas psicológicas pela mediação de conflitos entre homens e mulheres, considerando claramente os custos das cobranças de gênero e as conseqüências da violência conjugal para homens e mulheres aproximando-se do referencial relacional.

Palavras-chave: Violência conjugal. Gênero. Relações Conjugais. Atendimento psicológico

OLIVEIRA, D. C. The assistance to violence involved subjects: conceptions of psychologists on gender and conjugal violence. Master's Thesis. Psychology Graduate Program of UFES, Vitória, 2005.

ABSTRACT

The Feminist Movement contributed to the public debate on gender and conjugal violence. Conjugal violence has been discussed from the dualist conception: man-aggressor versus woman-victim and understood as violence against women. The emergence of academic works which analyzed conjugal violence by theoretical approaches, and that contested this dualist view, made possible the understanding of the subject by means of the multiple roles of men and women in a violent affective relation. The relational referential does not ignore the cultural productions on gender and ethnicity, which produce differences of power within the couple, although defends that the comprehension of violence between partners cannot be reduced to the idea of feminine subalternity. Considering these contexts, this study investigated conceptions on gender and conjugal violence of the nine psychologists who worked in public programs that assist those involved in conjugal violence in Greater Vitória, ES, Brazil, by means of a semi-structured interview that covered the following themes: psychological assistance, gender, conjugality, and conjugal violence. The psychological practices were characterized by a diversity of assistances: clinical assistances, the couple's therapy, the psychological orientation, the groups therapy, and practices in cooperation with other specialties, mainly law and social service. The main meanings were highlighted: gender was considered a relation of power between men and women, socially constructed, still strongly influenced by the traditional roles of man – provider and woman – nurturer. In general, conjugal violence is understood as a process of oppression mediated by an unequal power between men and women, expressed by physical and psychological aggression. The psychologists assume, therefore, a pro-feminist posture, existing basically two styles of action. One part develops actions with reference to the principles of the feminist movement, assuming exclusively a role of defense of the battered women; these interviewees assist predominantly women and demonstrate in their speeches clear influences of the dualist conception. The other group of psychologists also consider the non-symmetries between genders, but constructs the psychological practices by the mediation of conflicts between men and women, clearly considering the costs of the gender charge and the consequences of conjugal violence for men and women approaching the relational referential.

Keywords: Conjugal violence. Gender. Conjugal relations. Psychological Assistance.

LISTA DE SIGLAS

AA – Alcoólicos Anônimos

AMUS - Associação de Mulheres Unidas da Serra

CEAV – Centro de Atendimento às Vítimas de Violência doméstica de Vitória

CPTT – Centro de Prevenção e Tratamento a Toxicomaníacos

COMMUS – Conselho Municipal dos direitos da Mulher Serrana

DEAMs – Delegacia Especializada no atendimento às mulheres

DSTs - Doenças Sexualmente Transmissíveis

IPF – Instituto Psiquiátrico Forense

JECrim – Juizado Especial Criminal

NAM – Núcleo de Atendimento à Mulher

NAPA – Núcleo de Atenção aos Apenados

ONGs – Organismos não governamentais

PAVIVIS – Programa de Atendimento às Vítimas de Violência

PROVITA – Programa de Assistência às Vítimas de Violência

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	10
2 CONCEPÇÕES DE GÊNERO	12
3 VIOLÊNCIA CONJUGAL E GÊNERO: AVANÇOS CONCEITUAIS	18
4 DISCUSSÕES SOBRE A PSICOLOGIA	29
5 VIOLÊNCIA CONJUGAL E POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESPÍRITO SANTO	42
5.1 NÚCLEO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AOS APENADOS (NAPA)	43
5.2 CENTRO DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DE VITÓRIA (CEAV)	44
5.3 CENTRO INTEGRADO DE CIDADANIA DE VITÓRIA - NÚCLEO DE ATENDIMENTO INTRAFAMILIAR	45
5.4 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL (PAVIVIS).....	47
5.5 CASA ABRIGO DE VILA VELHA - ES.....	48
5.6 SOS MULHER DE VILA VELHA.....	49
6 OBJETIVOS	51
7 OBSERVAÇÕES SOBRE O MÉTODO	52
7.1 PARTICIPANTES.....	52
7.2 INSTRUMENTO	55
7.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	55
7.4 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS	56
7.5 AVALIAÇÃO ÉTICA DE RISCOS E BENEFÍCIOS	58
8 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	60
8.1 OBJETIVOS DOS PROGRAMAS	60
8.2 COMPOSIÇÃO DO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO	61
8.2.1 Temáticas discutidas pela psicologia	64
8.2.2 Características atribuídas aos usuários	66
8.2.3 Encaminhamentos	74
8.3 CONJUGALIDADE.....	76
8.4 GÊNERO	82
8.5 VIOLÊNCIA CONJUGAL.....	90
8.5.1 Estratégias de enfrentamento e a prevenção da violência conjugal	97
9 DISCUSSÃO	104
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
11 REFERÊNCIAS	132
APÊNDICE A - Roteiro de entrevista semi- estruturada	140
APÊNDICE B -Termo de consentimento para a participação em projeto de pesquisa	141
APÊNDICE C -Termo de consentimento para a participação em projeto de pesquisa	142

1 APRESENTAÇÃO

A violência conjugal passou a ser debatida publicamente no Brasil por meio das produções acadêmicas e da divulgação da mídia, a partir dos anos 70, por influência direta do Movimento Feminista no país.

A mobilização pública de mulheres nessa época possibilitou discussões sobre as desigualdades entre homens e mulheres na remuneração pelo mesmo trabalho, a necessidade de libertação do sexo feminino de alguns tabus que o definiam como subordinado à autoridade masculina e, principalmente, denunciou as diversas formas de violência cometidas contra as mulheres. O feminino foi representado pelas mulheres feministas como uma categoria mobilizadora, política e ativa.

A violência conjugal, caracterizada por agressões físicas e psicológicas que, por acontecerem prioritariamente em ambientes domiciliares, era considerada até então, como um problema privado do casal. A partir dos anos 80 a violência entre cônjuges passou a ser considerada uma questão social e de saúde pública, fundamentada em construções culturais históricas sobre gênero.

As mobilizações do movimento feminista contribuíram para o surgimento de estruturas de apoio destinadas às mulheres que enfrentavam situações de violência. A primeira Delegacia de Mulheres foi criada no município de São Paulo, em 1985, sendo neste mesmo ano inaugurada a Delegacia Especializada no Atendimento às Mulheres de Vitória/ ES (DEAM) (ALMEIDA, 1998; BARCELOS, 1998).

As feministas afirmavam, conforme explica Magalhães (2000), tendo como referência as idéias Carol Hage Man, que as expressões “violência no casal”, e “violência familiar”, naquele momento histórico, teriam um caráter técnico, reprodutor de uma lógica patriarcal já que não contemplavam as desigualdades de gênero. Em oposição ao tratamento generalista dado à questão, as mulheres lançaram a expressão “violência contra a mulher”.

Para Sorj e Monteiro (1984) e Heilborn (1996) a década de 80 no Brasil foi marcada por assassinatos de mulheres que ganharam visibilidade na mídia¹. A crueldade de maridos ou ex-cônjuges, que principalmente tentaram se “defender” sob a tese de “legítima defesa da honra”, estimulou a mobilização social em defesa

¹ O assassinato de Ângela Diniz por Doca Street ocorrido no Rio de Janeiro foi um dos casos de crime passionai mais famosos cobertos pela mídia, que documentou o processo judicial dando visibilidade à questão durante os anos 80.

das causas do movimento feminista. O slogan “quem ama não mata” foi apropriado pela mídia que adotou a expressão “violência contra a mulher”.

O movimento feminista na sociedade ocidental dos anos 60 era tanto um movimento social como uma crítica teórica (acadêmica) e representou um dos movimentos que politizou a discussão sobre a subjetividade, questionando a forma como somos formados e produzidos como sujeitos generificados, universalizados. Desenvolveu portanto, a mobilização social visando debater o sujeito a partir de questionamentos dos papéis sexuais, das divisões de classe e de valores como família e casamento. Ao mesmo tempo, os limites entre o público e o privado foram problematizados, justificando o slogan “o pessoal é político”, como nos mostra Hall (2003).

Ao denunciar as discriminações e subordinações vivenciadas pelas mulheres, tínhamos um discurso radical, que causava impacto justamente por ser incisivo em suas afirmações e reivindicações. Além do que, explica Chauí (1984), a solidariedade feminina só se concretizava no vitimismo.

Nesse cenário histórico, os diversos profissionais liberais, entre eles o psicólogo, ou melhor, as psicólogas, atuaram ativamente para a discussão pública da violência contra a mulher, produzindo artigos acadêmicos e/ ou participando dos debates promovidos pelos integrantes do SOS Mulher de São Paulo e por meio de plantões voluntários que eram realizados no programa (GREGORI, 1993).

A década de 90 caracterizou-se pela emergência de produções acadêmicas que analisavam a violência conjugal por enfoques teóricos que contestavam a visão dualista mulher vítima versus homem agressor. As relações conjugais violentas passaram a ser discutidas focalizando os diversos fatores que possibilitam o exercício de múltiplos papéis entre homens e mulheres numa relação afetiva violenta. Esse referencial relacional não ignora as produções culturais em torno do gênero e da etnia, que produzem diferenças de poder entre o casal, entretanto defende que a compreensão das violências entre cônjuges não pode ser reduzida a esses elementos culturais e nem à idéia de subalternidade feminina.

Por conseqüência, defender condições de igualdade para as mulheres, a partir da década de 90 e, principalmente na atualidade, não deve significar criar definições sobre o feminino e o masculino enraizados na condição de passividade e atividade, nessa ordem. Como esclarece Badinter (2003) é mais prudente nos

afastarmos dos discursos que defendem a idéia de que todas as mulheres são vítimas potenciais dos homens.

As questões levantadas e um quadro que evidencia um crescimento das denúncias de violência conjugal nos levaram a investigar como está configurada a prática psicológica nos programas que atendem envolvidos em violência conjugal, na região da Grande Vitória – Espírito Santo, procurando apontar os diversos fatores que caracterizam o exercício dessa atividade, assim como as dificuldades e apoios institucionais.

As concepções de gênero e violência conjugal dos psicólogos que atuam nesse programas foram analisadas, sendo investigado se essas concepções de gênero nas relações violentas estavam referenciadas à lógica dual já indicada: homem agressor, ativo e mulher vítima, passiva, ou se consistiam em uma visão relacional sobre violência conjugal.

Quanto às práticas psicológicas, havia a intenção de verificar a existência de propostas de intervenção para homens, pois existia o pressuposto que tais programas estavam direcionados ou recebiam com maior freqüência o público feminino.

Sobre os atendimentos prestados foi estudado se as atuações dos psicólogos se caracterizavam por um atendimento emergencial, curativo e/ou se tais programas construía mobilizações sociais visando o enfrentamento da problemática em parceria com diversos setores da sociedade civil.

Em princípio serão apresentadas as perspectivas teóricas de gênero que caracterizaram as construções acadêmicas sobre violência conjugal a partir da década de 70 no Brasil, muitas vezes discutida dentro da perspectiva de violência contra mulher. Serão apontadas novas tendências no estudo dos temas.

2 CONCEPÇÕES DE GÊNERO

O uso da categoria gênero em alguns trabalhos acadêmicos brasileiros possibilitou reflexões sobre a diferença entre masculino e feminino, rejeitando o determinismo biológico presente no uso de termos como “sexo” ou “diferença

sexual”. O principal interesse no uso do termo “gênero” foi enfatizar o aspecto relacional entre mulheres e homens, buscando destacar a dinâmica das relações sociais a partir dos contextos históricos e afirmar que as características biológicas não são definidoras de identidade sexual por si mesmas. (HEILBORN, 1996; OSTERNE, 2001)

Os estudos viabilizaram discutir como os papéis masculinos e femininos ganhavam significados ideológicos, servindo como instrumentos de produção de desigualdades políticas. O resgate histórico de papéis de gênero exige necessariamente refletir sobre as desigualdades simbólicas atribuídas a homens e mulheres e mostrar as mudanças em torno da questão, apontando as novas configurações de significados atribuídos à violência conjugal.

Ao abordar as recorrentes diferenças de poder entre homens e mulheres, Giffin (1994) afirma que as relações sexuais/de gênero são entendidas como um campo de luta estruturado, sendo a família vista como a principal instituição social organizadora das relações sexuais entre os gêneros. Nessa perspectiva, a principal identidade atribuída à mulher é a de mãe, sendo sua sexualidade direcionada para a reprodução de filhos legítimos. Ao homem é designado um “impulso biológico instintivo”, um papel sexual ativo incontável e natural, um ser dominador.

Teríamos, segundo a autora, enormes diferenças atribuídas à sexualidade de homens e mulheres que contribuíram para a manutenção da tradição de pensamento dualista na sociedade ocidental. Homens e mulheres passaram a ser caracterizados pela oposição: cultura/natureza, razão/emoção, sujeito/objeto, ativo/passivo, respectivamente, sendo as contradições decorrentes dessas oposições binárias ocultadas pela ideologia. A mulher, por exemplo, só ganhava o “status” de ativa ao ser colocada na posição de sedutora, tentadora de homens.

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a educação valorizava comportamentos de obediência aos mais velhos e às regras do grupo familiar, sendo o “gosto da liberdade” sentido apenas quando as moças desenvolviam o “prazer” em agradar, momento em que conseguiam receber elogios. Nesse sentido eram consideradas educadas e prendadas (BIASOLI-ALVES, 2000).

Ao gênero feminino, na cultura latina, é atribuída a responsabilidade pela “reputação” da família, retratando uma sociedade patriarcal. Portanto, são esperadas da mulher: lealdade, fidelidade e bondade, enquanto do homem exigem-se coragem e proteção. Além disso, a pesquisa de Vandelo e Cohen (2003) sobre

relacionamentos conjugais, com 623² estudantes universitários, aponta que o homem deve ser capaz de “garantir” que sua mulher tenha uma boa reputação para que sua família esteja resguardada por crenças socialmente valorizadas. Temos assim uma cultura centrada na valorização da honra masculina, repleta de noções machistas que acabam contribuindo para a tolerância da violência de homens contra mulheres. As mulheres que suportam a violência em nome dos filhos, são vistas como mulheres que se sacrificam em nome da família.

Ainda destacando os dualismos que sustentam a categoria gênero, Gregori (1993) afirma que a imagem de mulher foi definida como um ser para o outro e não um ser com o outro. A autora explica que a mulher idolatrada pela cultura machista, é a mulher que se auto sacrifica, é submissa aos homens, boa mãe e boa esposa (passiva). Ao mesmo tempo, à mulher “do lar” é delegada uma certa dose de poder que começa em casa, com os filhos e nos afazeres domésticos.

A imagem de boa-mãe, protetora dos filhos e da família, valorizada pela sociedade, foi usada pelo Movimento Feminista nos anos da ditadura militar. As mulheres lutavam pela anistia aos presos políticos e, para evitar as represálias do governo militar, apoiavam-se na condição de mãe zelosa, possuidora do direito de defender a integridade dos seus filhos, presos políticos (HEILBORN, 1996; DE SOUZA, BALDWIN e ROSA, 2000).

A condição feminina esteve muito ligada às construções ideológicas sobre a maternidade e sobre o espaço privado, doméstico e, portanto, passiva nas decisões concernentes ao mundo público, ao político. Entretanto, o fato de ser entendida como um ser dependente, sem autonomia, não significa que a mulher seja passiva na relação com os outros, que não exerça parceria (GREGORI, 1993).

Gregori (1993) afirma que os relacionamentos devem ser entendidos como um movimento que comporta combinações, parcerias, ambigüidades e diversidades nas funções vivenciadas por homens e mulheres. Nesse movimento, determinações duais (mulher passiva x homem ativo) imediatas e mecânicas não conseguem explicar as condutas humanas e, muito menos promover uma convivência a partir das pluralidades e das diferenças.

² Dos 623 estudantes universitários, 273 eram do Brasil e 350 eram dos Estados Unidos.

Nos relacionamentos conjugais violentos, as mulheres, mesmo quando compartilham uma posição de subalternidade, agem, condenam, negociam, exigem e, por vezes, agridem de diversas formas (GREGORI, 1993).

Todos esses dualismos atribuídos a homens e mulheres trazem benefícios e custos para ambos. Os efeitos dessas concepções produzem uma dinâmica de sujeições às cobranças sociais que penalizam emocionalmente homens e mulheres que buscam se enquadrar em certos estereótipos, ou que pagam o preço ao buscar quebrar esses preceitos.

As mulheres, por exemplo, ainda sofrem violências públicas e explícitas de discriminação, como as diferenças de salários, quando comparados aos dos homens, pelos mesmos serviços prestados. Gomes (2003), a partir de dados do IBGE de 2000, constatou que apesar de as mulheres possuírem uma escolarização maior que os homens, sua renda continua inferior à deles.

Além disso, acrescentam Cordeiro e Costa (2003), temos a subordinação social de mulheres negras que ocupam em grande escala posições ligadas a serviços com baixa remuneração e pouco prestígio social.

Os homens também sofrem violências físicas e emocionais de suas parceiras quando são questionados sobre a sua virilidade e sobre a sua capacidade de ser o provedor, mesmo em uma sociedade que se propõe no século XXI, como esclarece Unbehau - Ridente (1998), a questionar concepções sobre o masculino como sinônimo de macheza, virilidade, heterossexualidade e força, buscando a emergência e a coexistência de novas masculinidades.

Atualmente, embora ainda permaneçam muitas diferenças simbólicas oriundas ou influenciadas pelos dualismos que discutimos, presenciamos algumas mudanças gradativas nos papéis atribuídos aos gêneros.

Osterne (2001) e Szapiro e Feres-Carneiro (2002), por exemplo, afirmam que as mudanças sociais, culturais e políticas ocorridas nas últimas décadas para as mulheres, como a participação na população economicamente ativa nacional, o aumento das mulheres chefiando as famílias, principalmente nas camadas mais pobres, têm contribuído para o deslocamento dos padrões hierárquicos nas relações de gênero, porém não superam suas assimetrias.

Afinal estas assimetrias são regidas principalmente por questões culturais que se sobrepõem em determinados momentos às questões econômicas vivenciadas

pelas mulheres. Embora muitas mulheres chefiem economicamente a casa, os filhos (e às vezes a própria mulher) reconhecem no pai (o marido) o provedor.

Mesmo diante dessas transformações a maternidade ainda se constitui como um elemento cultural forte na nossa sociedade, sendo os cuidados com os filhos atribuídos ao gênero feminino. O status masculino continua marcado pelo sucesso profissional (UNBEHAUM -RIDENTE, 1998; BIASOLI-ALVES, 2000).

As significações em torno da família, assunto indispensável ao falarmos de violência conjugal e relações de gênero, também apresentam algumas mudanças.

Nos estudos com homens e mulheres de camada econômica média metropolitana apresentados por Unbehaum - Ridente (1998), podemos observar mudanças nas concepções de família. Estaria havendo uma afirmação de diferentes modelos nas organizações familiares, representando novos arranjos e dinâmicas entre homens, mulheres, pais, mães e filhos (famílias chefiadas por mulheres, família sem filhos, família composta pelo pai e filhos, família recomposta).

Apesar dos estudos centralizarem suas discussões nas camadas mais favorecidas economicamente, não significa que os outros grupos não estejam passando por redefinições nos comportamentos familiares. A dinâmica das relações sociais e das mudanças culturais de informações sobre casamento, filhos, gênero, estão presentes em todos os grupos, principalmente nos espaços urbanos, fatores que dificultam a cristalização de um modelo familiar e conjugal, principalmente frente às transformações ocorridas nos últimos trinta anos (UNBEHAUM-RIDENTE, 1998).

Nesse contexto, Carvalho (1998) explica que a relação entre homem – mulher deve ser entendida a partir de um conjunto de valores e práticas culturais-sociais que incluam gênero, classe, etnia e as transformações históricas. Os significados atribuídos ao ser homem ou ser mulher devem ser radicalmente entendidos a partir do contexto histórico e por vezes, singularizados.

Entender as idéias de gênero a partir de um contexto histórico inclui apreender e contextualizar valores, idealizações dos sujeitos sociais, entendendo que fatores e circunstâncias sociais devem ser articulados com as produções singulares, com a história de vida dos sujeitos, o que facilitaria entender como cada pessoa vivencia e modifica as construções culturais em torno do gênero, do casamento, do sexo e das relações amorosas.

Dessa forma, masculinidades e feminilidades devem ser entendidos referenciados uns aos outros, o que não significa que sejam excludentes. O ser

homem e o ser mulher podem comportar sentimentos, papéis, atitudes semelhantes, dinâmicas, relacionais e processuais.

As pesquisas de Muraro, apud De Souza, Baldwin e Rosa (2000), afirmam que existem diferenças nas atitudes e nas representações com relação aos papéis de gênero entre brasileiros de diferentes setores, ou seja, diferentes classes sociais, etnias, escolaridades, influências religiosas e regionais. As mulheres da área rural, por exemplo, ainda sofrem grandes restrições na sua sexualidade quando comparadas às mulheres de classe média da área urbana. A população rural teria uma visão mais tradicional sobre os papéis de gênero do que as pessoas de classe média, principalmente os universitários.

A partir dos anos 80 e 90 surgiu uma nova abordagem histórica sobre gênero que considerou as diferentes inserções de homens e mulheres na estrutura social, política, econômica e cultural como fatores complexos que possibilitam diversos “tipos” de masculinidades e feminilidades, assim como diferentes formas de se experimentar relações de poder entre homens e mulheres, entre os homens e entre as mulheres, como indica Garcia (1998). Os significados de gênero e as vivências de gênero variam e se modificam através do tempo, de uma cultura para outra e dentro de uma mesma cultura.

Ao pesquisarmos conjugalidade devemos considerar a expectativa de algumas mulheres e homens por uma maior complementariedade nas funções e a *negociação* das tarefas sociais, o que implicaria, sem dúvida, em mudanças nas construções sociais atuais, em torno do gênero. Contudo, isso pode significar expectativas em vivenciar múltiplas configurações sobre o masculino e o feminino, comportando expectativas tanto por simetrias quanto por desigualdades nos papéis sociais. Assim, deve ser considerado que o valor afetivo/emocional dado às funções sociais diárias pode adquirir significados diferenciados, conforme as experiências singulares de homens e mulheres no relacionamento conjugal. (HEILBORN e GOUVEIA, 1999).

Em síntese, devemos, como sugerem os autores, captar a complexidade do que é ser mulher e ser homem no Brasil. Ou ainda, como aborda Villela (1999) precisamos entender a construção de um mundo, onde homens e mulheres possam exercer a docilidade, a força, a capacidade de decisão e paciência, conforme seja mais confortável para cada um, com suas características individuais e de gênero,

através da negociação entre os sexos. Mesmo que isso pareça romântico, sabemos às vezes que é justamente o romantismo que nos torna criativos e ousados.

Defendemos articulações entre os conceitos de gênero e violência conjugal a partir dos múltiplos significados atribuídos ao masculino, ao feminino, ao casamento, ao relacionamento, ao sexo e outros componentes do cotidiano processual e dinâmico de um relacionamento conjugal.

3 VIOLÊNCIA CONJUGAL E GÊNERO: AVANÇOS CONCEITUAIS

Os assuntos violência e gênero produziram no meio acadêmico a construção de alguns termos considerados, atualmente, técnicos para os profissionais que trabalham com essas temáticas. Violência doméstica, violência intrafamiliar e violência conjugal são alguns dos exemplos. Pequenas diferenciações caracterizam cada terminologia, faz-se prioritário portanto, uma breve diferenciação entre os mesmos.

A violência doméstica é definida por Barcellos (2003), Day et al. (2003), e Deslandes, Gomes e Silva (2000) como variadas formas de violência interpessoal (agressão física, abuso psicológico e negligência), que ocorrem dentro do território da casa. Na violência doméstica, diferentemente da violência familiar, não precisa haver uma relação de parentesco entre os envolvidos. Entretanto, agressor e vítima devem participar das regras simbólicas que regem o funcionamento doméstico.

A categoria violência doméstica comporta assim, as violências entre pessoas que convivem no ambiente familiar. São as violências praticadas e sofridas entre empregadas domésticas, crianças e adolescentes, cônjuges e visitantes esporádicos. Assim como abrange também as ações praticadas na “extensão simbólica do território da casa³”.

Como exemplo, conforme afirma Barcellos (2003), podemos citar as violências que estão referenciadas ao funcionamento doméstico, entretanto ocorrem em espaços físicos extracasa e entre os mais comuns, estão a rua, o bar, a saída do trabalho.

³ Termo utilizado por Barcellos (2003, p. 124).

Já o termo violência intrafamiliar refere-se aos comportamentos violentos entre pessoas com parentesco consangüíneo e/ ou afim, podendo acontecer dentro da casa ou fora dela.

As duas categorias englobam comportamentos violentos variados, estabelecidos em relações abrangentes. Optamos por utilizar a expressão violência conjugal, visando ressaltar nosso interesse: discutir assuntos ligados às relações violentas entre homens e mulheres que possuem vínculos afetivos, incluindo aqueles que vivenciam as formalidades jurídicas de um casamento, os que estão amasiados, e/ou aqueles que não dividem o cotidiano de intimidade, deveres e obrigações, porém estabeleceram relações afetivas de um namoro.

Entretanto, apesar de utilizarmos o termo violência conjugal, entendemos, como Barcellos (2003) e Deslandes, Gomes e Silva (2000), que a violência entre casais pode estar inserida nas duas categorias.

A violência conjugal e a violência familiar vem sendo discutidas por alguns autores (AZEVEDO, 1995; ALMEIDA, 1998; BARCELOS, 1998; SAFFIOTI, 1999; SORJ e MONTEIRO, 1984; YNOUB, 1998) como um tipo de violência quase que exclusivamente definido pela violência contra a mulher.

Mesmo afirmando a necessidade de trabalhar o conceito de gênero dentro das construções de raça/etnia e classe ou ainda definindo a violência conjugal a partir de uma visão relacional e dinâmica, os autores, em alguns momentos, acabam centralizando a discussão da violência conjugal sob o enfoque da vitimização. Isto tem contribuído para criar um significado de mão única para a violência conjugal: homens agredem mulheres. O homem passa a ser entendido como um agressor “em potencial” de mulheres dentro de qualquer relacionamento conjugal.

Ynoub (1998) ao analisar serviços de atenção familiar em Buenos Aires, Argentina, verificou que quando a violência familiar foi tratada com um enfoque nas relações de gênero, entendida como um processo dinâmico e relacional para homens e mulheres, houve a inclusão dos “homens violentos” no atendimento. O atendimento psicológico era considerado essencial tanto para os homens quanto para as mulheres.

Nessa visão, o acompanhamento do agressor pode evitar que ele volte a cometer violências contra a mesma mulher ou contra outras mulheres e o atendimento às mulheres permitiria trabalhar as conseqüências emocionais das violências praticadas pelos homens. Embora, neste caso, tenha ocorrido a inserção

dos homens no atendimento, eles foram inseridos como agressores. Parece persistir a idéia de que a violência conjugal significa literalmente agressão apenas à mulher.

Saffioti e Almeida (2003) afirmam que defender uma posição de mulher-vítima como uma figura passiva, sem vontade e inteiramente heterônoma expressa um pensamento autoritário, que não contempla a realidade histórica.

Entretanto, Saffioti (1997; 1999) esclarece que vivemos em uma sociedade de ordem patriarcal que possui “leis elaboradas por homens para serem obedecidas por mulheres.” (1999, p.154). Assim, a transgressão é essencialmente feminina. Para a mulher as relações de gênero significam desigualdades que beneficiam sempre o sexo masculino, principalmente na relação conjugal, onde a mulher é considerada pelo homem como sua propriedade.

Os homens possuem gigantescos privilégios frente à mulher, portanto a mulher cria estratégias para conviver com a violência, já que obedece aos papéis que lhe são determinados (SAFFIOTI e ALMEIDA, 2003).

Na situação de violência conjugal a vítima (a mulher, entendida como um sujeito múltiplo, constituída por classe, raça, etnia e gênero) só adquire a condição de ativa ao reagir à violência do seu agressor costumeiro ou quando toma a iniciativa de provocá-lo por estar em uma situação de co-dependência. A co-dependência é uma situação onde a violência passa a ser um ingrediente emocional para a mulher, que atua, na negociação de sua sobrevivência. Portanto, a mulher só “desencadeia um ato de violência de seu companheiro para reiterar seu sentimento de estar viva” (SAFFIOTI, 1999, p.161).

O gênero seria uma gramática que normatiza condutas masculinas e femininas, principalmente nas situações de violência. “Concretamente, na vida cotidiana, são os homens, nessa ordem social androcêntrica, os que fixam os limites da atuação das mulheres e determinam as regras do jogo pela sua disputa”. Os homens determinam inclusive as “normas” das relações entre mulher-mulher, pelo fato de existir uma apropriação desigual de bens culturais, econômicos e políticos em favor do masculino. A violência faz parte de toda essa criação de regras de conduta, já que é considerada um importante componente de controle social ao normatizar relações de poder entre os gêneros (SAFFIOTI e ALMEIDA, 2003, p.88).

Diante das explicações de Saffioti e Almeida (2003) questionamos: mesmo diante das diferenças e desigualdades dos papéis de gênero, homens e mulheres não são participantes da construção de relações violentas em proporções variadas?

Apenas homens criam valores sobre os significados de homem e mulher, e de conjugalidade, e determinam como funciona um relacionamento conjugal?

Seguindo o mesmo raciocínio das autoras citadas, Barcellos (1998), defende que, na violência conjugal, a dicotomia agressor (homem-ativo) x vítima (mulher-passiva) independe do contexto. Para a autora homem e mulher não possuem condições simbólicas e culturais iguais, além do que, não dispõem dos mesmos recursos, em função de uma relação nítida de desigualdade.

Apesar de homens e mulheres utilizarem o processo de vitimização/culpabilização na produção da violência de gênero, sendo esse o principal fator que produz a violência conjugal, conforme defendem Saffioti e Almeida (1995, p.217), “os homens fazem-no transferindo o segundo dos termos para as mulheres, e, apropriando-se exclusivamente do primeiro. As mulheres, distintamente, partilham ambos os termos com os homens”.

As argumentações defendidas acima mostram, conforme cita Gregori (1993, p.129), que alguns estudos procuram mais divulgar os perigos de certos comportamentos e ações gerais, tentando elaborar um conjunto de gestos, expectativas e padrões morais do que mostrar as nuances, diversidades, ambigüidades e tensões nas relações de gênero que o universo de casamentos violentos comporta. Caracterizariam um relacionamento violento, onde geralmente “os homens humilham e agridem; as mulheres têm medo, vergonha e se sentem culpadas. Os homens agem, as mulheres sentem.” .

Pesquisas recentes, apontam resultados parecidos com as questões levantadas por Gregori (1993), ou seja, as abordagens teóricas sobre violência conjugal apontam reducionismos tanto nas questões de gênero como nas problematizações acerca da violência conjugal.

Gomes (2003) pesquisou 38 fontes⁴ bibliográficas brasileiras referentes à temática “violência e mulher”, desenvolvidas na área de saúde na década de 90, tendo como um dos objetivos investigar qual a posição atribuída à mulher diante da violência: a mulher como vítima, como agressora, ou simultaneamente vítima e agressora. A conceituação da mulher apenas como vítima, apareceu em 26 estudos (68%), sendo portanto uma noção predominante. Em 12 trabalhos (32%) a mulher é abordada com vítima e agressora.

⁴ Gomes (2003) analisou 22 artigos, 12 dissertações de mestrado, dois capítulos de livros, uma tese de doutorado e um livro.

O estudo de Gomes (2003) indica também, que propostas de prevenção são mencionadas apenas em 11 trabalhos, oito estão entre os anos de 1999 e 2000, o que mostra que a problematização sobre a prevenção é uma questão recente.

Quanto à forma como explicam a violência contra a mulher, constatou-se que 19 fontes (50%) a consideram como uma violência de gênero; 11 (28,9%) não sugerem explicações para a ocorrência da violência contra a mulher; três (7,9%) associam-na a aspectos socioestruturais; um (2,6%) aponta que a literatura geralmente associa a violência ao alcoolismo; um (2,6%) relaciona a violência à forma como a afetividade é desenvolvida pelo casal; e um (2,6%) enfatiza a omissão de políticas públicas como um fator que colabora para a existência desse tipo de violência (GOMES, 2003).

Diante desse quadro teórico, buscamos referenciais que apresentem a violência conjugal (atitudes de humilhação, agressões físicas e psicológicas, violência sexual, entre parceiros que possuem um relacionamento amoroso) como dinâmica e relacional, com vivências múltiplas, ambíguas. Com isso não estamos desconsiderando a realidade de subordinação feminina em relação ao sexo masculino e nem as inúmeras diferenças simbólicas entre os sexos, que são, em alguns momentos utilizadas como uma forma de dominação ora do sexo masculino, ora do feminino.

Brandão (1998), ao entrevistar 32 mulheres que retornaram à Delegacia especializada de atendimento à mulher (DEAM) no Rio de Janeiro entre o ano de 1995 e 1996, espontaneamente ou convocadas pela polícia e solicitaram a suspensão da queixa anteriormente registrada, nos mostra que poucas⁵ mulheres entrevistadas constroem um discurso mantendo *integralmente* uma coerência estrutural com a condição de vítima.

Duas idéias comuns sobre as causas que levam a “vítima” a retirar a queixa foram questionadas por Brandão (1998): os fatores econômicos seriam os fatores determinantes para a mulher retirar a queixa, pois ela não exerce atividade remunerada e quer garantir sua subsistência e a dos filhos; a “vítima” suspende a queixa pois deseja se reconciliar com o parceiro. Ao analisar os fatores associados à suspensão da queixa, a autora mostra os complexos fatores e os recursos simbólicos que a ida a uma DEAM representam para a mulher.

⁵ A autora ao discutir os dados obtidos pela pesquisa, usa adjetivos como “poucos” sem explicitar a quantidade.

A mulher recorre à DEAM para informações sobre seus direitos, para poder “ferrar” o parceiro e mostrar o seu poder “botando pra quebrar”, para “mostrar para ele que ela não é igual às outras” e quando consideram que ele está “abusado” demais. Ao buscar esse atendimento elas possuem esperança dele “melhorar”, “dele tomar vergonha na cara”, de “resolver alguma coisa” ou de ficar amedrontado e evitar possíveis agressões. Em seu estudo, a autora considera as múltiplas determinações em torno da violência conjugal, rejeitando a abordagem simplista que reafirma o argumento da vitimização feminina.

Além disso, sabemos que alguns estudos sobre violência contra mulher, como os de Almeida (1998), Alves e Coura-Filho (2001), Barcellos (2003), Day et al (2003), Gregori (1993), Heilborn (1996), Harazim (1998), Moita (2003), Saffioti e Almeida (1995 e 2003), Saffioti (1999), apontam que na maioria dos casos de violência conjugal a mulher sofre conseqüências físicas e emocionais mais graves, em decorrência das diferenças biológicas e simbólicas. Denunciam ainda, a falta de comprometimento do poder público com a questão, evidenciando a ausência de infra-estrutura (abrigos, serviços de apoio psicossocial), inclusive de apoio jurídico, o que contribui para a impunidade dos criminosos, fatores que facilitam a manutenção da violência conjugal entre os casais.

No âmbito penal, para Campos (2003), a violência doméstica passa por um processo de despenalização com a criação dos Juizados Especiais Criminais (JECrims), através da Lei 9.099/95. Para a autora a lei é imprópria para o julgamento da violência conjugal, pois é incapaz de dar uma solução satisfatória para as mulheres em situação de violência doméstica.

Antes da lei 9.099/95, os crimes típicos da violência doméstica, lesão corporal e ameaça, eram julgados da seguinte maneira: a mulher registrava a ocorrência em uma Delegacia de Polícia, era formado o inquérito policial. Pedia-se o exame de corpo delito e quando o crime era de lesão corporal o agressor era chamado. Os depoimentos eram ouvidos, as testemunhas eram chamadas e o processo era encaminhado ao Ministério Público para o oferecimento da denúncia.

Atualmente, o inquérito foi substituído pelo Termo Circunstanciado (TC), que é constituído apenas da declaração de ocorrência feita pela vítima, sendo encaminhado imediatamente ao Poder Judiciário, o que de certa forma pode facilitar a discussão da violência. Antes os crimes sequer chegavam ao Poder Judiciário e muitas vezes eram resolvidos informalmente nas delegacias.

Conforme a Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995 – Capítulo III -Dos Juizados Especiais Criminais: Art 60: “O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo.” (CAHALI, 2004, p.1065)

De acordo com o Art 61, consideram-se infrações de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a **1 (um) ano**, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial.

A lei 10.259, de 12 de julho de 2001, no artigo 2, parágrafo único institui aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal, a competência de processar e julgar as infrações de menor potencial ofensivo. No caso do Juizado Especial Federal Criminal são os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a **2 (dois) anos**. Competência que se estendeu a todos os Juizados Especiais Criminais (CAHALI, 2004).

Em resumo, os Juizados Especiais Criminais⁶ (JECrims) são voltados para as “pequenas causas”, para o julgamento das infrações penais de menor potencial ofensivo, assim como os crimes cuja lei penal comine pena máxima não superior a um ano (atualmente dois anos) de detenção ou reclusão, exceto delitos para os quais está previsto um procedimento especial. (AZEVEDO, 2001, acréscimo nosso).

Sobre a classificação valorativa atribuída aos crimes, explica Campos (2003), os crimes de lesão corporal e ameaça são considerados crimes contra pessoa, capítulo das lesões corporais e contra a liberdade pessoal, respectivamente. O delito mais grave no crime contra a vida é o homicídio. Nos crimes de lesão corporal, no caso de lesão corporal seguida de morte a pena é mais grave. A graduação nas penas ocorre de acordo com a intensidade de afetação do bem jurídico: a vida. Assim, as lesões corporais leves são consideradas menos ofensivas ao bem jurídico vida, se comparadas ao homicídio e à lesão corporal grave, tendo portanto, uma pena menor.

Azevedo (2001) argumenta que a violência doméstica não deveria ser caracterizada da mesma forma, pois geralmente, é composta por violências rotineiras, que provocam grande desgaste e comprometimento emocional, e que

⁶ Não temos como objetivo construir um resgate histórico apurado sobre os Juizados Especiais Criminais, portanto as informações serão abordadas de maneira sucinta. Para maiores detalhes, recomendamos consultar Campos (2003) e Azevedo (2001).

portanto não assumem um valor “leve” para os inseridos na situação. Além disso, ao atribuir para as violências domésticas um caráter de menor potencial ofensivo, deixa de colocar em discussão a complexidade de fatores envolvidos na questão do gênero.

Para Campos (2003, p. 163) a realidade prática dos JECcrims tem significado:

arquivamento (ou desistência da vítima) em geral, que representa 90% dos casos, é induzido pelo magistrado, através da insistência feita à vítima de aceitar o compromisso (verbal e não expresso) do agressor de não cometer mais o ato violento, renunciando ao direito de representar. A conciliação induzida reforça a posição do agressor porque, como resultado de um consenso dos dois, réu e vítima, acata o senso comum masculino de que existe equidade ou situação de igualdade diante da lei para os dois sexos.

Os JECrims possuem uma proposta despenalizante, possibilitando inclusive importantes mudanças na política criminal brasileira, como a aplicação de penas não privativas de liberdade a determinados delitos, acreditando na proposta de que a repressão é incapaz de resolver determinados conflitos sociais.

A principal função dos JECrims seria aliviar o Sistema Judiciário de ações como brigas de vizinhos, delitos de trânsito e violência conjugal. O Sistema Judiciário conseguiria assim, agilizar os julgamentos de crimes “mais graves”. Portanto, construiu-se expectativas de que os Juizados Especiais Criminais significariam um grande avanço da legislação brasileira ao resolver as infrações de menor potencial ofensivo (CAMPOS,2003; CORDEIRO e COSTA,2003).

Para Campos (2003) a lei 9.099/95 não pune a conduta criminosa característica da violência conjugal. Os JECrims foram criados para julgar a criminalidade de natureza eventual e não habitual. Entretanto, na pesquisa realizada pela autora em Porto Alegre, 70 % dos casos julgados pelos Juizados Especiais Criminais referiam-se a violência doméstica (ameaças e lesões corporais) habitualmente cometida pelo homem contra a mulher. Os JECrims estariam julgando portanto, conflitos conjugais sem proporcionar uma solução satisfatória.

Segundo notícia publicada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no dia 25 de novembro de 2004, a ministra dessa secretaria, em comemoração ao dia internacional da não violência contra a mulher, entregou ao então presidente da câmara dos deputados, João Paulo Cunha, o projeto de lei

4559/2004⁷ do executivo federal, que dispõe sobre os mecanismos de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e sugere medidas de prevenção às mulheres em situação de violência.

O projeto prevê a criação de procedimentos específicos, dentro da Lei 9.099 para os casos de violência doméstica, como por exemplo, a não aplicação de penas restritivas de direito de prestação pecuniária, cesta básica e multa, o que atualmente estaria sendo feito e que prejudicaria a vítima e a sua família, pois o dinheiro para pagar as penas acaba sendo retirado do orçamento familiar. Prevê também a criação de audiência de apresentação para permitir que a vítima seja ouvida primeiro pelo juiz, em separado do agressor. A audiência deve ser sustentada pelo princípio da mediação, não podendo a mulher ser, em nenhuma hipótese, forçada à conciliação. Recomenda também, a criação de varas e juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher, com competência civil e penal. (BRASIL, 2004)

Campos (2003) aponta a necessidade de maiores discussões sobre como tratar judicialmente as questões de gênero. Afirma, que isso não significa defender a idéia de repressão penal para a violência doméstica. Entretanto as penalidades devem considerar assimetrias nas relações entre homens e mulheres, mas não aponta, objetivamente como isso poderia ser viabilizado. Indiretamente sugere a criação de leis específicas para os encaminhamentos judiciais da violência conjugal.

Saffioti e Almeida (2003) acrescentam ainda, que a violência doméstica, entendida como um acontecimento que ocorre prioritariamente naquilo que se convencionou como “espaço privado”⁸, quando chega a ser do conhecimento de parentes, vizinhos e até mesmo dos profissionais que trabalham no campo jurídico, da saúde ou escolar, não garante que as pessoas se sintam mobilizadas a intervir no “espaço sagrado da família”.

Entretanto, os fortes conteúdos dualistas presentes em certos referenciais teóricos sobre violência conjugal, além de ocultar a diversidade de fatores envolvidos na conjugalidade, podem propiciar, ainda, a permanência de práticas

⁷As informações completas sobre o projeto 4559/2004 estão disponíveis no site: <http://www.presidencia.gov.br/spmulheres/noticias/>.

⁸ As autoras argumentam que a terminologia espaço público e privado, atualmente, não está sendo considerada adequada, já que os campos público e privado se interpenetram. Por exemplo, os ambientes domésticos podem ser utilizados em alguns momentos para discussões públicas, como discussões de negócio. O termo “esferas” dicotomiza as interações entre as atividades públicas e privadas. Prefere-se utilizar o termo interações públicas e privadas.

tutelares, contribuindo para criação de programas puramente emergenciais e assistencialistas, destinados em sua maioria ao público feminino.

Castro e Riquer (2003) destacam também as dificuldades na produção de um mapeamento estatístico dos casos de violência conjugal denunciados na América Latina, em decorrência da falta de preparo dos profissionais que atuam em políticas de saúde para criar estratégias para diagnosticar, notificar e acompanhar a realidade vivenciada por homens e mulheres em situação de violência.

O entendimento da violência conjugal deve contemplar, como explica Alvim (2003), uma rede de relações que constroem a violência conjugal, portanto, devemos considerar a violência estrutural (vertical, de cima pra baixo, envolvendo as questões macrossociais) diluídas no cotidiano que contribuem para as desigualdades econômicas, políticas entre os gêneros, as classes e as etnias.

Acreditamos que não se pode tratar linearmente o discurso feminino que contempla a vitimização, pois as relações entre os gêneros contemplam uma tensão que permite mudanças nos posicionamentos de homens e mulheres conforme as condições concretas e simbólicas que regem os laços. Diante disso, explica Brandão:

De um lado, algumas mulheres concebem relacionalmente os conflitos conjugais, ou seja, não abordam unilateralmente as atitudes agressivas do parceiro, reconhecendo em várias passagens a própria participação na briga que desencadeou o [registro de ocorrência] RO ou mencionando atitudes tomadas que sugerem uma certa 'guerra conjugal'. Penso em determinadas 'armas' femininas explicitadas por algumas informantes: provocá-lo, xingando-o de 'corno' ou fazer ' greve de tudo'. De outro lado, aparecem tentativas de negação ou rompimento com uma imagem de subordinação feminina, o que também não se coaduna com o perfil de *vítimas*. As mulheres se identificam, então, como uma mulher forte, independente financeiramente, que prescindiria do marido caso ele fosse embora."(BRANDÃO, 1998, p.68, grifo da autora)

A violência conjugal é construída em um contexto cultural, político, econômico, social e principalmente afetivo. Fatores articulados e complexos. O afeto é entendido como um sentimento caracterizado por construções simbólicas e dinâmicas não restritas à simbolização da mulher subjugada ao homem, da mulher como um objeto masculino.

Ao estudarmos relacionamentos e focalizarmos a violência conjugal fica difícil acreditarmos que exista uma comunicação rígida entre os sexos, definidos pelo binômio: homem ativo X mulher passiva.

Nesta direção Gomes (2003) ressalta que mulher e homem podem ser agentes de violência conjugal, embora possam exercer esse papel de maneiras diferenciadas.

Portanto a violência nos relacionamentos amorosos é uma realidade que afeta homens e mulheres, onde há uma negociação não apenas da sobrevivência da mulher, como cita Almeida (1998), mas sim de afetos, de interesses provenientes de homens e mulheres que podem assumir as condições de agressores e vítimas dinamicamente.

Ou ainda, como aponta Day et al. (2003) a violência tem sido aceita por homens (acrescentamos, por mulheres também) como uma forma de resolver conflitos, indicando que existe uma construção cultural em torno de gênero, classe, etnia e em torno dos significados e funções da violência nas relações humanas. A violência entre parceiros funciona muitas vezes como uma forma de comunicação, ainda que perversa e que deve ser radicalmente contextualizada (GREGORI, 1993).

Nesse sentido, quando as construções teóricas ficam delimitadas pela dicotomia agressor (bate) e agredido (apanha), produzem reducionismos na análise da violência conjugal. Deve-se procurar investigar as propriedades e o funcionamento de um relacionamento conjugal (como as emoções, como os sentimentos são vivenciados, a sensibilidade para a convivência com diferenças, as conciliações, as interações diárias e divergências) dentro de um contexto histórico-cultural (MARCUS e SWETT, 2003).

Alvim (2003) argumenta que usar a violência como ferramenta em uma relação conjugal não é sempre uma escolha (preferimos usar a palavra ação) unilateral. “Se homens e mulheres agredem e são agredidos, o foco deve, então recair em como se constroem tais relacionamentos e quais são os efeitos (positivos ou negativos) para o casamento e para os autores” (ALVIM, 2003, f. 47).

Devemos deslocar a redução da análise da mulher como “objeto” de violência, e vitimização, para um debate onde a saúde dos “sujeitos” em situação de violência possa ser discutida, como aponta Gomes (2003). O que é possível apenas mediante uma visão da violência conjugal como relacional.

No contexto brasileiro, a partir da última década, o acompanhamento dos casos de violência conjugal tem sido feito por profissionais principalmente das áreas de saúde e jurídica, através dos Programas de Saúde de Atendimentos a essa clientela, dos Programas de Acompanhamentos Psicossociais a Mulheres em

situação de violência conjugal, das Delegacias de Mulheres e de Programas de atendimento intrafamiliar. A Psicologia está conseguindo se inserir nessa realidade e participar, inclusive através de mobilizações políticas, no enfrentamento da violência conjugal.

4 DISCUSSÕES SOBRE A PSICOLOGIA

A Psicologia é um campo de conhecimento múltiplo e processual e, embora possua várias formas de definir seu principal objeto de estudo, geralmente há um consenso entre as várias correntes teóricas psicológicas, que estabelecem o comportamento como foco central de análise, havendo uma variação nas significações atribuídas a esse termo (BOCK, 2002; CAMBAUVA, SILVA e FERREIRA, 1998; TELES, 2003).

Em meio a várias definições a Psicologia busca portanto, recursos para auxiliar o indivíduo a viver com qualidade, a lidar com as emoções, com suas dúvidas e questionamentos, com seu desenvolvimento intelectual e espiritual. É a ciência do comportamento, compreendida em seu sentido mais amplo, englobando ações conscientes e inconscientes (TELES, 2003).

Geralmente o aspecto cultural na construção e na aplicação prática do conhecimento não é problematizado pelos profissionais: qual o conceito de homem que sustenta minhas práticas? Quais as definições de sujeito que pretendo trabalhar? Como significo as diferenças de gênero?

Na temática violência a criticidade deve ser um instrumento central para a análise da realidade. O profissional, entre eles o próprio pesquisador, deve indagar constantemente quais reflexões epistemológicas e ontológicas sustentam sua investigação.

Para Camino e Ismael (2004) a psicologia se caracteriza pela diversidade de teorias para a explicação dos assuntos humanos e como Instituição, faz parte de um contexto onde se desenvolvem conflitos sociais. Assim, a psicologia acaba sendo um campo de lutas onde acontecem tanto avanços como recuos nas questões que

possibilitam a construção da cidadania dos indivíduos, como no que concerne aos processos de exclusão e inclusão social.⁹

Nesse sentido, Camino e Ismael (2004) afirmam que a Psicologia constrói explicações que funcionam como um ponto de partida para analisar situações sociais ou como ângulos através dos quais observamos o mundo. As teorias psicológicas procuram explicar questões de gênero e dependendo da forma como são empregadas podem contribuir para intensificar o processo de desigualdade de direitos entre homens e mulheres.

Aliás, as representações que nós fazemos das pessoas, de suas posições sociais, das causas pelas quais se encontram nestas, etc., não são fotografias exatas da realidade, mas construções mentais elaboradas a partir de um conjunto de crenças, expectativas, valores, etc., aprendidas anteriormente. (ISMAEL, CAMINO e MACIEL apud CAMINO e ISMAEL, p. 50, 2004.)

Conforme explicam Camino e Ismael (2004), os papéis de gênero, por exemplo, são entendidos através de papéis sociais associados às diferenças biológicas entre homens e mulheres. Às mulheres são destinados a geração de filhos e os cuidados com o outro, sendo exigidos dos homens a proteção da prole e o provimento das necessidades materiais da família. Tal lógica de pensamento também esteve presente durante décadas nos “papéis profissionais” de homens e mulheres. A partir de suas características sexuais a mulheres seriam mais eficientes e pacientes nos cuidados com crianças e pessoas fragilizadas, ou seja, destinadas às funções de professora, enfermeira, psicóloga.

As significações em torno dos papéis de gênero são produções culturais, porém são entendidas pela sociedade como naturais, construções mediadas pela ideologia que tenta fornecer explicações “verdadeiras” às diferenças sociais, transformando-as em situações naturais.

Camino e Ismael (2003), afirmam que algumas explicações da Psicologia sobre comportamentos masculinos e o femininos como as explicações da Psicologia Diferencial e da Psicanálise (teoria da sexualidade e o Complexo de Édipo, criados por Freud) serviram de respaldo para as construções ideológicas sobre os gêneros.

⁹ Os autores não explicitam os conceitos de inclusão e exclusão social. Indicam inclusão social como o processo de participação política dos indivíduos, o acesso às questões de cidadania, educação. Para os autores o preconceito e a discriminação são um dos processos que contribuem para a exclusão social.

Assim sendo, os saberes da psicologia ou a forma como esses saberes foram apropriados, contribuiu para a emergência de explicações ideológicas que culminaram em processos de exclusão, já que, atribuíram um caráter natural às questões que são produzidas culturalmente. Os fenômenos sociais foram entendidos como traços universais que os indivíduos possuíam. Em última instância, a responsabilidade pelas desigualdades entre os gêneros foi atribuída aos indivíduos (CAMINO e ISMAEL, 2004).

Portanto, devemos nos perguntar se essas teorias, construídas ao longo da história das ciências não legitimam alguma forma de violência do homem contra o homem (SAWAIA, 2004).

Dessa forma, os trabalhos na área de violência doméstica e/ou conjugal deveriam, prioritariamente, passar por questionamentos em torno das concepções de gênero e de relacionamento conjugal que sustentam as práticas dos profissionais de psicologia.

Acreditamos que os conhecimentos da psicologia podem estar sendo usados tanto no atendimento imediato à clientela dos programas, como em mobilizações com outros setores da sociedade civil e movimentos de defesa dos direitos humanos no Estado. Portanto, priorizar o estudo com os profissionais de psicologia que trabalham com a violência conjugal nessa pesquisa, significa buscar conhecer como o discurso da psicologia sobre gênero se constrói dentro do universo multideterminado da violência conjugal.

Algumas bases teóricas como a psicologia social, a antropologia, a sociologia e a filosofia oferecem essas problematizações como um dos objetivos mestres na produção de conhecimento, já que entendem que o exercício profissional não pode estar desvinculado dos questionamentos críticos diante da realidade e da nossa própria formação acadêmica.

Conforme Cambauva, Silva e Ferreira (1998) a Psicologia no Brasil, por volta dos anos 70, época de ditadura militar, assumiu no meio acadêmico um modelo de homem biológico e a-histórico. O homem era pensando como um ser que deveria se adaptar ao meio social da melhor forma possível. Nesta lógica o homem não era considerado um produtor da realidade social, era entendido como um ser imerso na sociedade, que por sua vez, era considerada uma abstração, algo transcendente. A possibilidade de reflexões coletivas não era priorizada pois a cura era considerada como uma necessidade individual (CAMBAUVA, SILVA e FERREIRA, 1998).

A Psicologia foi portanto, durante muito tempo acusada de ser um saber em prol da manipulação de seres humanos, principalmente em decorrência das técnicas psicométricas de pesquisas utilizadas pelo Behaviorismo e pela Gestalt (KRUGER, 1986; LANE, 1985).

Ao ser criada para oferecer explicações científicas mas confiáveis sobre o homem a Psicologia expulsou o sujeito, substituindo-o por estímulo - resposta, determinação, natureza humana, aparato cognitivo (SAWAIA, 1998)

Para Andrade (1999), a Psicologia nasce e se institui a partir de um modelo de pensamento que procura encontrar constâncias e generalizações, fazendo recortes e simplificações sobre a vida humana. Valoriza-se apenas o determinismo; o aleatório, o acaso, as incertezas, as inovações que compõem o dia a dia são em grande parte desconsiderados. As teorias psicológicas que obedecem essa visão tradicional tornam-se fechadas em si mesmas, como valor de verdade, sendo consideradas “receitas” aplicadas independentemente do contexto.

Inclusive a Psicologia Social, como citam Lane (1985) e Wertheimer (1977) esteve durante algum tempo restrita e interessada nos aspectos descritivos da aquisição de conhecimento, assim como centrada numa objetividade que acabava por desconsiderar a complexidade do homem histórico, na tentativa de classificar a Psicologia como uma ciência experimental e objetiva.

Todo esse funcionamento da Psicologia no Brasil contribuiu para a formulação de uma idéia de ciência psicológica, principalmente no senso comum, como uma técnica para controlar o homem.

Por volta dos anos 80, com o surgimento de novas abordagens em Psicologia Social no Brasil que questionaram os conceitos até então definidos, é que presenciamos uma mudança nesse quadro, trazendo uma nova concepção de homem: histórico, cultural, social. Como escrevem Bock (1999) e Lane (1985), a institucionalização da Psicologia, ao lado do conhecimento simplificado e a-histórico do homem, convive um conhecimento crítico que concebe o homem e o fenômeno psicológico como indissociáveis do processo de socialização, da história. Os conceitos sobre o humano enfatizam sua dimensão sócio-histórica-cultural. O homem é construído e constrói a sociedade.

Devemos ter cuidado inclusive com os radicalismos em torno da concepção do “homem social”. No caso da temática violência, a concepção do homem sócio – histórico tem promovido uma simplificação e um reducionismo na análise do

fenômeno. As práticas violentas estão sendo naturalizadas não mais pelas argumentações genéticas, da existência de instintos agressivos ou da essência humana agressiva, mas pela socialização. Como explica Sawaia (2004, p. 24 e 25):

Assim, a perspectiva da construção sócio-histórica do homem liberta da violência do reino dos instintos, porém corre o risco de mantê-la presa à lógica da naturalização e da cristalização das determinações sociais, que imobilizam o homem, impedindo-o de realizar a transgressão, única possibilidade de libertação, seja na figura da violência política, individual ou da sexualidade.

Nesse sentido, a banalização e, de certa forma, até mesmo a má interpretação do referencial sócio-histórico produzem um sentimento de que o homem nada pode fazer, coletivamente, ou principalmente individualmente, já que a violência é entendida como algo transcendental, ou conforme explica Sawaia (2004), ao homem restaria apenas a reação e não a ação. Às pessoas está destinado tolerar certas formas da violência como parte do peso de se viver em sociedade.

As críticas epistemológicas à Psicologia Social permitiram ultrapassarmos o aspecto descritivo de um conhecimento. Acreditamos, como Lane (1985), que quando as ciências humanas se restringem apenas à descrição das relações entre os homens e as instituições sociais, por exemplo, sem considerar a sociedade como um produto histórico-dialético, elas não ultrapassam a função ideológica, reproduzindo o discurso de que certos fatos são apenas inerentes à natureza humana.

A teoria é uma possibilidade de partida, permite o conhecimento. O sujeito tem que ser introduzido na produção de conhecimento (MORIN apud ANDRADE, 1999).

Uma teoria não existe no abstrato. Ela é construída a partir de determinados valores, de uma determinada concepção de mundo, de ser humano. Estes valores estão também implicados nas escolhas metodológicas e na produção de conhecimentos que daí advém. Estas produções se efetuam numa prática concreta, constituída de subjetividades, de modos de estar no mundo; e sua concretude reflete assim, uma ética (ANDRADE, 1999, p. 76).

O conhecimento exige a atividade mental e afetiva do sujeito. Para conhecer o sujeito precisa intervir, refletir e questionar. O conhecimento gera transformação, é sentido, é vivido, é desejado, é ético-afetivo. O ato de conhecer não pode ser caracterizado apenas pela racionalidade e pela objetividade, ele atravessa os afetos

e é ético no sentido da nossa inquietação diante do que fazemos e como fazemos, assim como do nosso incômodo diante da forma como usamos os nossos valores no contato com o outro.

Ao adotar uma perspectiva estanque diante dos significados de “ser” humano, a Psicologia contribui para a reprodução de relações culturais desiguais, crenças preconceituosas e, acima de tudo para ações não-reflexivas. O conhecimento teórico oriundo das chamadas “receitas/ técnicas prontas” ganha status de verdade absoluta, generalista, excluindo o sujeito como agente de conhecimento.

Assim sendo, as narrativas imperativas (faça isso e não aquilo), procuram oferecer alívio imediato, despertam nas pessoas emoções intensas, sem necessidade de sacrifício ou qualquer atitude reflexiva e relacional (SAWAIA, 1998).

Bock¹⁰ (2001), estudou como os psicólogos têm significado suas práticas profissionais. As concepções sobre o trabalho dos psicólogos estavam fundamentadas pelas visões sobre fenômenos psicológicos e visão de homem dos profissionais.

Quanto à concepção de homem (humanidade), um dos temas de nosso interesse na discussão da violência conjugal, a autora constatou que “o homem não está conceituado a partir de uma perspectiva histórica. Não é pensando como alguém que se constitui ao constituir o seu mundo. É pensado separado das condições de vida” (BOCK, 2001, p. 13).

Os psicólogos verbalizam terminologias como “homem social”, entretanto a relação do indivíduo com a sociedade não é considerada. O homem social é entendido como um homem que está no espaço social, público. O social significa um ambiente, distante do homem, um espaço no qual o indivíduo está inserido e apenas sofre as consequências dessas construções. O homem não é visto como um ser que constrói relações com outros homens, situado no tempo histórico, em condições determinadas de vida, permeadas por significações e linguagens específicas de certa cultura.

Com isso, parece que algumas práticas dos psicólogos tendem a estar fundamentadas em explicações do senso comum, ou em procedimentos que visam

¹⁰ Apesar da autora não citar em seu artigo a metodologia da pesquisa realizada, acreditamos ser válido citar suas conclusões, já que é considerada uma das referências acadêmicas na discussão sobre as práticas profissionais na psicologia. Ana Mercês Bahia Bock é uma das figuras públicas comprometidas com mobilizações políticas da categoria através do Conselho Federal de Psicologia, órgão que presidiu até a data desse estudo.

a redução do sofrimento humano por meio da adaptação ao contexto social, sem questionar como o sofrimento humano e o contexto social são produzidos.

Em geral, afirma Bock (2001), o psicólogo espera que seu trabalho possa fazer do outro um sujeito feliz, estimulado, produtor de movimentos, porém o profissional de psicologia não se considera responsável por esse direcionamento do atendimento. Para a autora esses discursos indicam que os psicólogos possuem dificuldades de perceber que seu trabalho é uma expressão prática de um conhecimento científico e não apenas uma ação vinculada às intuições, à assistência, à caridade. O trabalho do psicólogo é um processo de intervenção dirigido para uma finalidade.

Argumenta ainda que, a finalidade política e social da prática do psicólogo pode ser facilitada por uma concepção histórica do homem. Essa tende a facilitar o entendimento de que nós, psicólogos, estamos fazendo o mundo que vivemos, portanto, temos responsabilidade nessa construção de uma atividade implicada nas questões sócio-históricas, escolhendo a direção do nosso fazer.

Como afirma Sawaia (2002b) estar implicado é estar ativamente vivenciando e lutando por uma condição de sujeito social, político, de direitos, aceito e respeitado pela sociedade. Um sujeito capaz de ter estruturas mínimas para a participação concreta nas instâncias sociais, econômicas, políticas e educacionais.

Ainda discutindo marcos teóricos da psicologia, Neves e Nogueira (2003), acreditam que no final da década de 70, os pressupostos gerais das metodologias feministas aplicados ao exercício da psicologia, especificamente em contexto terapêutico, construíram a Psicologia Feminista. Tal saber seria caracterizado por uma linha de ação anti-sexista, que defende o entendimento das relações entre homens e mulheres a partir das questões de gênero, etnia e classe social, assim como abomina o idealismo de neutralidade do terapeuta, característico da psicologia tradicional.

Acreditam que a união entre o feminismo e a psicologia propicia a compreensão do enquadramento de homens e mulheres no mundo social, incluindo a violência conjugal, a partir de uma perspectiva que concebe a consituição do ser humano com base em aspectos relacionais. O termo relacional na violência conjugal é entendido como relação entre homens e mulheres já determinado pela opressão da mulher e pela falta de “conscientização” do feminino sobre sua força na sociedade.

É uma linha de pensamento que procura, segundo Neves e Nogueira (2003), compreender e intervir na situação de violência conjugal, ou violência na intimidade, a partir da ótica feminina. Cabe ao psicólogo feminista adotar uma postura política de promoção da “re-socialização” das mulheres, do desenvolvimento da “consciência desperta” (NEVES e NOGUEIRA, 2003, p. 54). A mulher deve ser despertada para o entendimento das estruturas sociais sexistas, racistas ou homofóbicas que influenciam suas vidas.

A atuação da Psicologia dirigida aos envolvidos em violência conjugal sempre esteve relacionada a outras especialidades. Nas décadas de 70 e 80, conforme indica Gregori (1993), os psicólogos trabalhavam em programas que contavam com serviços de advogados e assistentes sociais.

Atualmente, além das orientações jurídicas e sociais, os atendimentos aos envolvidos em violência conjugal são feitos por equipes com diversos profissionais de saúde. Além disso, há uma necessidade de investigarmos como os profissionais que trabalham em qualquer programa de saúde pública significam a violência conjugal, visando criar melhores condições para a identificação e a denúncia de tal realidade, conforme explica Ângulo-Tuesta (1997).

Na última década, o interesse em conhecer a atuação dos profissionais das áreas de saúde e jurídica que atendem envolvidos em violência conjugal, esteve presente em pesquisas desenvolvidas por Ângulo-Tuesta (1997) e Brandão (1998).

Ângulo-Tuesta (1997), por exemplo, analisou as representações de 30 profissionais (médicos, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiras e auxiliares de enfermagem) de atenção primária em saúde: unidades de atenção básica da rede municipal de saúde do Rio de Janeiro (Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher e Programa do Adulto) e o Programa Médico da Família de Niterói. Investigou representações sobre o papel dos serviços públicos diante da violência de gênero no âmbito doméstico no estado do Rio de Janeiro, verificando como a ideologia de gênero influencia na criação das representações.

Na pesquisa de Ângulo-Tuesta (1997) os profissionais definem a violência contra a mulher no âmbito doméstico como uma questão histórica-social complexa, de múltiplas dimensões, que envolve fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que definem e redefinem os papéis de homens e mulheres na sociedade. Acreditam que as desigualdades de gênero, a dominação e o poder do homem

sobre a vida da mulher interferem nas condições materiais e simbólicas de vida das mulheres.

Para os profissionais a independência econômica das mulheres seria um dos fatores importantes para reverter uma situação de violência doméstica, assim como a educação e o acesso a serviços sociais. Essas concepções influenciam o olhar que os profissionais desenvolvem ao receber um usuário dos serviços de saúde. Muitos técnicos revelaram conseguir identificar casos de violência contra mulher no âmbito doméstico em decorrência das lesões físicas visíveis, problemas relacionados à violência sexual, violência psicológica e queixas inespecíficas.

Entretanto, tais identificações são feitas raramente, ou seja, diante das estatísticas apontadas por outros estudos (HEILBORN, 1996; ALMEIDA, 1998; BARCELLOS, 2003; SAFIOTTI e ALMEIDA, 1995 e 2003) sabemos que a violência doméstica não é um acontecimento excepcional, o que indica que tais profissionais apresentam dificuldades em diagnosticar os casos de violência, assim como em notificá-los.

A investigação de Ângulo-Tuesta (1997) objetivou também discutir ações possíveis de serem desenvolvidas nos serviços de saúde pública diante da violência. O estudo destaca a importância da sensibilidade do profissional como um fator gerador de condições favoráveis para uma relação profissional-usuária baseada em critérios qualitativos e não de produtividade.

Os profissionais não devem portanto, ficar restritos às informações técnicas sobre o acontecimento (número de lesões, tipos de lesões e instrumentos utilizados na agressão), embora elas sejam importantes para contextualizar os casos atendidos e criar estratégias de prevenção através, por exemplo, de ações educativas junto às comunidades. Para tanto, precisam necessariamente entender a importância de uma abordagem diferenciada, prestar atenção para além das marcas visíveis no corpo dos sujeitos com os quais interagem, mudar a dimensão microsocial das práticas na área de saúde.

Além disso, os profissionais podem, a partir da análise dos serviços prestados lutar por condições de trabalho que priorizem discussões constantes, visando criar ou manter os suportes emocional, teórico e material, para identificar situações de violência e intervir na realidade. Day et al.(2003, p. 19) afirmam que:

Os profissionais da saúde mantêm uma posição de desinformação, indiferença, negação, preconceito e temor com respeito ao problema da

violência doméstica e a suas conseqüências, assim como na detecção e prevenção de situações potencialmente perigosas, muitas vezes rotulando como “caso de IPF”¹¹, na esperança de eximir-se de tomar atitudes. O medo de obrigações legais impede de tomar atitudes que pudessem auxiliar as vítimas. Este tema sequer faz parte dos programas das universidades, em sua maioria.

Deve ser considerada, com bastante seriedade, a deficiência de preparo teórico, assim como a carência de recursos materiais que alguns profissionais enfrentam nas áreas de saúde, do setor jurídico, de segurança pública e da área de educação na discussão da temática. Muitos desses trabalhadores não denunciam, pois não estão preparados para isso.

O modelo de atendimento instituído nas Políticas Públicas de Saúde tem priorizado o número de atendimentos em detrimento da qualidade no atendimento. Dessa forma, os profissionais da área de saúde estão inseridos e de certa forma, contribuindo para a manutenção de uma lógica de atendimento que se caracteriza por um contato rápido e objetivo entre as partes, o que praticamente impossibilita o conhecimento das vivências do usuário e a discussão do contexto social, fatores que contribuem para a promoção de saúde da população.

Os profissionais de saúde que trabalham em consultórios particulares, como médicos, psicólogos e fonoaudiólogos, têm receio em notificar aos órgãos competentes os casos de violência familiar, principalmente quando existe suspeita de violência contra criança, em decorrência do medo de ficarem comprometidos com a justiça ou sofrerem retaliações por parte dos agressores (NOGUCHI et.al., 2004).

Noguchi et. al (2004) explicam que geralmente tais profissionais possuem poucas informações sobre os procedimentos necessários para a notificação e não contam com o apoio institucional ou das entidades de classe no enfrentamento da violência familiar. Existe ainda uma descrença no poder público e na real possibilidade de intervenção dos órgãos competentes nos casos.

Afirmam também que a omissão dos profissionais de saúde diante dos casos de violência familiar provoca nos mesmos a vivência de sentimentos intensos de angústia, de culpa e de impotência, muitas vezes difíceis de manejar. Entretanto, consideram imprescindível que o profissional de saúde não perca de vista seu compromisso terapêutico em auxiliar e orientar o usuário a buscar uma vida com

¹¹ Instituto Psiquiátrico Forense

qualidade emocional, e que procure meios para trabalhar seus sentimentos diante da violência.

Dessa forma, procuramos indicar neste item que, como a abordagem dos casos de maus tratos é uma tarefa muito pesada do ponto de vista emocional, o profissional da saúde deve trabalhar com seus próprios sentimentos para que possa avaliar com mais clareza seu papel profissional (inclusive ético e legal) diante de cada caso (Noguchi, 2004. p. 97).

Não podemos desconsiderar o medo de represália e o sentimento de desamparo dos profissionais que atuam isoladamente em seus consultórios particulares quando recebem casos em que há suspeita de violências familiares. Porém, acreditamos que essa realidade não pode funcionar como justificativa para a omissão dos profissionais de saúde.

Em algumas cidades, como é o caso das cidades da Grande Vitória, existem serviços de apoio aos envolvidos em situações violentas que estão disponíveis para oferecer orientações aos profissionais liberais e, no caso de violência contra crianças e adolescentes, existem órgãos que aceitam denúncias anônimas, inclusive existem entidades nacionais que recebem denúncias anônimas e depois encaminham o assunto aos órgãos estaduais.

O profissional deve, portanto, lutar pela saúde dos atendidos e, mesmo diante do medo de represálias, orientar os adultos para que os mesmos procurem os programas especializados no atendimento aos envolvidos em violências, que assumirão a linha de frente na garantia dos direitos humanos.

Pesquisas em Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs) também produzem uma discussão diferenciada ao assinalar a importância de se discutir os conceitos de gênero não apenas dos envolvidos no ambiente de violência. Brandão (1998) destaca a necessidade de questionarmos a dinâmica policial, ou seja, as representações culturais sobre o feminino e o masculino dos profissionais que trabalham no atendimento à clientela que procura a DEAM.

Sendo assim, as concepções de gênero dos policiais da DEAM pesquisada por Brandão (1998) influenciaram em suas ações diante dos casos de violência conjugal, interferindo na forma como esses profissionais realizavam os procedimentos após a ocorrência ter sido registrada, contribuindo para que a apuração dos fatos não se concentrasse sobre a violência sofrida e sim sobre a conduta moral dos envolvidos e sobre o cumprimento das obrigações prescritas a

homens e mulheres. Cabe assinalar ainda, que a autora investigou duas classificações de violência contra a mulher: queixas de ameaças e lesões corporais tecnicamente classificadas como leves pelo Instituto Médico Legal.

A desqualificação da vítima e a banalização do conflito no qual a mesma se encontra envolvida são traços marcantes nas conversas de bastidores na DEAM. Termos como 'gatinha', 'mocréias', 'mentirosas', 'malas', 'retardadas', 'desequilibrada', 'donas' foram usados pela(o)s policiais para designar mulheres sobre as quais conversavam (BRANDÃO, 1998, p. 70).

O tratamento que o denunciante recebe na delegacia pode interferir também, na decisão de registrar a ocorrência, na manutenção da queixa, assim como na suspensão dos registros, fator que prejudica a instauração do inquérito policial e a conseqüente abertura de um processo penal. Parece ser difícil para os profissionais entender a complexidade do processo no qual as mulheres que buscam auxílio técnico estão envolvidas.

A forma como os profissionais que de alguma maneira trabalham com mulheres que vivem situação de violência, entendem a temática violência deve ser investigada e discutida, já que esses são os responsáveis pela identificação, encaminhamento dos casos e muitas vezes, pelo convencimento da mulher sobre a necessidade de um acompanhamento profissional.

Além disso, muitas vezes trabalham em instituições públicas que tendem a representar interesses marcadamente assistencialistas, o que não muda efetivamente as condições de participação política das mulheres na luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Portanto, a sensibilização desses profissionais é imprescindível (CORDEIRO e COSTA, 2003), assim como a produção de reflexões e discussões sobre o que eles pensam e o que fazem diante dos casos de violência conjugal

No contexto público atual no estado do Espírito Santo os responsáveis diretos pela saúde daqueles que buscam as políticas de atenção aos envolvidos em situações de violência são os técnicos da área de saúde, da área jurídica e das ciências sociais, tais como: médicos, psicólogos, assistentes sociais, advogados, sociólogos e pedagogos.

Organismos Não Governamentais (Ongs), movimentos ligados às Pastorais da Igreja Católica, programas com verbas federais e municipais destinados ao atendimento de mulheres inseridas em situação de violência conjugal surgiram no

Espírito Santo principalmente a partir das mobilizações públicas de mulheres em meados da década de 80.

Em 2002 e 2003, foram criados alguns serviços de atendimento a homens e mulheres que compartilham relacionamentos conjugais violentos. A psicologia, conforme o levantamento inicial dessa pesquisa, está presente nos atendimentos psicossociais e nas coordenações das propostas de algumas instituições, podendo ocupar um papel estratégico na prevenção e no atendimento emergencial dos sujeitos que procuram ajuda, assim como na efetivação de um trabalho com vários especialistas: pedagogos, assistentes sociais, advogados e sociólogos.

Torna-se prioritário destacar a seguir algumas ações nos municípios da Grande Vitória, caracterizadas por um histórico de mobilização de setores governamentais e da sociedade civil para a implementação de políticas sobre os direitos da mulher, que não foram investigados por essa pesquisa.

No município da Serra – ES existem: o Núcleo de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica - PRÓ-VIDA, a Associação de Mulheres Unidas da Serra (AMUS), caracterizada pela mobilização de mulheres para garantir a formação e implementação de políticas de atendimento à mulher e o Programa Assistência Integral de Saúde da Mulher que funciona nos postos de Saúde da Serra, conforme a Cartilha do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Serrana – (COMMUS), entretanto os programas não possuíam psicólogos em seu corpo profissional, e por isso não foram estudados por essa pesquisa (SERRA, 2004).

Do mesmo modo, uma parceria entre a Prefeitura de Vitória e a Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica-ES, entidade não governamental que congrega juízas, procuradoras, defensoras públicas e advogadas mantém o Projeto JUS Mulher, no município de Vitória – ES, que oferece às mulheres de baixa renda assistência jurídica especial para os casos de violência, separação, além de outros conflitos ligados à Vara da Família.

Existiam projetos para implantação de Casas Abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica, que seriam mantidas pelo município da Serra e pelo governo do Estado do Espírito Santo, entretanto os projetos não foram implementados até o momento da realização da coleta de dados.

Quanto aos programas investigados por essa pesquisa será apresentado abaixo um histórico das políticas públicas no estado destinadas ao atendimento de homens e mulheres em situação de violência conjugal.

5 VIOLÊNCIA CONJUGAL E POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESPÍRITO SANTO

Nas últimas décadas as ações federais e municipais constituíram-se em grandes avanços no combate e prevenção da violência contra mulher, através da criação de algumas entidades e órgãos de defesa das vítimas de violência, como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985), Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres vítimas de violência (DEAM's) e os Conselhos Estaduais dos Direitos das Mulheres (OBERLING, 2003).

Conforme explica a autora, os municípios alegavam que a temática violência contra mulher era um problema de segurança pública, estando essa responsabilidade burocraticamente ligada aos estados e ao governo federal, instâncias responsáveis pela segurança de todos os cidadãos.

A partir de meados da década de 90, verifica-se portanto, o início da inserção da temática de gênero no planejamento público municipal, assim como a construção de parcerias entre os municípios e setores da política pública estadual e federal.

A violência contra a mulher passa a ser entendida não apenas como um problema de segurança pública. As ações voltadas para a temática passaram a ser tratadas nos campos da saúde, habitação, assistência social e desenvolvimento local, mesmo que através de ações pontuais.

O período se caracterizaria inclusive, pela formação de redes de serviços voltados para as mulheres vítimas de violência, demonstrando articulações que vão além das tradicionais parcerias com a esfera estadual e federal. Uma tendência que caminha para o desenvolvimento de acordos entre governos estaduais, federais, a sociedade civil organizada, empresas privadas, universidades, centro de estudos e o poder judiciário. (OBERLING, 2003)

O surgimento de redes, institucionalizadas pelo poder público ou não, pode ser uma das estratégias para promover a criação de parcerias de diversos setores da sociedade, visando, inclusive, garantir o mínimo de continuidade das ações implementadas, o que impediria que as mudanças políticas, fruto das disputas eleitorais, colocassem em risco o desenvolvimento de ações e programas.

No Espírito Santo, gradativamente, homens e mulheres com vínculos conjugais, passam a ser atendidos por programas psicossociais destinados ao atendimento de pessoas inseridas em situação de violência.

Os dados sobre os programas investigados apresentados nesse trabalho foram sistematizados a partir das seguintes fontes: relatos dos profissionais entrevistados por essa pesquisa em 2004 que atuam ou atuaram nos programas; informações obtidas através da mídia eletrônica e jornais do estado, panfletos e projetos disponibilizados pelos programas.

5.1 NÚCLEO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AOS APENADOS (NAPA)

O Núcleo de Atenção Psicossocial aos Apenados (NAPA) foi criado em setembro de 2002 pela Prefeitura Municipal da Serra, através da parceria entre a Secretaria de Saúde, Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania e Secretaria de Promoção Social do município. Oferece acompanhamento psicossocial aos apenados encaminhados pelos Juizados Especiais Criminais (JECrims) do Fórum da Serra (SERRA, 2002).

O Programa atende, portanto, pessoas que cometeram diversos delitos e que receberam penas alternativas definidas pelos JECrims. Nos casos de violência conjugal são encaminhadas pelos Juizados Especiais Criminais da Serra, através do Termo Circunstanciado, pessoas consideradas tecnicamente agressoras ou agressoras/vítimas. Além dos envolvidos diretamente no delito, são atendidos os familiares, o que significa que, nos casos de violência conjugal, homens, mulheres e crianças são acompanhados pelo programa.

O acompanhamento psicossocial é obrigatório para aquele que foi considerado autor da agressão, entretanto, nos casos de conflito conjugal, o casal envolvido é convidado a participar das atividades do projeto.

São desenvolvidos no NAPA: atendimento psicológico, social e educativo na forma individual ou grupal; visitas domiciliares, quando necessárias, para acompanhamento e estudo social; encaminhamentos para programas sociais e de saúde do município e reuniões técnicas de supervisão dos profissionais do projeto.

O quadro técnico era composto por: uma psicóloga; um assistente social; duas supervisoras; sendo uma delas psicóloga; uma coordenadora (socióloga); duas estagiárias e duas secretárias.

5.2 CENTRO DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DE VITÓRIA (CEAV)

O Centro de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica de Vitória (CEAV) foi implantado em 2001, através de uma parceria entre o Centro de Apoio aos Direitos Humanos “Valdício Barbosa dos Santos” (CADH), a Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal e a Secretaria de Estado de Justiça (CENTRO DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, 2002). Em 2002 o Programa foi lançado oficialmente, iniciando-se o processo de atendimento à população.

O CEAV é um programa federal, implantado em vários estados do país e algumas diretrizes básicas de funcionamento do programa vigoram em âmbito nacional. Cada Estado faz as adequações de acordo com a realidade local, sendo o CADH, responsável pelo gerenciamento do programa no Espírito Santo, inclusive através da contratação do quadro de funcionários.

A prevenção, o enfrentamento e o combate à violência física na Região Metropolitana de Vitória, são os principais objetivos do CEAV, que atua, inclusive, na organização e promoção de ações educativas e informativas, voltadas para a capacitação de agentes sociais multiplicadores. Uma das ações do CEAV foi coordenar a organização de uma rede de serviços às vítimas de violência na Grande Vitória, criando um cadastramento das instituições que se destinam a esse fim.

Apesar de atuar, prioritariamente na Região Metropolitana, recebe usuários oriundos de municípios do interior do estado.

Oferece também acompanhamento psicossocial e jurídico às vítimas de violência e aos seus familiares, a fim de auxiliar no enfrentamento dos danos causados pela violência. Quando necessário, realiza encaminhamentos dos usuários aos serviços de saúde e programas sociais do município, delegacias, departamento médico legal, defensoria pública e assessoria jurídica das faculdades do Estado.

As ações visando a redução dos índices de violência são pensadas, ao mesmo tempo, através do encorajamento da vítima a denunciar o agressor, o que contribuiria para a discussão da violência.

O atendimento é realizado por um advogado, um psicólogo e uma assistente social, em conjunto, no primeiro acolhimento ao usuário. A equipe de profissionais é composta ainda, por uma coordenadora (psicóloga), dois funcionários na área administrativa e uma auxiliar de serviços gerais.

Grande parte dos atendimentos realizados pelo CEAV, conforme informações dos entrevistados, tem sido caracterizada por violência doméstica, sendo prioritariamente uma demanda feminina.

5.3 CENTRO INTEGRADO DE CIDADANIA DE VITÓRIA - NÚCLEO DE ATENDIMENTO INTRAFAMILIAR

O Núcleo de Atendimento Intrafamiliar funciona no Centro Integrado de Cidadania de Vitória (CIC), um centro de serviços que pertence à Secretaria de Cidadania e Segurança Pública, havendo uma parceria entre o município de Vitória e o Governo Federal na disponibilização de recursos materiais e humanos. O CIC está vinculado ao Plano Nacional de Segurança Pública, Programa Nacional de Direitos Humanos e o Programa de Qualidade no Serviço Público (Almir Coordeiro, coordenador do projeto de implementação do CIC Vitória, em entrevista a Antônio Aquino, 2004).

A história do Núcleo de Atendimento Intrafamiliar, por sua vez, está relacionada à história do Núcleo de Atendimento à Mulher. O Núcleo de Atendimento à Mulher (NAM) foi criado em 1994 no município de Vitória - ES, objetivando elaborar, implantar e acompanhar a execução de programas e projetos de promoção social da mulher, assim como, denunciar e encaminhar às entidades competentes todos os atos de violência praticados no âmbito de suas relações (VITÓRIA, 2005).

A partir de 2003 o NAM foi incorporado ao Núcleo de Atendimento Intrafamiliar que funciona no Centro Integrado de Cidadania de Vitória (CIC), ocasião em que foram disponibilizados atendimentos psicológicos e orientação jurídica.

Conforme escreve Freitas (2004) o Núcleo de Atendimento Intrafamiliar possui os seguintes objetivos: levar a mulher ou o casal a uma mudança de

comportamento. Homens e mulheres são ouvidos, visando a construção de um consenso entre o casal. Quando existe necessidade, os casos são encaminhados para a assessoria jurídica¹² que compõe o Núcleo de Atendimento Intrafamiliar ou para outros serviços, tais como: escritório modelo, JUS Mulher, Promotoria Civil, Defensoria Pública, Juizado da Infância e da Juventude, Delegacia da Mulher, INSS, PAVIVIS.

Para a coordenadora do Núcleo as mulheres são orientadas a ocupar cada vez mais seu espaço no mundo com dignidade, resolvendo conflitos sem agressões físicas ou verbais.

O Centro Integrado de Cidadania de Vitória (CIC) pertence à Secretaria de Cidadania e Segurança Pública, havendo uma parceria na disponibilização de recursos materiais e humanos, entre o município de Vitória e o governo federal. O CIC está vinculado ao Plano Nacional de Segurança Pública, Programa Nacional de Direitos Humanos e o Programa de Qualidade no Serviço Público. (Almir Coordeiro, coordenador do projeto de implementação do CIC Vitória, em entrevista a Antônio Aquino, 2004).

O Núcleo de Atendimento Intrafamiliar, possui, portanto, um trabalho de orientação, esclarecimento, acompanhamento psicossocial e jurídico para as pessoas envolvidas em conflitos familiares. São atendidos homens e mulheres envolvidos em conflitos conjugais e seus familiares, crianças e idosos que procuram atendimento no CIC ou foram encaminhados por algum programa ou órgão público, assim como, adolescentes em risco social encaminhados pelo Ministério Público e pessoas com penas alternativas encaminhadas pelos Juizados Especiais. Preferencialmente, são atendidas pessoas com renda igual ou inferior a três salários mínimos (Freitas, 2004).

Em seu corpo técnico, até o momento da realização da pesquisa, existiam: dois psicólogos, duas assistentes sociais, dois advogados, uma coordenadora (pedagoga), estagiários nos setores de serviço social e jurídico e oito atendentes que realizavam, geralmente, o primeiro contato com os usuários.

¹² Advogados que orientam os casais sobre seus direitos, pensão, divórcio.

5.4 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL (PAVIVIS)

O Programa de Atendimento às Vítimas de Violência sexual (PAVIVIS) foi constituído em 1998, através de um convênio de cooperação técnica operacional entre a Secretaria de Estado de Segurança Pública, o Departamento Médico Legal de Vitória-ES e a Universidade Federal do Espírito Santo, através do Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes (HUCAM). Conforme informações contidas no site do programa, a partir de 2000 tornou-se um programa de extensão.

Em 2002, a Prefeitura Municipal de Vitória firmou um convênio com o PAVIVIS, resultando na implementação do Programa Sentinela¹³, que passou a funcionar com a mesma equipe de trabalho.

O acompanhamento psicológico, a assistência social, jurídica, médica e laboratorial dos casos de violência sexual são algumas das ações desenvolvidas pelo programa. O PAVIVIS realiza, inclusive, um trabalho de prevenção, orientando e informando diversos setores da sociedade civil e os agentes dos programas governamentais sobre procedimentos relacionados à violência sexual. Assim como atua na mobilização junto aos setores jurídicos visando discutir as questões legais relacionadas à penalização dos agressores e à proteção das vítimas.

As informações obtidas indicam que o PAVIVIS atende casos de violência sexual, recebendo vítimas de várias idades, escolaridades e níveis sociais, havendo predominância de denúncias de violência sexual contra o sexo feminino. Os casos de violência sexual em âmbito conjugal são esporádicos, encaminhados, geralmente, por outros programas da Grande Vitória especializados no atendimento conjugal.

O PAVIVIS recebe moradores da Grande Vitória e casos oriundos do interior do estado. Trabalha em parceria com o Ministério Público do Espírito Santo fornecendo relatórios e pareceres técnicos e realiza encaminhamentos dos usuários para outros programas de saúde, sociais, de geração de renda e delegacias.

O PAVIVIS participa dos seguintes movimentos sociais : Secretaria executiva do Fórum de Enfrentamento e Erradicação da Violência Sexual Infanto-juvenil do

¹³ O Programa Sentinela é uma proposta elaborada pelo Governo Federal, que faz parte do Plano Nacional de Segurança Pública, visando o estabelecimento de ações de prevenção e combate a violência e exploração sexual infanto juvenil, em cooperação com os Governos Estaduais, Municipais, outros poderes e a sociedade civil. (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome/ Secretaria Nacional de Assistência Social do Governo Federal)

Espírito Santo; Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Mulheres e Relações (NEPENGE); Núcleo de Estudos sobre a Criança e o Adolescente (NECA) e da Rede de Atendimento às Vítimas de Violência.

Foi constatado o seguinte quadro de profissionais: uma coordenadora (assistente social), uma psicóloga, duas assistentes sociais, duas educadoras (uma estudante de serviços social e uma artista plástica), uma terapeuta corporal, médicos do HUCAM, estagiários de serviço social, de comunicação social, engenharia da computação e direito.

5.5 CASA ABRIGO DE VILA VELHA - ES

Como não foram encontrados materiais na mídia sobre a história da Casa Abrigo de Vila Velha, foram realizadas entrevistas com a coordenadora do programa, e com os profissionais de pedagogia e psicologia para configurar as informações sobre o Programa.

O Programa de Combate à Violência contra a Mulher foi idealizado pelo movimento comunitário de mulheres do município de Vila Velha – ES. Dessa mobilização foi criado um projeto, enviado ao governo federal, que disponibilizou recursos financeiros para a implantação do programa, cabendo ao município a estruturação e manutenção do mesmo.

A lei municipal 4057 instituiu o Programa de Combate à Violência contra a Mulher de Vila Velha. Em 2003, ocorreu a abertura de uma Casa Abrigo, destinada ao acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos menores de 18 anos, em situação de risco de morte, durante um prazo limite de três meses.

Verificou-se a necessidade de criação de um espaço para triagem das mulheres que freqüentariam o Abrigo e para a orientação de mulheres que sofriam qualquer tipo de violência, surgindo portanto o Centro de Referência de Apoio à Mulher vítima de Violência, até mesmo em decorrência da Casa Abrigo ser um local sigiloso, com pouca visibilidade. Na época da pesquisa, a equipe de profissionais que trabalhava na Casa Abrigo realizava plantões no espaço destinado ao Centro de Referência, visando o aprimoramento desse espaço e o fortalecimento das idéias que originaram o Centro.

A Casa Abrigo de Vila Velha desenvolve acompanhamento psicossocial, assim como assistência pedagógica e orientação jurídica para os usuários. Busca ainda, alternativas que priorizem o desenvolvimento da autonomia das mulheres que desejam dar um basta à situação de violência doméstica, tais como: capacitação profissional, encaminhamento ao emprego, regularização de documentos, acompanhamento aos serviços médicos, retorno aos estudos, busca por parentes que possam acolher a mulher.

Para freqüentar a Casa, a mulher precisa, necessariamente, registrar a ocorrência da violência na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, já que os profissionais acreditam que essa seja uma das formas de combater a impunidade, objetivo do Abrigo.

Alguns dos parceiros da Casa Abrigo são: Programas Sociais e de Saúde do município, Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher, O Centro de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica de Vitória (CEAV), Hospital da Mulher e SOS Mulher de Vila Velha.

Na equipe de profissionais estavam: uma coordenadora (assistente social), um profissional de psicologia e um de pedagogia, duas assistentes sociais, uma advogada, um motorista, quatro vigilantes e um funcionário que administra a Casa Abrigo.

A Instituição atende mulheres de idades, níveis econômicos e escolaridades variados, que residem no Espírito Santo e, em casos especiais, recebe usuárias em situação de risco de morte, de casas abrigo de vários estados do país.

5.6 SOS MULHER DE VILA VELHA

O SOS Mulher de Vila Velha surgiu em 2000, funcionando atualmente no Hospital da Mulher, no município de Vila Velha. O modelo de funcionamento do SOS foi trazido por uma equipe da Universidade de São Paulo (USP), que realizou um treinamento com os funcionários contratados pela Prefeitura Municipal de Vila Velha, para a implantação do programa nesse município, baseado no funcionamento do SOS paulista.

À prefeitura do município de Vila Velha cabe portanto, a manutenção do programa, que conta com algumas parcerias com o governo federal para envio de medicamentos e treinamento de pessoal.

A necessidade de implantação de um programa nos moldes de um SOS Mulher surgiu em decorrência de casos de mulheres violentadas detectados por médicos obstetras e ginecologistas do Hospital da Mulher.

O Programa possui uma equipe feminina de funcionários, composta por uma médica, uma assistente social e uma enfermeira, atendendo mulheres vítimas de violência sexual do município de Vila Velha e de cidades do interior do estado, com idades e nível sócio-econômico variados.

Apesar de atender uma clientela feminina violentada sexualmente, o SOS Mulher, em seus quatro anos de funcionamento, não atendeu nenhum caso de violência sexual conjugal, assim como não recebeu oficialmente casos de outras violências praticadas entre cônjuges, que pudessem ser encaminhadas aos programas da Grande Vitória. Os funcionários explicam o fato, afirmando que os casos de violência conjugal, em geral, são pouco denunciados. Além disso, existem outros programas especializados na Grande Vitória de maior visibilidade pública, que provavelmente estariam recebendo esses casos específicos.

Porém, a análise dos relatos dos profissionais entrevistados indica que existem em atendimento psicológico, mulheres casadas, que foram violentadas sexualmente por homens que não são os maridos, e que passam por uma série de problemas conjugais após o ocorrido, indicando principalmente a produção de violências psicológicas entre os cônjuges.

O SOS Mulher, seria um programa para receber, prioritariamente, encaminhamentos da comunidade local, das Delegacias de Mulheres e do Departamento Médico Legal de Vitória. Em 2004 o Hospital da Mulher ficou em reforma durante seis meses, em decorrência da enchente provocada por chuvas no município. Sendo assim, durante esse período, o SOS Mulher funcionou em locais emprestados por igrejas e movimentos comunitários, o que, de certa forma, comprometeu o funcionamento do programa.

6 OBJETIVOS

Os principais objetivos do estudo são:

Identificar as concepções de gênero e de violência conjugal de psicólogos que atuam em programas de atendimento aos homens e/ou às mulheres envolvidos em situação de violência conjugal nos municípios de Vitória, Vila Velha e Serra, cidades da região metropolitana do estado do Espírito Santo.

Analisar se as representações que os psicólogos possuem sobre homens e mulheres envolvidos em ocorrências de violência nos relacionamentos conjugais, obedecem à lógica dual: homem, agressor, ativo, atribuindo à mulher uma posição de vítima, passiva, o que poderia contribuir para que o profissional acabasse assumindo uma postura de defensor de uma das partes, levando-o a exercer uma espécie de tutela.

Considerando que existem psicólogo(a)s inseridos nas equipes multiprofissionais vinculadas a estas instituições nos parece importante o levantamento de dados qualitativos sobre a prática psicossocial no atendimento à violência conjugal nos municípios de Vitória, Serra e Vila Velha, pois possibilita a atualização de informações sobre a realidade próxima e material teórico relevante para discussões acadêmicas sobre temas afins à atuação profissional nessa área, que eventualmente possam aparecer, como a história dos programas, a inserção do psicólogo, os diversos tipos de atendimentos realizados por esses profissionais, bem como as dificuldades encontradas.

Presumimos que se trata de profissionais que tiveram uma formação técnica supostamente orientada para lidar com diversidades, afirmando uma postura de reconhecimento do outro a partir das pluralidades, buscando combater radicalismos, defendendo um discurso ético e portanto não reducionista. Desejamos verificar se tais profissionais acabam reproduzindo as noções de gênero polarizadas e dicotômicas.

O fato desses profissionais (psicólogos) atenderem, em maior número, mulheres violentadas, ou homens denunciados como agressores, pode interferir nas concepções que formulam a respeito dos papéis de gênero na definição de violência conjugal, principalmente por terem acesso, ao menos imediato, a apenas a uma das partes envolvidas.

Verificar se existem idéias de intervenção para o homem defendidas por profissionais que atendem apenas às mulheres participantes das relações conjugais violentas.

Além disso, será verificada a permanência do caráter emergencial nos atendimentos prestados, ou a existência de uma mudança no tipo de atendimento em decorrência de mobilizações entre diversos setores da sociedade civil.

A escolha por psicólogos está fundamentada na necessidade de investigar quais as características das concepções de gênero de um especialista, que lida diretamente com o discurso de mulheres e homens inseridos em contexto de violência conjugal.

Aspira-se assim, produzir reflexões que possam ser usadas como subsídios teóricos para a promoção de discussões sobre a prática da Psicologia no Espírito Santo diante das mudanças gradativas nas relações de gênero, sugerindo uma noção de violência conjugal relacional. Acreditamos que os dados servirão para discussão inicial, visto que o atendimento especializado a cônjuges em situação de violência possui um histórico recente no Estado, podendo então contribuir para divulgação e reconhecimento da importância desses centros especializados e para o desenvolvimento de outras pesquisas complementares.

7 OBSERVAÇÕES SOBRE O MÉTODO

7.1 PARTICIPANTES

Inicialmente seriam convidados a participar da pesquisa oito psicólogos que estavam trabalhando nos programas de atendimento a mulheres e homens em situação de violência conjugal citados anteriormente.

Durante a coleta de dados, recebemos a informação que um dos programas tinha em seu quadro de funcionários uma psicóloga responsável pela supervisão dos casos clínicos atendidos pelo setor de psicologia e serviço social, assim como pelas discussões institucionais do programa, sendo portanto, convidada a participar da pesquisa. Sendo assim, nove psicólogos participaram do estudo.

O mapeamento de tais centros de referência foi feito através de contatos com pessoas envolvidas em movimentos de mulheres e com as Instituições, onde pedíamos para que citassem outros programas existentes na região. Em alguns casos, realizamos contatos telefônicos para atualização dos dados. Algumas alterações já estavam previstas em decorrência das mudanças constantes de profissionais que caracterizam os programas no setor público, motivadas pelas contratações temporárias e pelas nomeações de concursos públicos que promovem remanejamento de pessoal.

No período de coleta de dados, dois profissionais foram convidados para trabalhar em outros programas, conforme relatado a seguir. Um profissional que na época do nosso mapeamento estava na Casa Abrigo de Vila Velha, foi convidado a trabalhar no CEAV. Como havia apenas um mês de seu desligamento da Casa Abrigo e considerando que ele seria responsável pelo treinamento e supervisão do novo profissional que entraria nessa Instituição, o profissional foi entrevistado tendo como foco sua experiência na Casa Abrigo.

Por sua vez, o psicólogo que estava no CEAV foi convidado a trabalhar em um programa em outra cidade dirigido a outra clientela. Entretanto, como estava desligado do CEAV apenas há um mês e por ter participado da implantação do programa no estado e ter permanecido na função por dois anos e sete meses, foi entrevistado como psicólogo do CEAV.

O psicólogo do SOS Mulher afirmou que apesar de não atender mulheres que foram violentadas pelos seus parceiros, atende mulheres que são casadas ou possuem vínculos conjugais e que a violência sexual sofrida interfere nos relacionamentos dos casais, portanto, lidam com questões de gênero e conjugalidade.

Os nove psicólogos (seis mulheres e três homens), com tempo de atuação mínimo de três meses na Instituição, estavam assim distribuídos:

- Um psicólogo da Casa Abrigo para Mulheres de Vila Velha.
- Um psicólogo do Hospital da Mulher de Vila Velha que abriga o SOS Mulher de Vila Velha.

- Dois psicólogos do NAPA, sendo que um desses profissionais está na função de supervisão dos casos clínicos e das questões institucionais.
- Dois psicólogos do CEAV, estando um profissional na função de coordenação do programa.
- Dois psicólogos do Centro Integrado de Cidadania de Vitória – Núcleo de atendimento intrafamiliar.
- Um psicólogo do PAVIVIS – Vitória.

Os participantes serão apresentados com o termo psicólogo e numerados de 01 a 09 para preservar a identidade dos profissionais. As idades dos psicólogos oscilaram entre 28 anos a 49 anos, sendo que oito participantes estavam casados e uma psicóloga estava solteira. Todos residiam na Região da Grande Vitória.

Os entrevistados desenvolveram em suas vidas, experiências conjugais sejam elas formais ou informais com mais de 3 anos, ou seja, possuem referências concretas do que seja interagir com um parceiro (a). Destacar tal fator possibilita mostrar que esses profissionais possuem uma história de conjugalidade que pode interferir nas concepções e modelos sobre o que seja um casal. A vida conjugal parecer ser afetada pela rotina de serviços da psicologia na área de violência conjugal, como podemos depreender em algumas entrevistas.

Ainda considerando os dados familiares, apenas dois participantes não possuem filhos. Verifica-se uma diversidade considerável entre o tempo de casado dos participantes, havendo uniões recentes, de um mês, por exemplo, e casamentos com mais de 20 anos de convivência.

Quanto à formação acadêmica dos entrevistados, sete psicólogos são formados pela Universidade Federal do Espírito Santo e dois por universidades do Rio de Janeiro: Santa Úrsula e Celso Lisboa. Um dos participantes é formado em psicologia e pedagogia. Os entrevistados com menor e maior tempos de formado possuem, respectivamente, três e dezoito anos. Todos fizeram especializações nos últimos dez anos, sendo que uma psicóloga é mestra em psicologia pela UFES.

As especializações possuem as seguintes áreas temáticas: Família; Medicina Psicossomática; Violência contra criança e adolescente; Violência sexual; Psicologia jurídica; Psicologia clínica e hospitalar. Apenas três entrevistados fizeram suas especializações durante o tempo em que estavam trabalhando nos programas

sociais, e optaram por orientar sua complementação acadêmica de acordo com as atividades que estavam desenvolvendo.

A formação técnica dos entrevistados reflete as exigências crescentes de titulação estabelecidas pelo mercado, o que de certa forma explica o fato de todos os sujeitos serem pós – graduados, havendo, inclusive, três psicólogos com mais de uma especialização.

Além do vínculo com a Instituição analisada, os entrevistados possuíam outras atividades ligadas ao exercício da psicologia tais como: atendimentos em consultórios e atividades de docência em ensino superior e ensino médio.

7.2 INSTRUMENTO

Foi utilizado um roteiro de entrevista semi-estruturado (APÊNDICE A) para orientar a entrevista com os sujeitos. Os núcleos temáticos abordaram os seguintes tópicos: histórico do programa e do vínculo do psicólogo com a instituição; características dos usuários do programa; tipos de atendimento; práticas de atendimento psicológico; concepções sobre relação conjugal; concepções sobre violência conjugal; representações sobre homem e mulher e propostas de políticas públicas para a prevenção da violência conjugal.

7.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

A entrevista foi realizada individualmente em local definido pelos psicólogos e gravada com autorização prévia dos participantes. A intenção era solicitar por escrito a concordância em participar da pesquisa dos sujeitos (APÊNDICE B) e da Instituição (APÊNDICE C) em que trabalham. Entretanto foi possível apenas solicitar do sujeito o consentimento, já que durante os contatos feitos pessoalmente ou por telefone com as coordenações ou representantes dos mesmos nos programas, foi sugerido que tudo poderia ser acertado entre a entrevistadora e os profissionais. Ficou entendido que, se os profissionais concordassem em participar, a instituição estaria consentindo com a realização da pesquisa.

A coleta de dados aconteceu entre maio e agosto de 2004. Das nove entrevistas, sete foram realizadas nas Instituições em que os profissionais trabalham, sendo que dois participantes preferiram ser entrevistados em seus consultórios, com o argumento que provocaria menor alteração em suas rotinas.

7.4 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

A abordagem qualitativa de organização de dados foi utilizada e a análise de conteúdo foi a técnica proposta. A análise de conteúdo, como nos mostra Minayo (1993) pretende ultrapassar o nível do senso-comum, do subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica frente às entrevistas. A técnica proposta pretende ultrapassar os significados manifestos.

É portanto, um conjunto de técnicas de análise de comunicações que permite uma interpretação exaustiva do conteúdo presente nas mensagens através da utilização de operações analíticas, procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição destes conteúdos. A partir de indicadores quantitativos e/ou qualitativos presentes nas mensagens busca-se inferir conhecimentos relativos ao emissor e às condições de produção e recepção de mensagens (BARDIN, 1979).

Por meio dos significantes e significados do texto busca-se atingir outros significados de natureza psicológica, sociológica, política e histórica. Nesse estudo, utilizamos a análise temática, uma das técnicas da análise de conteúdo.

Para tanto, as entrevistas transcritas passaram por uma leitura flutuante a fim de criarmos uma visão global dos dados e depois por leituras mais específicas, tentando identificar as unidades de registro (temas), para efetivarmos o processo de categorização, conforme ensinam Bardin (1979) e Lavelle e Dionne (1999).

A leitura flutuante permite a exploração exaustiva da entrevistas, possibilitando a obtenção de uma visão global das opiniões dos participantes, ou seja, as tendências centrais das respostas do grupo como um todo. As respostas dos sujeitos podem ser analisadas como um único conjunto dentro do qual são verificados os possíveis conflitos de opiniões, inconstâncias entre as respostas e as falas contraditórias, como sugere Nicolaci-da-Costa (2002a, 2002 b, 2003).

As entrevistas foram recortadas em torno de temas – unidades de registro, pré definidas a partir dos assuntos que circundavam os objetivos da pesquisa.

Foram utilizados os seguintes temas: os psicólogos; a psicologia , conjugalidade, gênero , violência conjugal e dados sobre os programas.

Em seguida foi feito um estudo minucioso dos conteúdos (frases e palavras), que compunham cada tema, objetivando encontrar o sentido das frases, compará-las, avaliar e descartar os acessórios, reconhecer as idéias essenciais e selecionar os principais conteúdos em torno de cada tema. O procedimento permitiu investigar o lugar de cada unidade no conjunto de assuntos tratados pelas entrevistas. Dessa forma foi explorado o acesso aos conteúdos manifestos e ocultos, ou seja, os elementos simbólicos da mensagem. Elementos que contribuem para o entendimento das questões políticas, históricas e ideológicas que constroem os discursos dos entrevistados, esclarecem Laville e Dionne (1999).

Para reordenar o material, foram estabelecidas categorias, seguindo o modelo misto proposto por Laville e Dionne (1999). Inicialmente, as categorias foram construídas a partir dos objetivos pré definidos na pesquisa. A partir da análise minuciosa dos conteúdos foram feitas alterações nas categorias. Cada categoria poderia conter mais de um assunto, agrupados pela proximidade de sentidos.

Sendo assim foram estabelecidas as seguintes categorias:

- O atendimento psicológico. Essa categoria comportou as seguintes divisões: Objetivos dos programas, Composição do atendimento psicológico; Temáticas discutidas pela psicologia; Características atribuídas aos usuários; Encaminhamentos.
- Conjugalidade
- Gênero
- Violência conjugal. Categoria que contemplou as estratégias de enfrentamento e a prevenção da violência conjugal.

A análise dos conteúdos da linguagem em pesquisa necessita da união de conceitos de diferentes disciplinas das áreas de ciências humanas e sociais. A linguagem, nesse caso, jamais deve ser entendida como um recurso técnico para estabelecer significados, ou apenas instrumento de comunicação. O sujeito histórico, o contexto histórico-social e ideológico, a linguagem e as variáveis psicossociais do emissor se constituem e se alteram mutuamente como destacam Bardin (1979) e Rocha-Coutinho (1998).

Portanto, ao entrevistarmos psicólogos que trabalham em instituições que atendem mulheres e homens inseridos em situação de violência conjugal é prioritário analisar fatores como: quem são os interlocutores e o contexto sócio-ideológico em que se inserem e atuam.

Cabe assim, conforme Rocha-Coutinho (1998), acreditar que os falantes inscrevem em suas falas, suas ideologias, seus interesses. Através da linguagem agem e transformam a realidade. O conhecimento lingüístico não se limita apenas ao conhecimento das formas engendradas pela gramática, exige um conhecimento do valor social dado a elas. As pessoas não falam do mesmo modo, mas compartilham um conjunto de normas comuns à linguagem, compartilham recursos lingüísticos quanto às regras de interação e interpretação.

Apresentamos abaixo um quadro indicativo das categorias utilizadas nesse estudo:

CATEGORIAS	SUBDIVISÕES DAS CATEGORIAS
O atendimento psicológico	<ul style="list-style-type: none"> • Objetivos dos programas • Composição do atendimento psicológico • Temáticas discutidas pela psicologia. • Características atribuídas aos usuários. • Encaminhamentos
Conjugalidade	
Gênero	
Violência conjugal	<ul style="list-style-type: none"> • Enfrentamento • Prevenção

Quadro 01- Quadro indicativo das categorias do estudo

7.5 AVALIAÇÃO ÉTICA DE RISCOS E BENEFÍCIOS

Visto que os profissionais poderiam sentir-se expostos e avaliados ao falarem de suas concepções de gênero, associadas a suas atividades cotidianas e às suas práticas profissionais, explicamos para os mesmos que a pesquisa não busca uma avaliação individual da prática profissional. Disponibilizamos meios de contato com a responsável pela pesquisa para que os sujeitos pudessem, em qualquer momento, durante o desenvolvimento da pesquisa, esclarecer dúvidas. Entretanto a

possibilidade das respostas estarem influenciadas pelo sentimento de avaliação dos profissionais foi considerada na discussão dos dados.

Avaliamos como riscos para os profissionais que participaram da pesquisa, a produção de um sentimento de avaliação pessoal diante das perguntas sugeridas pelo roteiro de entrevista, a possibilidade dos dirigentes da instituição de associar a realização da pesquisa a medidas de avaliação dos programas, pressionando os profissionais a produzir um discurso em consonância com os objetivos das Instituições. Como a conversação para a realização da pesquisa foi feita com os coordenadores dos programas, estes podem ter pressionado os profissionais a participar da entrevista.

Foi garantido aos profissionais o direito de, em qualquer momento da pesquisa desistir da participação, assim como foi esclarecido que a pesquisa está vinculada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, não possuindo qualquer interesse político-partidário. Tal observação é importante, já que os dados foram coletados em ano eleitoral e alguns programas são mantidos pelas prefeituras, o que poderia desencadear uma associação entre a pesquisa e as eleições municipais.

Da mesma forma, foi ressaltado aos participantes que sua identidade será mantida em sigilo, bem como a divulgação dos dados será feita apenas para fins de pesquisa.

Os dados dessa pesquisa possibilitam algumas contribuições para os profissionais entrevistados, entre elas destacamos conhecimentos sobre os espaços ocupados pelos psicólogos que trabalham com a violência conjugal e suas práticas diante da clientela atendida, oferecendo portanto, um panorama atual e global sobre os atendimentos psicossociais relacionados à violência conjugal. A pesquisa pode servir como um meio para divulgar informações sobre a psicologia no estado.

Os resultados da pesquisa serão apresentados aos participantes por meio de reuniões com os psicólogos, onde as principais análises serão debatidas, assim como, será disponibilizada uma cópia desse trabalho para cada Instituição.

8 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

8.1 OBJETIVOS DOS PROGRAMAS

A forma como os psicólogos entendem os objetivos dos programas influencia na composição do atendimento psicológico e na forma como os profissionais explicam a violência conjugal. Essa, em alguns casos passa a ser conceituada em conformidade com os objetivos do programa e com o referencial teórico que sustenta a formulação de tais objetivos, conforme será discutido adiante.

Os objetivos dos programas mais citados pelos psicólogos, em ordem decrescente, foram:

- Oferecer serviços psicossociais para os inseridos em situação de violência e para seus familiares.
- Trabalhar a prevenção da violência.
- Fornecer orientações sobre cidadania e questões jurídicas.
- Mediar conflitos de casais.
- Encorajar as vítimas a denunciar seus agressores, o que contribui para a redução da impunidade.

Oferecer serviços psicossociais aos inseridos em situação de violência foi o objetivo citado por todos os psicólogos. O acolhimento e a atenção disponibilizada ao usuário é a principal estratégia para, num primeiro momento, aliviar o sofrimento do outro.

A prevenção da violência é vista como objetivo do programa para a maioria dos entrevistados. É realizada mediante a intervenção da psicologia com o indivíduo que procura o serviço, com seus familiares e por meio de mobilizações com outros setores sociais. Para os psicólogos, problematizar a violência conjugal é uma ação que contribui para a mudança na sociedade.

A orientação jurídica é citada como uma das propostas do programa para cinco profissionais. Para eles, orientar, esclarecer, conversar sobre direitos, sobre assistência social, cidadania, é uma forma de instrumentalizar o sujeito para o enfrentamento das condições que produzem a violência e tem sido uma das práticas da psicologia.

Produzir mediações na solução de conflitos de casais é uma das formas de auxiliar homens e mulheres, na vivência dos problemas conjugais, Afirmam,

inclusive, que atuar como intercessores na resolução de conflitos dos casais em situação de violência conjugal é um dos caminhos para evitar a reincidência dos diversos tipos violência doméstica.

Afinal, como aponta um dos entrevistados, o psicólogo deve entender a realidade de cada sujeito, e a dificuldade afetiva de se desfazer de experiências, expectativas :

[...] porque normalmente é doloroso pro casal, mesmo eles tendo todos os motivos do mundo. Mesmo as mulheres que sofreram uma agressão é difícil estar interrompendo um casamento. E estar preparando um pouquinho mais as pessoas, mexe muito com o emocional. Elas tem decisões muito importantes em relação aos filhos, em relação ao patrimônio (Psicólogo 02).

Além disso, separar-se pode significar confrontar idealismos com realidade, e ainda, como analisa Feres-Carneiro (1998) pode ser sentido de forma imediata como um sentimento de fracasso, de impotência, apesar de ser significada por homens e mulheres como a melhor solução para um casal cujos membros não se consideram capazes de ultrapassar dificuldades e diferenças. Ao mediar conflitos conjugais, os psicólogos contribuiriam para tornar separações ou os retornos conjugais, acontecimentos menos dolorosos para homens e mulheres.

Alguns psicólogos acreditam que cumprem os objetivos de diminuição da violência e da luta pela redução da impunidade quando encorajam as vítimas a denunciarem seus agressores nos órgãos nos competentes.

Um é diminuir os índices de violência. Na medida que a gente trabalha as pessoas e elas vão denunciar a violência , se encorajam para poder denunciar a situação que estão vivendo, a gente entende também que a violência começa a ser coibida. Então esse é um pilar, o outro pilar é reduzir a impunidade. Porque a medida que a pessoa denuncia já um passo importante, mas é preciso que a autoridade policial, a autoridade jurídica cumpra com seu papel para que o crime seja punido e para que a pessoa seja punida também. Para que a pessoa seja punida e o crime não aconteça mais. (Psicólogo 05)

8.2 COMPOSIÇÃO DO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO

Nos programas de atendimento às vítimas de violência foram observadas várias formas de oferecer o atendimento da psicologia que extrapolam a idéia de atendimento clínico individual tradicional, historicamente vinculado ao saber psicológico.

O trabalho multiprofissional, por exemplo, está sendo realizado pela maioria dos profissionais, o que mostra uma tendência no setor de psicologia a trabalhar em conjunto com outros técnicos, assistentes sociais e advogados, no momento de atendimento aos usuários.

Alguns profissionais participaram da formulação e implantação dos programas, fazendo as adequações das propostas à realidade local. Atuaram formulando a metodologia, a escolha do referencial teórico, do material a ser adquirido para funcionamento dos centros.

Tais dados permitem supor que o profissional de psicologia está contribuindo para dar forma aos trabalhos práticos, relacionados à violência no estado. Possuem, portanto, responsabilidade direta nas configurações básicas de atendimento que sustentam os programas.

Para alguns psicólogos, a psicologia consegue ter autonomia na estruturação do atendimento psicológico, determinando a forma e a duração do atendimento. Além disso, alegam que a função do psicólogo é contribuir para que o indivíduo sinta o atendimento psicológico como uma possibilidade de mudança, de reflexão sobre as violências vivenciadas e não como uma punição, conforme indicam as falas no final dessa seção.

Todos os entrevistados reconhecem que os profissionais de psicologia na Grande Vitória não se mobilizam para a criação de espaços onde a prática psicológica de atendimento às pessoas inseridas em situação de violência possa ser discutida. Os profissionais conhecem os trabalhos de alguns colegas, fazem encaminhamentos de casos, conversam sobre os usuários encaminhados, porém acreditam que a mobilização deveria ser mais efetiva, mais política.

Dos nove psicólogos, dois profissionais estão atuando em posições de supervisão dos casos técnicos, sendo que um também está na posição de coordenador, cuidando, inclusive de questões administrativas. Esses profissionais estão desenvolvendo discussões institucionais e técnicas com grupo de especialistas que atendem os usuários e fazem avaliações periódicas do funcionamento dos programas e relatórios para entidades competentes.

Conforme a indicação dos sete profissionais, já que duas psicólogas não fazem atendimentos aos usuários pois atuam nas funções de supervisão e coordenação dos programas, apresentamos os tipos de atendimentos psicológicos mais realizados pelos profissionais, nessa ordem:

- Atendimento clínico individual
- Orientação individual
- Atendimento clínico ao casal
- Atendimento em grupo
- Orientação em grupo
- Mobilização social da sociedade.
- Visitas domiciliares e institucionais
- Atendimentos a grupos de casais.

Para a maioria dos psicólogos o atendimento clínico individual é o tipo de atendimento mais freqüente com os envolvidos em violência conjugal. Sendo que dois profissionais realizam apenas os atendimentos individualizados.

Cabe assinalar algumas diferenciações feitas pelos psicólogos entre atendimento psicológico e orientação psicológica. De acordo com alguns psicólogos em alguns momentos, em decorrência do tipo de caso atendido não é possível desenvolver um “atendimento” psicológico dos usuários, um suporte emocional duradouro. Dessa forma, são disponibilizadas sessões de orientações e esclarecimentos sobre algumas temáticas como: documentação, questões judiciais, procedimentos médicos cabíveis, encaminhamentos que poderão ser realizados.

Todos os psicólogos realizam atendimento aos filhos e/ou parentes dos usuários, o que sugere que os profissionais tendem a considerar a importância do contexto familiar para a ocorrência da violência conjugal, assim como entendem que esse tipo de violência traz conseqüências para vários envolvidos. A preocupação dos profissionais parece estar centrada no apoio aos filhos dos usuários.

Nesse sentido, o atendimento ao casal foi citado por três profissionais, sendo que dois realizam atendimento clínico ao casal e uma realiza atendimento de casais em grupos. Essa realidade sugere que a maioria dos profissionais trabalha com segmentos: atendimentos a mulheres, atendimentos aos filhos das mulheres, não existindo espaço para um trabalho com a família que permita discutir o funcionamento familiar com os inseridos na violência conjugal.

Como afirmamos anteriormente grande parte dos profissionais desenvolve atividades restritas ao espaço físico do programa no qual trabalha. Nesse sentido poucos fazem visitas domiciliares para conhecer a realidade dos usuários ou visitas a outras instituições em busca de parcerias.

Temos assim, as seguintes observações feitas pelos profissionais:

[...] Mas no sentido da intervenção psicológica esses centros que se propõem a trabalhar o atendimento às vítimas de violência, pensar a prática clínica é muito pouco. É algo que limita muito, talvez, limite muito.... Importante sim, mas suficiente, com certeza não, se eu for pensar na dinâmica de um contexto de produção do fenômeno, né [...] (Psicólogo 06)

[...] eu acho que a gente conseguiu muito. Só pelo trabalho que a gente faz em rede, eu acho que é muita coisa. É aí que a coisa funciona, porque um trabalho isolado, você só pensar em atendimento, é pouca coisa. Tem que pensar em defesa, responsabilização e atendimento. E quando os três se dão, eu acho que a coisa funciona. (Psicólogo 09)

Então a gente foi contratado, a equipe técnica formada por dois assistentes sociais, um psicólogo e uma pedagoga para estar implantando esse projeto. Então a gente fez a discussão com diferentes entidades e personalidades na vida pública de vários municípios para estar criando a lei municipal [...] (Psicólogo 04)

8.2.1 Temáticas discutidas pela psicologia

Para todos os psicólogos conhecer e refletir sobre a história de vida do usuário, o que ele conta e sente é fundamental no atendimento psicológico.

Os temas abaixo correspondem aos assuntos mais discutidos nos atendimentos psicológicos, sendo interessante destacar que todos os assuntos abaixo foram citados por mais de seis profissionais, o que mostra a relevância de tais temas nas discussões sobre a violência conjugal para a Psicologia.

- O funcionamento do relacionamento conjugal
- As questões de gênero, os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres apontando as desigualdades .
- Reflexões sobre as violências conjugais vivenciadas.
- O esclarecimento das questões legais e os direitos do usuário.
- Discussões sobre a auto-estima do sujeito.
- A importância de a violência ser registrada nos órgãos competentes.

O funcionamento da conjugalidade, ou seja, como um relacionamento conjugal é entendido e as cobranças sociais em torno do relacionamento e as

questões de gênero foram os temas que apareceram como elementos centrais nos atendimentos realizados pelos profissionais.

Assim como, a maioria dos psicólogos acredita ser importante orientar os usuários sobre algumas ações básicas de cidadania, como documentos e benefícios.

O trabalho sobre a auto-estima ou a potencialização do sujeito é citado como um dos trabalhos que possibilita a autonomia dos usuários.

O esclarecimento das questões legais, como por exemplo a explicitação da violência como um crime, os direitos do usuário é umas práticas dos psicólogos mais citadas, indicando que os profissionais atendem uma clientela carente de informações básicas.

O registro da violência nos órgãos competentes é um dos temas trabalhados por cinco profissionais. Tal ação ajuda a combater a impunidade, que seria um dos objetivos dos programas. Lembrando que dois profissionais recebem pessoas que foram encaminhadas pelos órgãos judiciários, ou seja, o acontecimento violento já teria sido denunciado aos órgãos competentes, portanto, não possuem esta preocupação.

Todos os entrevistados discutem a violência conjugal vivenciada com os usuários, porém quatro profissionais relatam que discute a violência como um fenômeno estrutural, histórico, destacando os diversos tipos de violência, como o desemprego e o preconceito. Apenas alguns especialistas destacam que a apresentação do programa aos usuários é um dos um dos procedimentos básicos no atendimento psicológico, frisando o que será feito naquele espaço e quais são as regras da Instituição.

Três profissionais relatam que desenvolvem um suporte psicológico aos colegas de trabalho, sendo que duas supervisionam casos e uma orienta as atendentes do setor.

Somente três psicólogos realizam atendimento em conjunto com advogados, orientando os usuários sobre questões jurídicas, sendo que dois mediam acordos sobre pensões alimentícias, reconhecimento de paternidade e acordos sobre separação.

Para uma psicóloga os objetivos do programa estão reduzidos a um trabalho de fortalecimento da auto-estima do usuário, portanto suas respostas não sinalizam discussões mais amplas sobre a violência conjugal.

8.2.2 Características atribuídas aos usuários

Conhecer como o psicólogo caracteriza os usuários do programa possibilita entender as percepções que modulam a ação dos profissionais da psicologia. Quem são essas pessoas para os profissionais? Quais os significados estabelecidos para os que são violentados ou praticam violências?

- São pessoas que possuem idéias tradicionais de gênero.
- São indivíduos que estão fragilizados emocionalmente e com auto estima rebaixada.
- Normalmente os acusados de agressão são os homens
- São pessoas com problemas sociais.
- São pessoas que precisam de esclarecimento sobre questões legais.
- Os usuários consideram os atos de violência como algo normal.
- Alguns atendidos sofrem de distúrbio psicológico grave.
- São pessoas que precisam buscar a autonomia para modificar a situação de violência.
- São casais em conflito mútuo

São pessoas que possuem idéias tradicionais de gênero

Expectativas sobre papéis de homens e mulheres, geralmente nas funções de provedor e de cuidadora da família, respectivamente, ainda estão presentes nas ações dos usuários, de acordo com todos os psicólogos entrevistados. Assim como, para os psicólogos os usuários vivenciam relações assimétricas de poder, onde homens dominam e as mulheres acabam se submetendo a essa dominação.

O homem é associado à agressividade, ao direito de propriedade feminina e a mulher, muitas vezes vivencia uma situação de submissão e desconhecimento dos seus direitos:

“Mas na maioria das vezes são homens, muitas vezes são trabalhadores. Acreditam nas coisas que eles fazem. E eles acreditam que a mulher é uma coisa que de vez em quando, sai da direção e que tem que apanhar. Eles acreditam nisso” (Psicólogo 03)

Em que lugar que a mulher está sendo colocada. O lugar que o homem está ocupando nessa relação. Que passa por uma relação de dominação e submissão. O pólo dominador masculino e o dominado, submisso feminino, pelo menos é isso que comumente a gente vê. (Psicólogo 06)

[...]e a gente lida com uma população onde isso está muito arraigado ainda, né, esses preconceitos, esses tabus, de achar que ele tem direito de bater, se ele não for atendido, que ele tem que mandar em casa. A gente ainda encontra muito essa fala.” (Psicólogo 08)

[...]Então aquela história do marido estar cobrando uma certa postura da mulher é muito difícil essa mulher está negando a relação sexual... Muitos homens ainda têm um entendimento dos avós deles, que a mulher é propriedade. Muitas mulheres ainda têm o entendimento das avós, e algumas se consideram propriedade mesmo. Uê, eu traí e ainda tenho direito à pensão? Eu tenho direito a ter a guarda do meu filho? São perguntas que assustam às vezes a gente (Psicólogo 02).

Além disso, os psicólogos indicaram que os usuários trazem uma série de idealismos sobre o casamento, associados aos papéis de gênero tradicionais. Existe uma dificuldade de entender e querer conviver com as diferenças, ou com as situações que ocorrem de modo diferente do planejado e daquilo que foi fantasiado, o que contribuiria para a criação de violências entre os parceiros.

São indivíduos que estão fragilizados emocionalmente e com auto estima rebaixada.

Todos os entrevistados consideraram que os atendidos estão fragilizados emocionalmente e que precisam ser fortalecidos através do atendimento psicológico.

Muitas mulheres quando entravam na casa estavam com depressão, baixa auto estima, se sentindo desvalorizada. Porque esse é um processo que é feito pelo próprio agressor. Se ele quer se manter hierarquicamente superior ele tem que inferiorizar o máximo possível a mulher. (Psicólogo 04)

Um dos objetivos do (programa) é trabalhar essa pessoa para que ela se perceba enquanto sujeito, forte, capaz de reverter a sua realidade, junto com o coletivo de pessoas que estão ao seu redor e se transformar em sujeito. Sair da condição de vítima, vitimizada, enfraquecida, para a condição de sujeito que interfere na realidade. (Psicólogo 05)

Se eu recebo uma mulher que está muitas vezes ela está sofrendo violência do marido. Num primeiro momento eu trabalho só com ela, até por uma questão de fortalecer, dela fortalecer a identidade dela. Porque de repente as pessoas caminham ao túnel do tempo com a idéia de que apanhar é normal. Não se achar bonita, não se achar bonito, gostoso, não sentir prazer (Psicólogo 03)

[...] a gente trabalha na perspectiva de fortalecimento da vítima. Então a mulher que apanha do marido, ela vem pra cá, ela é esclarecida em relação aos mecanismos de direito. Tenta trabalhar essa conscientização, essa compreensão de que a mulher não deve ser submissa a ninguém, e muito menos aceitar a condição de violência. Isso é um passo, no sentido de fortalecê-la como sujeito, né (Psicólogo 06)

Independentemente de atenderem homens e mulheres considerados agressores ou vítimas dos agressores, os psicólogos visualizam em seus usuários as conseqüências emocionais da violência. Acreditamos, que estar fragilizado não deve ser entendido como passividade diante da situação ou submissão ao gênero masculino.

A fragilidade significa um estado de sensibilidade emocional, de sofrimento mental, por vezes caracterizado por uma dificuldade de visualizar fatores positivos e potencializadores na sua condição de ser humano, onde o indivíduo pode se depreciar, se sentir angustiado, triste. A fragilidade não significa necessariamente imobilidade e passividade diante da violência. Homens e mulheres que constroem a violência dentro de uma relação conjugal estão fragilizados, estão infelizes, o que possibilita inclusive o desenvolvimento de agressões mútuas. Existem várias formas para a manifestação da fragilidade.

Normalmente os acusados de agressão são os homens

A maioria dos entrevistados afirmou que o principal acusado das agressões, nos casos oriundos da justiça ou em decorrência da demanda espontânea, é o homem. Mesmo nos serviços que atendem casais, geralmente, é a mulher que toma a iniciativa de denunciar a violência ou de procurar ajuda nos casos de violência conjugal ou violência sexual contra a mulher.

Normalmente o alvo da reclamação é o homem. O homem é o marginal, porque é o homem quem bate. O homem é quem resolve. (Psicólogo 03).

Há uma queixa maior de violência física, tanto que a maioria, ontem nós estávamos discutindo isso, a maioria da nossa clientela no (programa) são homens e eles vão lá por agressões, ameaça, às vezes não por uma agressão física, mas uma agressão emocional, agressão psicológica, ameaça (Psicólogo 08)

A realidade apresentada pelos psicólogos permite explorar algumas possibilidades genéricas para o homem ser considerado o agressor. Existem questões de gênero, desigualdade de poder que podem contribuir para que a expressão da violência se concretize tendo a figura masculina como principal agressor.

Além disso, sabemos que não possuímos centros especializados no acolhimento de denúncias de violência quando o homem se sente agredido, o que poderia dar visibilidade às violências contra o homem no relacionamento conjugal.

Outros fatores são campanhas televisivas que trabalham a violência conjugal na perspectiva da violência contra a mulher¹⁴ e a mobilização pública decorrente do Movimento Feminista que, em geral, estimulam o público feminino a denunciar a violência no casamento. Dessa forma, existe um avanço no debate da violência entre cônjuges como uma questão de saúde, portanto coletiva, entretanto parece que a necessidade de denúncia está sendo trabalhada apenas na perspectiva do gênero feminino.

São pessoas com problemas sociais

Os usuários foram caracterizados como pessoas que apresentam problemas sociais por grande parte dos psicólogos. Entre os problemas sociais mais citados estão: a carência de recursos materiais, o que dificulta o processo de independência econômica de alguns sujeitos, a falta de documentação pessoal, de qualificação profissional e o desemprego.

É imprescindível esclarecer que os profissionais citados não acreditam que a violência seja produzida apenas pela falta de recursos materiais. Acreditam que pelo fato dos programas serem públicos e oferecerem atendimentos gratuitos, acabam por priorizar o atendimento a esse tipo de clientela. Sabem, inclusive, que muitos casos de violência conjugal acontecem nas camadas mais favorecidas socialmente, porém são pouco denunciados e são resolvidos em sigilo.

O Núcleo de Atenção aos Apenados é um programa que recebe apenados oriundos dos JECrims. Ou seja, pessoas que receberam penas alternativas. Os profissionais afirmam que atendem, basicamente, uma população carente de recursos materiais.

Sabemos que a violência conjugal ocorre em todas as classes sociais, entretanto, tais comentários ressaltam duas possibilidades: os casos de violência conjugal ocorridos nas classes média e alta não são denunciados, portanto, não chegam aos JECrims, ou os casos de violência conjugal envolvendo as classes

¹⁴ As campanhas vinculadas na mídia televisiva em 2005 pelo Instituto Patrícia Galvão são um exemplo.

médias e altas que chegam ao JECrims não recebem como pena alternativa atendimentos psicológicos.

As penas alternativas podem ser casadas, por exemplo, freqüentar assistência psicossocial e pagar cestas básicas, ou prestar serviços à comunidade. Dessa forma, mesmo alegando que há uma prioridade de penalização financeira para as classes mais favorecidas economicamente, o atendimento psicológico poderia ser disponibilizado para todas as camadas, já que foi criado um programa para esse tipo de atendimento, independentemente de classe social, gênero e etnia.

São pessoas que precisam de esclarecimento sobre questões legais

Grande parte dos psicólogos afirma que os usuários necessitam de esclarecimentos sobre questões de direitos. São pessoas que precisam de orientações burocráticas a fim de elucidar os caminhos para a resolução de questões assistenciais e jurídicas. Citam ainda que realizam orientações básicas sobre cidadania, como a necessidade de registros em cartório, título eleitoral, assim como cadastram os usuários mais necessitados em programas no governo municipal e federal, o que indica a carência material e de informações da população atingida. A violência conjugal acaba sendo uma das várias violências que essas pessoas vivenciam diariamente.

Os usuários consideram os atos de violências como algo normal

Para os psicólogos os atos de violência vivenciados passam a ser considerados acontecimentos rotineiros, que fazem parte de qualquer relação conjugal. Os usuários acabam se acostumando com as violências.

Alguns atendidos sofrem de distúrbio psicológico grave

Em alguns atendimentos os usuários foram caracterizados como pessoas com distúrbios psicológicos acentuados, sendo geralmente, encaminhados para centros de acompanhamento psiquiátrico (CAPS).

Mas muitas vezes essas pessoas tem um transtorno mais acentuado e chega aqui o advogado, o assistente social e não entende o que esta pessoa está precisando e muitas vezes até mesmo para abordagem dos outros profissionais, nem a pessoa entende o que ela está querendo (Psicólogo 03).

Eu adoro quando eles vão para o CAPS, pois eles me dão sossego. Por exemplo, você que tem algum tipo de problema psiquiátrico e está grávida e o companheiro não quer assumir de jeito nenhum essa gravidez. Então realmente é um trabalho que o CAPS e a gente vai tentar fazer em relação a ela e ao companheiro [...] Mas tem uns casos, normalmente psiquiátricos que estão passando por todas as unidades da prefeitura (Psicólogo 02)

São pessoas que precisam buscar a autonomia para modificar a situação de violência

As mulheres atendidas devem procurar a autonomia, independência econômica e emocional, em relação ao sexo masculino, como uma forma de modificar a situação de violência conjugal segundo quatro psicólogos.

Para tanto, os serviços de psicologia podem auxiliá-las a participar de programas sociais municipais, de programas de capacitação profissional e geração de renda. Da mesma forma podem ajudar no desenvolvimento de segurança emocional, para que a mulher possa lutar por condições de igualdade diante dos homens.

Cabe ressaltar que esses psicólogos atendem prioritariamente mulheres e que os mesmos acreditam que elas sejam vítimas de violências conjugais produzidas pelos parceiros.

São casais em conflito mútuo

Alguns profissionais atendem casais em conflito, mesmo quando apenas uma das partes procura o atendimento, o outro é convidado a participar do atendimento.

Esses profissionais lidam com homens e mulheres que praticam violências conjugais, e entendem que a mediação da psicologia consegue reduzir situações conflituosas no momento em que o casal trabalha questões ligadas aos

relacionamentos. Para eles, homens e mulheres em situação de violência estão sofrendo, estão perdendo, estão infelizes.

[...]são pessoas que estão em situação de separação ou em dúvida se continuam casados ou não. Tem muitos casos que eles não se separam. Mas há casos de separação com violência doméstica sim, com certeza. Tanto a mulher agredindo o homem como o homem agredindo a mulher. Normalmente a gente pensa que é só o homem agredindo a mulher, tem casos de agressão que é o homem que sofreu da mulher (Psicólogo 02).

Mas até certo ponto, a mulher é tão agressiva quanto ele. Ela agride sem bater. A agressão sem bater ela pode ser muito mais lesiva. Só que a mulher sabe ser sutil, de maneira que, ela agride e depois é vítima da agressão. Agora, os dois são infelizes (Psicólogo 03) .

Os profissionais que atendem pessoas que possuem a obrigatoriedade de freqüentar o atendimento psicológico como pena alternativa, principalmente nos casos de violência conjugal, entendem que o fato do atendimento ser obrigatório para aquele sujeito, que aceitou as condições da justiça, exige uma proposta de atendimento psicológico para todos os envolvidos na situação de violência conjugal, principalmente filhos e parceiros (as).

Assim, o espaço é de intervenção no contexto familiar e nos fatores que contribuem para o surgimento das agressões. À psicologia não cabe julgar os usuários, ação já realizada pelo sistema judiciário.

Utilizar-se de acusações do tipo “você é um agressor”, e por conseqüência, o outro é a vítima, não traria resultados reflexivos para os apenados e seus familiares. Os psicólogos percebem em alguns casos que quem foi denunciado não é único responsável pelas ações violentas.

Temos ainda as seguintes análises complementares sobre as características dos usuários: os psicólogos que atendem prioritariamente mulheres, consideram que o atendimento ao agressor é fundamental para o enfrentamento da violência conjugal. Entretanto, argumentam que o trabalho deve ser desenvolvido por equipes que não estejam atendendo à mulher, já que, com essa, deve ser feito um trabalho de modificação da condição feminina:

[...] Então, a gente percebe que a gente precisa trabalhar esse agressor para que ele possa fazer uma reflexão do pensamento que ele tem a respeito das relações de gênero e de violência. Então a gente até a principio, como a gente estava começando a gente tentou atender também o agressor, e tentando buscar alternativas. Alguns eram viciados em drogas, em álcool e a gente tentava buscar parceiros para atendimento. Precisava estar escutando esse agressor, o que ele entendia pela violência, fazer um trabalho junto com ele . Mas gente percebeu e era uma coisa assim até óbvia que não dá certo atender o agressor e a vítima no mesmo espaço [...] Mas há necessidade, sem sombra de dúvida de um trabalho com o agressor. Mas tem que ser feito em um espaço próprio para isso e com outra equipe. Não com a mesma equipe. Nosso objetivo é a mulher vítima de violência (Psicólogo 04)

Por outro lado a perspectiva de trabalho com o agressor também é necessário [...] os homens muitas vezes não tem sequer a idéia de que eles estão cometendo um crime. Eu estou batendo na minha propriedade. [...] Então ele não se percebe, muitas vezes, nem na condição de agressor e aí, ele vai se separar desta que se fortalece como sujeito, que denuncia e etc e tal. Se ele não for adequadamente punido e também trabalhado no sentido dessa conscientização, desse lugar que ele ocupa, ele vai, casa com uma outra e vai fazer com ela a mesma coisa que ele fazia. Porque ele continua, né, se vendo como proprietário, o senhor. E o senhor faz de seus bens, o que bem lhe prover. Ele faz o que ele quiser e ninguém tem nada a ver com isso.. (Psicólogo 06)

Os relatos indicam que o trabalho com o agressor é visto como algo que pode evitar a reincidência da agressão contra a mulher. O acompanhamento do agressor poderia evitar que ele volte a cometer violências contra a mesma mulher ou contra outras mulheres. O masculino é inserido nos acompanhamentos exclusivamente como agressor.

O objetivo é proteger as mulheres, e não oferecer espaços onde sejam discutidos todos os fatores que propiciam a produção da violência, fatores culturais, sociais e afetivos para ambos. Parece que o necessário é enquadrar o homem em uma nova lógica de funcionamento para as questões de gênero, ao que tudo indica, a lógica feminista, e alertá-lo para possíveis punições.

Existe um ponto intrigante na análise desses resultados. Alguns profissionais trabalham em um programa destinado às vítimas de violência física, sem nenhuma limitação em relação ao gênero, idade e classe social. Foi um espaço, originalmente, criado, segundo esses entrevistados, para acolher justamente vítimas de violência física e seus familiares que não estavam conseguindo atendimentos em decorrência da carência na Grande Vitória de programas que se destinassem a tal fim.

Apesar de terem realizado divulgação na mídia e em ônibus da Grande Vitória, durante o seu funcionamento passou a receber casos prioritariamente de violência doméstica, denunciados por mulheres. Além de todas as questões culturais que dificultam a denúncia e o acesso dos homens que estão em situação de violência, talvez o tipo de atendimento desenvolvido nesse espaço, o referencial teórico que sustenta as concepções sobre violência conjugal e o tipo de material divulgado na mídia acabaram favorecendo o atendimento basicamente às mulheres.

Outro dado interessante sobre características que os psicólogos atribuem aos usuários indica a abrangência dos serviços realizados pelos entrevistados. Foi relatado também o atendimento aos portadores de necessidades especiais. Com

ajuda de tradutor foram atendidos portadores de deficiência auditiva, portador de esclerose múltipla e deficientes visuais.

Grande parte dos entrevistados possui suas atividades restritas aos espaços físicos do programa. Apenas quatro psicólogos atuam na mobilização da sociedade civil e dos setores governamentais, construindo parcerias ou exigindo o cumprimento da lei, organizando eventos de capacitação e estruturando redes de atendimentos.

Um fator preocupante é a falta de produção científica (pesquisas, artigos) nos Programas. Poucos profissionais ressaltaram a importância da sistematização dos trabalhos e divulgação para o meio científico do que está sendo produzido no estado.

8.2.3 Encaminhamentos

Todos os entrevistados buscam algum tipo de parceria para complementar a assistência psicológica iniciada ou para divulgar o programa e facilitar o acesso da população. Entendem que a psicologia não deve atuar sozinha no acolhimento às pessoas em situação de violência, portanto realizam encaminhamentos para os seguintes locais, mais citados nessa ordem:

- Programas na área de saúde
- Programas Públicos na área social
- Centros de Saúde Mental
- Delegacias da Mulher
- Programas de Assistência Jurídica
- Órgãos de Proteção à Criança e ao Adolescente
- Departamento Médico Legal

Os encaminhamentos para programas públicos e da sociedade civil na área de saúde foram as parcerias mais citadas, já que propiciam serviços médicos e atendimentos psicológicos individuais nas unidades de saúde.

A maioria dos psicólogos realiza encaminhamentos para os programas públicos de assistência social, que disponibilizam recursos materiais, como cestas básicas, documentação, capacitação profissional, creches e bancos de empregos.

Da mesma forma, foram firmadas parcerias com centros de saúde mental a fim de atender pacientes com distúrbios psicológicos mais severos, como depressão profunda, esquizofrenia e deficiência mental.

Cinco entrevistados afirmaram que buscam parceria com as Delegacias de Mulheres, sendo que, apenas três psicólogos orientam os usuários a buscar o Departamento Médico Legal (DML). Segundo os psicólogos tais parcerias possibilitam a luta pela redução da impunidade, assim como a proteção das mulheres em situação de violência.

Para assistência jurídica foram estabelecidos acordos com escritórios modelos de faculdades da região e com a Casa do Cidadão. Assim como, as pessoas são orientadas a procurar a Defensoria Pública e os órgãos de proteção à criança e ao adolescente.

Cabe ressaltar que a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) por meio do Núcleo de Atendimento Psicológico (NPA) e dos estágios curriculares do curso de psicologia é referenciada por dois profissionais como uma das parcerias. Argumentam que existe toda uma burocracia exigida pela universidade através dos departamentos de psicologia que dificulta o estabelecimento de parceria para o atendimento psicológico.

O Centro de Prevenção e Tratamento a Toxicomaníacos (CPTT/ Vitória) também é um ponto de apoio para dois psicólogos.

Outros encaminhamentos que foram citados pelos entrevistados: Alcoólicos Anônimos (AA), Escolas da Rede Municipal, Programa de Assistência às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA/ ES), Pró Vida/ Serra.

As parcerias sugerem a existência de trocas de informações sobre usuários e conhecimento da rede de programas que trabalham com diversas problemáticas. Entretanto, entre os psicólogos dos programas ocorrem poucos encaminhamentos. Apenas o CEAV/ Vitória, o PAVIVIS e a Casa Abrigo de Vila Velha realizam encaminhamentos entre si. A Casa Abrigo de Vila Velha procura o Hospital da Mulher/ SOS Mulher de Vila Velha para atendimento médico das mulheres abrigadas.

Os profissionais que participam de uma Rede de Serviços às vítimas de violência, reconhecem que na prática, funcionar em rede exige um preparo específico e disponibilidade dos profissionais que atendem essa clientela, características ainda em desenvolvimento, já que a proposta é a primeira na Grande Vitória.

8.3 CONJUGALIDADE

O tema conjugalidade contempla o que os psicólogos entendem por relacionamento conjugal e como o caracterizaram. As idéias sobre a temática parecem estar influenciadas pelos casos atendidos, pela escuta psicológica sobre os relacionamentos, geralmente com conflitos intensos.

Os tópicos abaixo indicam os significados para relacionamento conjugal mais lembrados pelos entrevistados, nessa ordem:

- Convivência ainda mediada por papéis de gênero tradicionais
- Relação que deve ser estabelecida através do respeito.
- Convivência com envolvimento emocional e afetivo entre os parceiros.
- Compartilhar acontecimentos cotidianos, tarefas e funções.
- Ter objetivos em comum.
- Relação que visa a constituição de uma família.
- Sensação de complementação.

Convivência ainda mediada por papéis tradicionais de gênero

A convivência ainda mediada por papéis sociais tradicionais de gênero foi o tópico de maior destaque nos significados construídos pelos psicólogos para conjugalidade. Todos os entrevistados, apesar de considerarem algumas mudanças sócio-culturais afirmaram que homens e mulheres ainda criam expectativas sobre o próprio comportamento e sobre o comportamento do cônjuge baseadas em deveres

e obrigações atribuídas culturalmente a homens e mulheres, principalmente os papéis de provedor e cuidadora, respectivamente.

Nesse sentido, os psicólogos estabeleceram uma crítica à forma como ainda estão configuradas as expectativas e as ações concretas em torno do casamento. Para os entrevistados a cobrança pelo cumprimento dos modelos de provedor e cuidadora é um dos fatores que dificulta a criação de relações mais igualitárias entre homens e mulheres, fortalece desigualdade de poder e provoca o estranhamento afetivo quando os cônjuges lidam com as diferenças.

Deve ser destacado que para alguns entrevistados a conjugalidade é definida a partir de uma desigualdade de funções entre homens e mulheres, que acabam por impor à mulher uma posição de inferioridade ao homem. A discussão sobre a submissão feminina torna-se central nos discursos mostrados no final dessa sessão.

Apareceu também a noção de que as relações são regidas por um princípio de dominação e conquista, que traz custos e benefícios para homens e mulheres. As nossas percepções, o aparato cognitivo, a forma como entendemos o mundo passam a ser construídos a partir do processo de socialização, que por sua vez, acaba sendo diferente para homens e mulheres. Assim, os gêneros tendem a desenvolver percepções diferentes sobre o cotidiano, o que, muitas vezes, contribui para a produção de sofrimento, principalmente quando as expectativas e as fantasias não são compreendidas.

Os entrevistados afirmaram:

[...] a maioria das mulheres cobra uma postura do homem no casamento. Então, ele pode até beber, ele pode até sair com os amigos, mas ele tem que estar mantendo, ele tem que fazer a casa, tem que estar bancando as contas. Não tem muito essa coisa de dividir não.” (Psicólogo 02)

Amplamente isso né? (risos) O que eu entendo por relacionamento conjugal? A vivência dessas duas pessoas dividindo o dia a dia, dividindo o contato bem mais próximo nessas relações. Cada um está trazendo para a relação as suas questões pessoais, familiares, que está incluído o pessoal. Concepções de papéis, o que é o masculino, o que é o feminino, gênero (Psicólogo 08).

Essa super valorização do homem enquanto poderoso e da mulher enquanto submissa. Às vezes até mesmo na condição de objeto, de uso, do homem enquanto o poderoso da relação. Isso é produzido o tempo inteiro. (Psicólogo 05)

Em que lugar que a mulher está sendo colocada. O lugar que o homem está ocupando nessa relação. Que passa por uma relação de dominação e submissão. O pólo dominador masculino e o dominado, submisso feminino, pelo menos é isso que comumente a gente vê. (Psicólogo 06)

Cada um de nós tem um grupo de sentidos, que se formam, que se desenvolvem em uma cultura. Dentro de uma civilização totalmente esquizofrênica. As nossas principais bases são calcadas na tradição judaico cristã. Que é marcada basicamente sobre o conceito de domínio e conquista, não sobrando muita coisa para qualquer resto [...] (Psicólogo 03)

Apenas um profissional explicou que vivência conjugal é regida por idealismos não apenas em torno de papéis gênero. O casamento é muito idealizado, muito romantizado. Para algumas pessoas ainda existiria uma supervalorização do casamento formal.

Discutir relacionamento conjugal, atualmente, é destacar uma série de mudanças que aconteceram nos últimos tempos; os “re” casamentos são freqüentes, e conseqüentemente as reconfigurações familiares também. Assim como, algumas mudanças em relação às cobranças entre homens e mulheres:

Quando você começou, a primeira pergunta, sobre o que é o casal? Já começa muito aí, do que você leva de expectativa, sobre que o outro vai de completar, o outro vai te dar aquilo que você não tem. Na hora em que a pessoa não te dá, há uma frustração muito grande, né. Aí vem muito do modelo, da concepção que você tem do que é esse casamento, do que é uma relação conjugal [...] (Psicólogo 08)

As relações mudaram muito. A gente recebe situações em que as separações são muito fortes. Assim são várias separações. Os casamentos, são pessoas que vem de várias relações, com vários filhos, filhos do primeiro, do segundo, do terceiro companheiro. [...] O homem, ele está sendo solicitado cada vez mais a participar, a acompanhar os filhos, acompanhar nas tarefas domésticas. (Psicólogo 08)

Para dois participantes entre essas novas configurações para os casamentos, temos as relações afetivas entre pessoas, independente do sexo biológico:

Bom, a princípio penso logo na relação entre casais não necessariamente homens com mulheres, mas pessoas que se unem para compartilhar uma vida juntos. Hoje em dia a gente tem diversas configurações nesse sentido. Homem com homem, mulher com mulher, homem com mulher, então as configurações são as mais diversas possíveis (Psicólogo 05).

Relação que deve ser estabelecida através do respeito

A vivência conjugal é entendida como uma relação que deve ser caracterizada pelo respeito. Entender o outro, dialogar, ceder e ser companheiro foram algumas das concepções apresentadas por grande parte dos entrevistados que acreditam que o respeito, expresso através da compreensão do outro, do diálogo, é o fator principal para o desenvolvimento de relações mais saudáveis.

Construir um relacionamento conjugal pode significar redefinir valores, criar novas ordenações sobre o cotidiano, lidar com diferenças, criar alianças, trocar vivências, negociar expectativas, responder às cobranças sociais.

Essa relação é quando os membros conseguem minimamente conversar, se entender, respeitar um ao outro. Não é que tem que estar tudo lindo, dando beijinho toda hora, mas que um consegue ter o respeito, manter o respeito, o diálogo, onde os dois têm objetivos em comum de manter essa família, conseguir lutar juntos, seja pela questão econômica, um ajudando o outro, na educação dos filhos, prosperar juntos, comprar uma casa, manter esses objetivos, conseguir dialogar sobre eles mantendo o respeito (Psicólogo 01).

Olha eu acho que um relacionamento que haja complementação e que nessa complementação haja o maior respeito com a individualidade do outro. O outro como um ser. Para mim um relacionamento conjugal deveria nortear por aí. (Psicólogo 07)

Convivência com envolvimento emocional entre os parceiros

A convivência com envolvimento emocional e afetivo entre os parceiros é um dos fatores que caracteriza a conjugalidade para um número expressivo dos entrevistados.

As relações comportariam trocas de carinho, identificação com o modo de vida do outro, construção de afeto em comum e o desejo de querer a presença do outro. A vivência sexual como um dos comportamentos esperados na conjugalidade apareceu como uma característica importante para um psicólogo.

Para outro entrevistado, não existe apenas uma afetividade colocada, mas existe uma dependência emocional, geralmente das mulheres em relação aos homens. As mulheres, apesar de dependentes, seriam as responsáveis pelo equilíbrio da relação. Argumentação que expressa idéias sobre o casamento arraigadas em visões tradicionais de gênero que entendem as funções femininas e masculinas a partir de uma “natureza humana”, ou ainda por visões dicotômicas, como por exemplo fraco-forte, dependência - independência.

As argumentações abaixo exemplificam nossa análise:

É um relacionamento estabelecido entre dois parceiros que podem ser do sexo masculino ou do sexo feminino que mantém uma relação afetiva com a perspectiva de uma constituição familiar maior ou não.” (Psicólogo 04)

Mas outras relações de proximidade, que tem um caráter de afetividade colocada ganham essa característica. Se você for pensar, por exemplo, numa relação conjugal namorado não deixa de ter essa característica de doméstico, até rede de afinidade que tem, pela afetividade colocada. (Psicólogo 06)

Eu acho que a necessidade que a mulher tem de ter um pouco de segurança pra que ela consiga desempenhar esse papel. De uma certa maneira ela projeta essa segurança nessa figura

masculina[...] Eu acho que ela projeta isso nessa figura de realmente de força, né. Na realidade ela é a grande força, mas ela precisa projetar emocionalmente em alguém. Ela precisa achar que ele é a pessoa forte [...] o ser mulher, o lado feminino, a busca de um homem na vida, ela não busca um parceiro, ela busca um homem, para não se sentir sozinha, uma série de fatores que caminham por aí (Psicólogo 07).

[...]aí o psicólogo pode ajudar para falar do envolvimento de ambas as partes, da postura, das dificuldades já previstas que a gente vê num casamento. Você tem que lembrar que você está deixando um pouco de ser filho para ser marido e daqui a pouco para ser pai. Deixar de ser filha para ser esposa e daqui a pouco ser mãe (Psicólogo 02).

Um único sujeito, explicitamente, recorreu a sua relação conjugal como parâmetro. Apesar de afirmar que não vive sua relação conjugal a partir de uma diferenciação de papéis entre os gêneros masculino e feminino, em vários momentos ele recorre a essas diferenciações para explicar o funcionamento dos relacionamentos e da violência doméstica:

Você está falando pra mim? Socialmente pode ter, mas enquanto eu vejo, digamos enquanto eu e meu marido, não vejo nesse sentido de papel. Como eu te falei, sexualmente enquanto homem você tem um papel, enquanto mulher você tem outro, que é o complementar, um complementando o outro. Agora em termos de questões econômicas, de questões de tarefas, eu não vejo não a separação. Eu acho que tem que existir igualdade (Psicólogo 09)

Em termos de papel a maioria considera aquele que provém ou que sustenta a casa, o lar. Ser homem é ser o complemento da mulher, é ser, é desenvolver... o que é ser homem? Boa pergunta. (pausa longa) (Psicólogo 09)

Compartilhar acontecimentos cotidianos, tarefas e funções

Outra característica em destaque, foi o compartilhar acontecimentos cotidianos, tarefas e funções no casamento, o que significa preparar-se economicamente para o casamento, compartilhar de tarefas e a troca de informações sobre acontecimentos do dia a dia, o que inclui as dificuldades de um relacionamento.

Aparece também o ato de ceder no cotidiano como uma das formas de se construir uma relação com qualidade, onde haja respeito às diferenças individuais. Seria portanto, um instrumento que facilitaria a divisão de funções e responsabilidades de um casamento.

Mas para relacionamento conjugal a gente tem logo a idéia de uma vida partilhada, de duas pessoas que fazem a opção por compartilhar a vida de forma mais intensa, compartilhar problemas, as dificuldades, compartilhar as alegrias, compartilhar os mais diversos momentos juntos, o tempo inteiro juntos. Essa é a minha idéia. (Psicólogo 05)

Essa relação é quando [...] os dois têm objetivos em comum de manter essa família, conseguir lutar juntos, seja pela questão econômica, um ajudando o outro, na educação dos filhos, prosperar juntos, comprar uma casa, manter esses objetivos, conseguir dialogar sobre eles mantendo o respeito. (Psicólogo 01)

Quanto a gente fala em pensão aqui, as mulheres falam: nossa mas trinta por cento do salário dele não vai dar para eu criar o meu filho. Só que é 30% dele e 30 % do que seria do dela. Existe uma parcela que ela tem que estar contribuindo também para a criação e educação do filho, o que ela nunca pensa. (Psicólogo 02)

Ter objetivos em comum

Conforme verificamos nas falas citadas nos itens anteriores, mais da metade dos psicólogos afirmou que a conjugalidade deve ser construída a partir dos objetivos em comum, o que incluiria ter propósitos e diretrizes semelhantes. O modo de vida dos cônjuges deve produzir a aproximação entre parceiros.

Relação que visa a constituição de uma família

A relação conjugal seria a primeira etapa para constituição de uma família como pode ser verificado nas colocações de quatro sujeitos destacadas nos tópicos anteriores. A educação dos filhos apareceu como uma responsabilidade da convivência conjugal.

Sensação de complementação

A idéia de complementação, de um ser o complemento do outro apareceu com menor expressividade entre os psicólogos. Essa visão expressa uma perspectiva idealista de que a conjugalidade significa um todo, algo completo, como se cada participante fosse uma peça de um quebra-cabeça que deve estar encaixada na peça seguinte. Nessa lógica cada um possui um lugar certo, para que o “todo” fique estável, sem rupturas.

A partir de todas as falas apresentadas nessa categoria, podemos ainda, destacar as seguintes observações:

Em alguns momentos, os discursos dos profissionais, acabam retratando comentários etnocêntricos, principalmente referenciados aos padrões culturais de classe média. A comparação que é feita entre casamento e construção da casa própria, não leva em consideração as diversas formas que os grupos sociais possuem de construir as condições materiais para a conjugalidade, por exemplo, casais que optam por morar com os pais.

Porque a gente acredita que a condição financeira é parte da construção também do relacionamento do casal. Você está pagando uma casa, você está construindo uma casa, você está construindo um relacionamento também. Tem casais que ganham a casa, aí a construção vai se dar de uma outra forma. (Psicólogo 02)

A análise da temática conjugalidade possui como uma de suas finalidades nos convidar a refletir sobre a pluralidade de significados que uma história conjugal pode apresentar e sobre a variedade de configurações de parentesco dentro do ambiente doméstico, conforme foi demonstrado pelos psicólogos.

8.4 GÊNERO

Dentro da temática gênero, os profissionais foram indagados sobre os papéis sociais e sobre as funções atribuídas às mulheres e aos homens. As falas dos psicólogos expressaram suas expectativas de comportamentos associadas ao gênero masculino e feminino na relação conjugal e na violência conjugal, e como as concepções de gênero são construídas.

As análises das categorias gênero e violência conjugal serão apresentadas separadamente a fim de proporcionar mais visibilidade aos conteúdos que caracterizaram essas temáticas, entretanto, existe uma interpenetração entre tais assuntos nas falas dos psicólogos.

Os seguintes significados foram associados ao gênero pelos profissionais, sendo que cada um foi citado por oito profissionais, o que indica a relevância de tais idéias:

- Construção social
- Relação de poder
- Papéis tradicionais de gênero

Construção social

O gênero como uma construção social foi uma caracterização que apareceu em destaque. A maioria dos psicólogos entende que a sociedade mantém os papéis tradicionais de gênero, e também explicam o processo de construção do gênero como uma criação social, composta de elementos culturais. Os comportamentos socialmente estabelecidos para homens e mulheres são decorrentes de processos históricos, transmitidos através do processo de socialização, principalmente na educação familiar.

Foi enfatizado por um psicólogo que temos um processo de entrelaçamento contínuo entre as configurações biológicas e culturais do humano nas vivências masculinas e femininas, as características biológicas passam a estar intimamente influenciadas pelas produções culturais.

Outras explicações surgem para os comportamentos masculinos e femininos. O processo de construção dos papéis de gênero é histórico. A socialização de homens e mulheres é diferente, o que permitiria a emergência de comportamentos extremamente distintos entre homens e mulheres, principalmente em seus aspectos cognitivos e perceptuais.

Dessa forma, homens e mulheres percebem e dão valor aos acontecimentos de maneira muito diferente um do outro. A argumentação do psicólogo mostra uma generalização e padronização dos comportamentos masculinos e femininos, conforme suas falas citadas nos itens anteriores. As variadas possibilidades de ser homem e ser mulher, que incluem comportamentos ora parecidos, ora diferentes, mesmo dentro de um processo de socialização desigual para os sexos não são privilegiadas.

Embora grande parte dos psicólogos afirme que a caracterização dos papéis masculinos e femininos está calcada em visões tradicionais sobre o feminino e o masculino, assim como nas relações de poder, poucos entendem que homens e mulheres devem ser entendidos em suas especificidades, singularidades. Assim

sendo, devemos entender como cada pessoa vivencia as exigências sociais e constrói significados para o que socialmente está estipulado.

Existiria assim, uma relação hierárquica entre homens e mulheres muito evidente e padronizações de comportamentos para o masculino e o feminino, conforme pode ser observado nas falas citadas anteriormente, entretanto, cada pessoa deve refletir como sua vida se constrói em torno dessas desigualdades e quais os significados atribuídos e vivenciados para essa constituição tradicional.

São idéias que nos fazem pensar sobre os limites que qualquer arcabouço teórico possui quando pretende explicar a violência conjugal. Existem fenômenos que não conseguimos padronizar quando pensamos sobre um relacionamento violento.

Diante de tal realidade, para um dos entrevistados, uma das funções do atendimento psicossocial é entender as produções subjetivas do sujeito diante das construções sociais da realidade. A compreensão das questões de gênero, exige uma análise que estabeleça um paralelo entre os papéis masculinos e os papéis femininos, como demonstram as falas dos psicólogos.

Ressaltam ainda que uma das formas de exercício do poder masculino nas relações conjugais se dá por meio da função de provedor culturalmente associada ao homem. O papel social de mantenedor, o que não significa na prática que ele mantenha financeiramente a família, estaria associado ao “comando” do lar, o que significaria um certo poder sobre a mulher.

Eu acho que ela tem um modelo cultural, né? Ela é atravessada pela cultura, por esses papéis pré-estabelecidos, papel masculino, o que ele faz. Qual o papel do homem (Psicólogo 08)

É uma pergunta bastante interessante. (risos) Porque se eu passo do pressuposto do que está colocado em termos culturais ser homem é ocupar exatamente esse lugar, daquele que detém o poder da relação não só com a mulher, mas os filhos também. (Psicólogo 06)

Porque tem todo um contexto social que a gente constrói hoje que coloca sobre a mulher todas as condições, determinadas imposições, determinadas formas de vivências subjetivas e coloca também sobre o homem determinadas condições, determinadas imposições, formas de vivências que são diferentes das que são colocadas para a mulher. E é necessário que a gente compreenda como se constrói isso no homem e como se constrói isso na mulher. (Psicólogo 05)

A forma como esse homem foi criado, dizendo que você pode, que você tem direito, a filha não, a filha tem que ficar lá, tem que ficar trancada em casa, tem que respeitar a figura do pai. Então se o pai manda, se o pai bate, tem que abaixar a cabeça. [...] Eu vejo muita cobrança. (Psicólogo 09)

O que é ser homem e o que é ser mulher? Eu acho que se alguém responder essa pergunta dizendo que sabe o que é isso, acho que vai estar mentindo. Eu acho que não existe resposta para isso. Até porque é muito difícil a gente separar o que é cultural do que social, o que é biológico. Até mesmo

as nossas formações acerca do que é biológico, com o tempo a gente percebe que tem muita culturalização em cima disso. (Psicólogo 03)

Relação de poder

Os papéis masculinos e femininos são entendidos a partir de uma relação de poder estabelecida entre homens e mulheres, caracterizada pela dominação masculina e pela submissão feminina, conforme a maioria dos psicólogos entrevistados.

Nesse sentido a maioria entende que apesar de algumas mudanças históricas terem possibilitado maior participação feminina no mercado de trabalho e nas decisões políticas, ainda hoje, a mulher estaria ocupando uma posição de submissão, de desigualdade principalmente na distribuição de tarefas domésticas e na remuneração profissional, se comparada aos homens.

Os psicólogos enfatizaram que a sociedade constrói uma imagem da mulher como propriedade masculina, por meio da mídia e pelos diversos processos educativos vivenciados na família, na escola e nos outros grupos sociais. Essa concepção está presente principalmente quando os entrevistados fazem uma associação entre relações de poder nos papéis de gênero e violência conjugal.

Alguns psicólogos enfatizam em seus discursos, a submissão feminina e a condição de superioridade masculina, apontando os custos dessa dicotomia apenas para as mulheres, como mostram as citações que finalizam essa discussão.

A relação de desigualdade de poder para as mulheres se reproduz no contexto familiar, inclusive nas relações entre irmãos. O irmão mais novo ou mais velho pode ter poder sobre a irmã, sendo comuns algumas atitudes na relação familiar, consideradas machistas por uma psicóloga, que reproduzem essa desigualdade de direitos.

A crença na possibilidade de mudanças nas relações de poder entre os gêneros, visando uma proposta de mais igualdade na distribuição de funções no cuidado com a família, assim como igualdade social em geral é citada por alguns psicólogos. Esses profissionais acreditam que suas práticas psicológicas contribuem para a busca de relações mais igualitárias.

Sem colocar o menininho mais novo como o irmãozinho mais novo capaz de tomar conta da irmãzinha mais velha, inclusive dando tapas nela, caso ela faça coisas que ele não goste. É para tomar conta dela enquanto ela está namorando e por aí vai [...] Então, culturalmente isso (diferenças de poder) ainda está muito presente. A garantia do lugar de igualdade, da relação de igualdade, mas ela passa, ainda, via de regra, muito longe” (Psicólogo 06)

As nossas principais bases são calcadas na tradição judaico cristã. Que é marcada basicamente sobre o conceito de domínio e conquista, não sobrando muita coisa para qualquer resto. (Psicólogo 03)

[...] Funcionam e continuam funcionando (as leis machistas). Então aquela história do marido estar cobrando uma certa postura da mulher é muito difícil essa mulher está negando a relação sexual [...] Muitos homens ainda tem um entendimento dos avós deles, que a mulher é propriedade. Muitas mulheres ainda tem o entendimento das avós, e algumas se consideram propriedade mesmo. (Psicólogo 02)

Essa super valorização do homem enquanto poderoso e da mulher enquanto submissa. Às vezes até mesmo na condição de objeto, de uso, do homem enquanto o poderoso da relação. Isso é produzido o tempo inteiro [...] Normalmente se exige que a mulher seja mais fraca, mais submissa, mais dependente do homem, por outro lado, se exige que o homem seja mais ativo, seja mais impositivo, detentor das ações. Então os papéis estão bem definidos [...] Os papéis muito bem estabelecidos do que é o homem e do que é a mulher, de hierarquia mesmo [...] (Psicólogo 05).

Em que lugar que a mulher está sendo colocada. O lugar que o homem está ocupando nessa relação. Que passa por uma relação de dominação e submissão. O pólo dominador masculino e o dominado, submisso feminino, pelo menos é isso que comumente a gente vê. então a raiz de compreensão desse fenômeno passa pela questão de gênero [...] Então, ser homem, considerando essa perspectiva que está colocada, é ocupar um certo poder. É ocupar um lugar de dominação. [...] A mulher, nesse caso ela passa por um lugar de inferioridade. Culturalmente a gente lida com um tipo de compreensão (Psicólogo 06)

Eu acho que a mulher pode ser extremamente violenta no arquetipo da violência e o homem, ele é muito mais de usar a violência física. E de necessidade de botar aquela mulher, aquela parceira como um ser inferior, entendeu? Ele utiliza muito de um vocabulário de menosprezo, de desvalia. Então, ele consegue ser muito agressivo nesse processo. (Psicólogo 07)

O homem ele usa desse poder de mantenedor, de dinheiro, do provedor, então ele usa isso na situação, na relação, com ameaças de ir embora, de não prover mais nada, e ele tem que ser satisfeito também sexualmente, de querer proibir a mulher de usar adereços, de usar batons, de não arrumar. (Psicólogo 08)

O que a gente vê aqui, a diferença é na força, né, é no poder. Um homem, aí eu vejo, ele tem mais poder, quanto à questão econômica e mais poder quanto à questão física. A mulher, então, se sente subjugada nessas situações que chegam aqui. Quer dizer, eu posso, eu consigo, tanto que a maioria demora em fazer a denúncia. Uma agressão não é a primeira, nem a segunda, você já vê a repetição. (Psicólogo 09)

Para mim, a básica, a primeira seria reeducar a sociedade até relacionado com essas questões de gênero. Acabar com essa diferenciação hierárquica entre homem e mulher. Homem, ser superior, que manda e mulher ser inferior (Psicólogo 04)

Poucos entrevistados afirmam que as mulheres possuem grande responsabilidade na reprodução das desigualdades de gênero, já que, são as principais educadoras dos filhos. Entretanto, um psicólogo acaba responsabilizando

a mulher pela violência vivenciada, dizendo que a mesma “se permite apanhar”. Mostra portanto, uma idéia simplista ao tentar compreender o fenômeno.

E não adianta dizer isso, ah nós mulheres já carregamos a culpa, porque somos submissas aos homens. E as pessoas dizem que nós que educamos os filhos. Mas isso é verdade. A gente continua reproduzindo e muito as relações educacionais não só dentro de casa, na escola esse formato colocado (Psicólogo 06).

Eu não vejo a agressão como uma coisa masculina. Eu vejo como um todo. Eu acho que a mulher se permite apanhar. O homem pode ser violento de várias maneiras, e eu acho que a mulher pode ser muito violenta. Eu vejo a violência conjugal de ambas as partes. De uma certa maneira a gente sabe que quem criou todos os homens foram todas as mulheres (Psicólogo 07).

Papéis tradicionais de gênero

A sociedade mantém concepções tradicionais de gênero que associam ao homem a função de provedor e à mulher de cuidadora da família, o que gera exigências diferentes para os comportamentos masculinos e femininos, como pode ser observado nas falas dos psicólogos.

Para alguns entrevistados, algumas mudanças gradativas são perceptíveis, principalmente na divisão de tarefas nos cuidados da casa, entretanto, falar de gênero, hoje, significa entender cobranças tradicionais para homens e mulheres.

Entretanto, um participante afirmou que a igualdade de poder e funções entre homens e mulheres é algo distante.

A maioria dos entrevistados entende que as expectativas sociais tradicionais que valorizam a dicotomia homem – provedor, mulher – cuidadora perpassam as construções de gênero. Entretanto, como será mostrado a seguir, cinco sujeitos apontaram que mesmo dentro desses papéis tradicionais homens e mulheres usufruem os benefícios e custos dessa perspectiva tradicional. A cobrança pelo exercício dos papéis tradicionais seria mútua.

Um dos fatores que provavelmente auxiliam esses psicólogos a desenvolverem uma visão relacional sobre as conseqüências dos papéis de gênero, são os atendimentos aos homens e às mulheres em situação de violência conjugal.

[...] Em termos de papel a maioria considera aquele que provém ou que sustenta a casa, o lar. Ser homem é ser o complemento da mulher, é ser, é desenvolver... o que é ser homem? Boa pergunta. (pausa longa) (Psicólogo 09)

Ser homem, a gente tem uma noção que é ser homem, do que é socialmente estipulado através de algum tipo de papéis. Eu tento lutar contra essa relação. Ser homem e ser mulher vai daquilo que você estabelece. Agora a gente não tem como fugir dessa padronização, dessa normatização social que vai estabelecer algumas funções para o homem e para a mulher [...] Já existe, muita coisa já modificou hoje, se a gente for fazer uma avaliação histórica, até por conta dos movimentos feministas que se juntaram, buscaram construir uma participação política maior com relação à violência, e as questões das mulheres. Se a gente for fazer uma avaliação de décadas atrás, então a gente vai perceber que houve essa mudança, houve essa melhoria. Muita coisa ainda tem que ser feita (Psicólogo 04)

Eu acho que existe uma diferença de papéis. A sociedade tal como ela está cobra coisas diferentes dos homens e coisas diferentes das mulheres. Cada vez mais tem se aproximado essas coisas, mas eu acho que ainda tem uma cobrança, principalmente como a gente lida com uma classe mais baixa, muitas vezes, mantém muitas vezes ainda: o homem é o provedor, a mulher é quem vai cuidar dos filhos, então, o homem não ajuda a cuidar dos filhos. (Psicólogo 01)

Olha, hoje essa discussão realmente é muito ampla, né. Esse papel do homem, antes a gente tinha essa coisa bem mais definida, né. [...] Ele vai ser o provedor da família e a mulher vai ficar em casa cuidando dos filhos. As mulheres elas estão reivindicando mais coisas, seus direitos de cidadãos, de cidadania, de ter maior respeito. Estão trabalhando fora, muitas por necessidade. As relações mudaram muito. A gente recebe situações em que as separações são muito fortes. [...] (Psicólogo 08).

[...] Mas eu acho que essa coisa tem diminuído e a gente consegue conversar um pouco sobre essa coisa, né. Por quê? Essa mulher que atribuí ao homem ser provedor, ela também está trabalhando e ela também está provendo em casa, e esse homem também tem essa função de cuidar da casa, cuidar dos filhos (Psicólogo 01)

[...] E ela também, a maioria das mulheres cobra uma postura do homem no casamento. Então, ele pode até beber, ele pode até sair com os amigos, mas ele tem que estar mantendo, ele tem que fazer a casa, tem que estar bancando as contas. Não tem muito essa coisa de dividir não” (Psicólogo 02)

Nas discussões sobre gênero, as argumentações um sujeito possuem conteúdo diferente da maioria dos entrevistados. Apesar de afirmar que a relação de poder é uma das características centrais na questão de gênero, os comportamentos de homens e mulheres são explicados a partir de uma naturalização dos atributos masculinos e femininos. Concepção que também aparece na categoria conjugalidade. O psicólogo não desenvolve um questionamento sobre a origem dessa idéia. Ao falar sobre o sexo feminino explica: “Eu não vou repetir aquela frase ‘é padecer no paraíso’, não. Mas eu acho que é uma arte, sabe.” (Psicólogo 07)

Comparando as categorias discutidas, entendemos que o assunto gênero é central na prática dos psicólogos que atendem pessoas inseridas em conflitos conjugais, já que foi um tópico citado em todos os temas abordados nas entrevistas.

Quando comparamos os conteúdos sobre gênero, chegamos à seguinte análise: os entrevistados consideram que possuir idéias tradicionais sobre o masculino e o feminino é uma das características dos usuários, principalmente nos

casos de violência, por isso os papéis tradicionais de gênero são um dos temas discutidos pelos psicólogos nos atendimentos com os usuários. Todos psicólogos consideram também que a conjugalidade ainda é uma convivência fundamentada em papéis tradicionais de gênero (homem – provedor, mulher – cuidadora). Falar de gênero é necessariamente entender que ainda vivenciamos esses papéis tradicionais, que por sua vez, acabam por representar desigualdades para as mulheres.

Nesse pensamento, o acompanhamento psicológico promove reflexões, potencializa o sujeito para a ação, visando vivências mais igualitárias e com qualidade emocional para homens e mulheres. Realidade possível quando a mulher deixa de ser subjugada, menosprezada pelo parceiro.

Posto isso, ficou entendido, que todos os psicólogos assumem uma visão pró-feminista. Todos reconhecem que existe uma diferença de funções sociais tradicionais atribuídas a homens e mulheres que estabelece uma cobrança social diferente entre os gêneros, o que contribui para uma relação de desigualdade de poder para o gênero feminino.

Os psicólogos acreditam então na necessidade de mudança dessa realidade. Entretanto a forma como eles lidam com essa concepção pro-feminista é diferente, conforme discutido na categoria atendimento psicológico. De forma genérica, alguns assumem a postura de mediação com o casal, e entendem que a desigualdade de poder feminino não significa passividade da mulher diante do homem. Outros psicólogos preferem produzir um trabalho de mudança de atitude feminina e mobilizações políticas em torno do tema, já que as mulheres estariam em uma posição de fragilidade diante do homem.

Esses psicólogos sabem que nem sempre mudar atitudes (opiniões, crenças) significa mudar comportamentos concretos (ações), já que existem muitos fatores envolvidos no processo conjugal, como as condições materiais concretas em que vivem os cônjuges. Às vezes violamos nossas atitudes expressas porque nossos comportamentos e nossas atitudes expressas estão sujeitos a outras influências. Contudo, acreditam que podem implicar a mulher no processo de enfrentamento das questões de gênero, visam assim, oferecer instrumentos teóricos e afetivos para que elas possam ser multiplicadoras de conhecimento, como aponta um dos entrevistados.

Do mesmo modo, consideram que o trabalho da Psicologia pode gerar movimentações gradativas na sociedade, capazes inclusive, de mudar o quadro de organizações que se destinam a trabalhar a violência. Um dos exemplos é as instituições sociais que oferecem apoio às mulheres vítimas de violência conjugal, que estão surgindo no Espírito Santo, como as Casas Abrigo, em decorrência da articulação dos diversos setores da sociedade capixaba.

8.5 VIOLÊNCIA CONJUGAL

Nessa categoria estiveram presentes as seguintes informações: significados da violência conjugal, diferenças de gênero na expressão das violências conjugais e estratégias de enfrentamento e de prevenção da violência.

Quanto aos significados atribuídos à violência conjugal surgiram as seguintes concepções:

- Uso de violências físicas e psicológicas
- Processo de opressão mediada por uma relação de poder
- Processo de construção social
- A presença do uso do álcool.

Uso de violências físicas e psicológicas

Ao definir a violência conjugal todos os psicólogos citam o uso de violências físicas e psicológicas como características centrais dos relacionamentos em conflitos.

Apesar de não serem detalhistas em suas definições sobre violência física e psicológica, ficou entendido que violência física foi conceituada como agressões corporais, como apanhar e bater. Ofender, menosprezar, ameaçar foram as violências psicológicas citadas pelos participantes.

Dentro dessa abordagem alguns psicólogos esclareceram que homens e mulheres constroem agressões que são mútuas, entretanto utilizam geralmente, estratégias diferenciadas. As mulheres usam mais a agressão verbal, seriam mais sutis e manipuladoras. O homem, utiliza com maior frequência a violência física,

sendo mais imediatista e impulsivo, como demonstrado pelas falas no final dessa exposição.

Acrescentamos ainda, que tais psicólogos, quando citam as diferenças nos recursos utilizados por homens e mulheres na violência conjugal, esclarecem que todas as formas de violência são lesivas, não estabelecendo portanto, uma escala de danos entre as formas de agressão utilizadas pelo casal.

Três psicólogos não fizeram claramente a citação das violências físicas e psicológicas quando conceituaram violência, porém o conteúdo de suas falas sugere a existência da violência psicológica e física em relacionamentos conjugais com conflitos, como demonstrado a seguir:

Violência conjugal [...] está muito mais aquém de um tapa, de um xingamento. Eu acho que a violência começa muito aquém desse processo. É quando a gente não se dá, aí já é violência. Na maioria das vezes a violência ela chega aqui porque ela está relacionada a uma impossibilidade de contato entre homens e mulheres. Essa impossibilidade se desenvolve através de um deboche, de uma certa tirania. Tem várias maneiras de agredir um ao outro e eu não sei qual é a pior. [...] O homem é o marginal, porque é o homem quem bate. O homem é quem resolve. [...] Ele pode quebrar a cara, pode bater em todo mundo. Isso socialmente, em muitos lugares, ainda é aceito. Se a mulher quebrar, bater, destruir, isso não é aceito. Então, a mulher, eu tenho pra mim, que a mulher aprendeu a ser sutil. Coisa que o homem não aprendeu. A mulher, ela articula com mais facilidade. Claro que eu estou falando isso muito genericamente. É de uma maneira que parece grosseira. Mas até certo ponto, a mulher é tão agressiva quanto ele. Ela agride sem bater. A agressão sem bater ela pode ser muito mais lesiva. Só que a mulher sabe ser sutil, de maneira que, ela agride e depois é vítima da agressão. Agora os dois são infelizes (Psicólogo 03)

O que a gente vê aqui, a diferença é na força, né, é no poder. Um homem, aí eu vejo, ele tem mais poder, quanto à questão econômica e mais poder quanto à questão física. A mulher, então, se sente subjugada nessas situações que chegam aqui. Quer dizer, eu posso, eu consigo, tanto que a maioria demora para fazer a denúncia. Uma agressão não é a primeira, nem a segunda, você já vê a repetição (Psicólogo 09)

[...] Eu falo que a gente tem um excesso de caridade cristã. Inclusive para aceitar a violência. Porque muitas não saem da situação da violência porque tem essa impressão, essa idéia de quem sabe eu não posso ajudá-lo a se diferente. Nem que para isso eu tenha que apanhar bastante. Apanho, apanho, apanho, quem sabe uma hora ele não muda, né? (Psicólogo 06)

[...] Eles (os usuários atendidos durante um atendimento em grupo) falaram: tem sim, a mulher ela age de uma forma tal que ela usa muito a agressão verbal, a psicológica, ela faz ameaça ao homem, assim em relação aos filhos, ela é astuta, ela usa as palavras muito bem e fere esse homem. Já o homem não usa tanto as palavras, mas usa a força física. Na prática eu acabo vendo que isso é um pouco verdade. Não que não façam os outros tipos também. a gente vê que as mulheres. A gente vê também as mulheres batendo, agredindo com faca, com um monte de coisas [...] (Psicólogo 01).

Tem muitas agressões com palavras. Tem muito caso de agressão física mesmo, de abuso sexual. O álcool está muito presente, então acontece casos de violência física com o álcool ajudando. Mas é muito comum, muito mais comum, agressões por palavras do que por agressão física. A grande maioria dos maridos ameaça, mas não chegam a agressão física propriamente dita não (Psicólogo 02).

Eu acho que a mulher pode ser extremamente violenta no arquetipo da violência e o homem, ele é muito mais de usar a violência física. E de necessidade de botar aquela mulher, aquela parceira como um ser inferior, entendeu? Ele utiliza muito de um vocabulário de menosprezo, de desvalia. Então, ele consegue ser muito agressivo nesse processo (Psicólogo 07).

[...] a gente lida com uma população onde isso está muito arraigado ainda, né, esses preconceitos, esses tabus, de achar que ele tem direito de bater, se ele não for atendido, que ele tem que mandar em casa. A gente ainda encontra muito essa fala [...] A partir do que a gente observa existe, existe sim. Não que a mulher não agrida, não que ela não seja também violenta, ela é. Mas ela é muito mais de uma violência verbal, né do que uma violência física, pelo menos do que a gente tem percebido. (Psicólogo 08)

Processo de opressão mediado por uma relação de poder

A violência conjugal é definida como um processo de opressão, onde um indivíduo exerce poder sobre o outro, para grande parte dos entrevistados. O exercício desse poder é possível em decorrência uma desigualdade de poder entre os gêneros, que prioriza um domínio do homem em relação à mulher. Como resultado, a mulher acaba sendo oprimida, desvalorizada.

Alguns sujeitos num primeiro momento de explanação sobre o que entendem por violência conjugal, afirmam que a violência produz comportamentos que infringem as regras sociais e jurídicas capazes de garantir a integridade do indivíduo, é um processo de abuso de poder, de opressão de uma das partes (independente do gênero).

Apesar de considerarem a violência como qualquer ato que constrange, domina, oprime homens e mulheres, quando os mesmos psicólogos explicam detalhadamente a produção da violência conjugal, concordam que o processo de desigualdade de poder entre os gêneros delega maior distribuição de poder ao homem, o que contribui para o exercício de dominação.

Atualmente, a partir de um referencial teórico relacional sobre as violências entre casais, provavelmente possamos criar conceitos sobre violência conjugal, menos generalistas, que devem ser capazes de explicar a não violência, mesmo entre casais que possuem vivências de papéis tradicionais de gênero e desigualdades de poderes, com supremacia do gênero masculino.

É muito ruim quando a gente pega um casal e vê que alguém está sendo oprimido no relacionamento, ou que alguém está perdendo muito. [...] Ele não pode intimidar a um ponto que ela não, ela não mostre que existem leis que ele tem que estar cumprindo, que ele não pode estar agredindo ela, que ela não é propriedade dele. Mas muitas acreditam que são propriedades deles (Psicólogo 02)

Mas na maioria das vezes são homens (os acusados das agressões), muitas vezes são trabalhadores. Acreditam nas coisas que eles fazem. E eles acreditam que a mulher é uma coisa que de vez em quando sai da direção e que tem que apanhar. Eles acreditam nisso (Psicólogo 03)

Porque esse é um processo que é feito pelo próprio agressor. Se ele quer se manter hierarquicamente superior ele tem que inferiorizar o máximo possível a mulher. [...] É uma violência estabelecida entre parceiros, um contra o outro. Estabelece através de uma relação de força que tem suas diferenciações, suas características. Pode existir uma violência física, uma violência emocional ou psicológica, que é uma situação mais de ameaça, desqualificação, ou a violência sexual, onde há a utilização da força para uma prática sexual, quando não há a permissão de um dos parceiros (Psicólogo 04)

Bom, penso logo no próprio conceito de violência, enquanto um abuso de poder, vamos dizer assim, enquanto da vontade, do poder de um em relação ao poder do outro. [...] Na relação conjugal é um parceiro que submete o outro ao seu poder, a sua vontade, ao seu desejo. Aniquila do outro o próprio desejo, a sua condição enquanto cidadão, de dignidade, de cidadania, de dignidade. [...] Na relação de violência esses papéis sociais estão em jogo o tempo todo. Normalmente se exige que a mulher seja mais fraca, mais submissa, mas dependente do homem, por outro lado, se exige que o homem seja mais ativo, seja mais impositivo, detentor das ações. (Psicólogo 05)

[...] O pólo dominador masculino e o dominado, submisso, feminino, pelo menos, é isso que comumente a gente vê. então a raiz de compreensão desse fenômeno (da violência conjugal) passa pela questão de gênero (Psicólogo 06)

Eu acho que ela (a violência conjugal) tem um modelo cultural, né? Ela é atravessada pela cultura, por esse papéis pré-estabelecidos, papel masculino, o que ele faz. Qual o papel do homem? Ele tem , e a gente lida com uma população onde isso está muito arraigado ainda, né, esses preconceitos, esses tabus, de achar que ele tem direito de bater, se ele não for atendido, que ele tem que mandar em casa [...] (Psicólogo 08)

Quando a questão do poder do outro está subjugando, quando alguém subjuga alguém através do poder, da ameaça, dessa forma, isso seria violência (Psicólogo 09).

Processo de construção social

A maioria dos psicólogos esclarece a produção da violência conjugal a partir de uma perspectiva social. A violência conjugal é construída pela sociedade, é um processo histórico e cultural , que envolve inclusive uma análise das desigualdades sociais que levam a falta de acesso às estruturas de saúde e educação para a maioria dos indivíduos. Fatores que geram diversos tipos de violências associadas à violência entre cônjuges, como o desemprego, o preconceito e as discriminações.

Se voltarmos à análise da categoria gênero e compararmos à categoria violência, os mesmos psicólogos afirmam que tanto gênero quanto violência são decorrentes de processos construídos socialmente. Dois entrevistados defenderam que psicologia precisa ter um olhar social para os fenômenos humanos. Atender apenas o indivíduo, sem produzir articulações e mobilizações sociais não produz o enfrentamento da violência.

Dentro desse raciocínio, um entrevistado explica que possuímos idealismos, construídos pelas culturas e ressaltados pelos grupos sociais, a respeito do casamento, dos papéis sociais de homens e mulheres, como foi analisado na categoria conjugalidade. Sendo assim, quando a realidade difere do que é desejado, há uma certa dificuldade de conviver com as diferenças características de uma vivência conjugal, o que levaria ao surgimento dos conflitos e das violências.

Diante dessa realidade, a psicologia pode ajudar a produzir reflexões sobre os valores e as crenças que cada indivíduo envolvido em conjugalidades violentas possui.

[...] a gente trabalha com essas pessoas os outros tipos de violência, fazendo um convite à reflexão. Como está isso na sua casa? Como está isso na sua vida? A gente, inclusive, trabalha assim, outros tipos de violência, como preconceito, o desemprego. Essa situação que , a gente procura estar mostrando que a violência pode estar presente de diferentes formas e que como às vezes é fácil a gente falar de uma violência externa, mas quando ela é dentro de casa, quando ela é comigo, ela é mais difícil e a gente tenta estar levantando essas discussões. (Psicólogo 01)

Eu acredito que uma pessoa que é enviada a nós como um problema. O problema nunca é aquela pessoa. Apenas é aquela pessoa que está em foco. Veja bem, se eu trabalhar uma pessoa, eu tenho que trabalhar o meio ambiente. Assim, então se por exemplo eu recebo um casal que está discutindo, eu trabalho o meio (Psicólogo 03).

De ela trabalhar também essa questão de que não é uma regra, tanto o homem como a mulher, a violência é um processo de construção social, principalmente por causa dessa relação de gênero. O que não quer dizer que todo homem seja um agressor. E nem toda mulher, uma vítima (Psicólogo 04)

[...] Algumas reflexões que a gente fazia, que a psicologia fazia em torno da violência, a produção social da violência.[...] E até pra pensar que a violência é um processo histórico que sempre existiu. Porque sempre existiram pessoas em situação diferentes, de disputa de interesse, em conflito. Mas talvez, enfrentar a violência.. (Psicólogo 05)

É importante que tenha uma visão digamos que, ou pelo menos na prática clínica que não tenha a visão de que é um problema localizado, individual, particularizado. Violência é um problema social, não é um problema individual. E aí a prática psicológica ela tem que fazer exatamente essa mesma leitura, se ela quiser encontrar alternativas de intervenção, porque não adianta eu trabalhar a perspectiva de um indivíduo como um problema. Mas é fazer, inclusive com que esse indivíduo perceba que esse problema que ele vivencia não é um problema só dele. É um problema que perpassa todo mundo (Psicólogo 06).

Eu acho que ela(a violência conjugal) tem um modelo cultural, né? Ela é atravessada pela cultura, por esses papéis pré-estabelecidos, papel masculino, o que ele faz. (Psicólogo 08)

A presença do uso de álcool

Em alguns casos de violência conjugal alguns psicólogos observaram que a utilização de bebidas alcoólicas facilita o processo de agressão. Os psicólogos não

estabelecem uma associação direta entre violência conjugal e alcoolismo, pois não consideram que o álcool seja um fator causador da violência entre os cônjuges.

As falas apresentadas a seguir indicam que quando os psicólogos exemplificam a presença do álcool na violência conjugal, atribuem a utilização da substância apenas à figura masculina. O que pode ser uma conclusão extremamente pragmática, baseada em alguns exemplos concretos, vivenciados no cotidiano, que não estaria contemplando uma leitura teórica crítica, capaz de não generalizar os acontecimentos do dia a dia .

Tem muitas agressões com palavras. Tem muito caso de agressão física mesmo, de abuso sexual. O álcool está muito presente, então acontece casos de violência física com o álcool ajudando. (Psicólogo 02)

Até porque na maioria das vezes, existem exceções. Mas na maioria das vezes são homens, muitas vezes são trabalhadores. [...] Eles acreditam nisso. E eles por sua vez na maioria das vezes são alcoólicos, então, isso cria problema com os filhos, então num segundo momento eu tendo estabelecer contatos com esses homens. (Psicólogo 03)

[...] Então a gente até a principio, como a gente estava começando a gente tentou atender também o agressor, e tentando buscar alternativas. Alguns eram viciados em drogas, em álcool e a gente tentava buscar parceiros para atendimento. Precisava estar escutando esse agressor, o que ele entendia pela violência, fazer um trabalho junto com ele (Psicólogo 04).

Mas no geral é um trabalho de não cair por vitimizar a mulher , eu te falei que a maioria dos agressores são homens, mas podendo trabalhar naquela situação, naquela relação de violência, que há também uma violência social, muito grande. Há um número muito grande de abusos antes, de dependência química, o álcool principalmente [...] (Psicólogo 08)

Aparecem outras explicações para a violência conjugal. A violência acontece quando existe falta de contato entre os parceiros. Ao construir a agressão, homens e mulheres não estariam conseguindo se entender, se respeitar e compartilhar objetivos, portanto não estariam estabelecendo um contato (um diálogo) mínimo para que seja possível conviver com a diferença.

Três psicólogos disseram que as separações conjugais não são provocadas pela violência conjugal. A separação acontece quando não está sendo possível desenvolver projetos de vida compatíveis. A vida em comum não está sendo plausível porque não estão existindo trocas de afeto, admiração, respeito pelo desejo do outro.

Tais profissionais explicam que quando o casal decide continuar a relação, onde existe a violência conjugal, eles precisam trabalhar os fatores que contribuem

para a criação dessa violência, para que ocorra uma nova configuração no relacionamento.

Apenas um entrevistado explicou a ocorrência da violência conjugal através de um processo de dependência emocional da mulher em relação ao homem na relação amorosa. Quando nessa dependência existe a violência, essa torna-se algo corriqueiro, naturalizado. Explicação um tanto simplista, que não considera inúmeros fatores que permitem o desenvolvimento da relação conjugal.

Novamente a mulher teria uma carência “natural” de companhia. Assim sendo, a violência ocorre quando essa necessidade é muito intensa e interfere na seletividade no momento na escolha do parceiro. Quando um psicólogo fala do “grande companheiro”, ela constrói argumentos enraizados em idealismos culturais, embora indique não perceber o processo de construção cultural dessas expectativas:

[...]Eu acho que existem um processo de dependência total quando existe violência conjugal. Dependência. A minha visão, que eu já vi de violência conjugal que não é pouco. É uma dependência emocional: “apanho, mas não consigo ficar sem ele.” É aquela estrutura emocional [...]Então o próprio objetivo da própria mulher quando ela busca um relacionamento, ela não busca um grande parceiro, ela está buscando uma pessoa para desempenhar um papel. E aí depois ela vai ver que a história... ela vai sofrer as conseqüências disso. (Psicólogo 07)

Com base no projeto de cada um, eles podem se separar ou não. Porque se eles separarem por causa da agressão, eles vão ser separados infelizes, com certeza. [...] a gente não se separa por causa de agressão [...] A violência é em decorrência da falta de contato entre as pessoas. Motivo de separação é a percepção de projetos incompatíveis. As pessoas se separam por conta de projetos, não por conta de violência. Violência não é motivo para se separar. Violência é motivo para trabalhar a falta de contato (Psicólogo 03)

Ah, eu acho que a coisa mais importante que poderia se fazer para qualquer tipo de violência seria o fortalecimento do indivíduo como pessoa. Eu acho que se você é uma pessoa segura de si, você não se permite ser.. você tem força para combater ou modificar ou sair fora, qualquer uma dessas situações seria possível, porque nem todo casamento você poderia estar pensando que não tem solução. Porque nem todo casal que um dia sofreu algum tipo de violência teria que se dissolver. Se eu falasse isso eu não acredito em tudo que eu já fiz até hoje. A gente acredita em reconstruções[...] (Psicólogo 07)

Mesmo as mulheres que sofreram uma agressão é difícil estar interrompendo um casamento. E estar preparando um pouquinho mais as pessoas, mexe muito com o emocional. Elas tem decisões muito importantes em relação aos filhos, em relação ao patrimônio [...] Muita gente, a gente percebe que precisa de todo um processo, de todo um trabalho pra conseguir encarar uma possível separação ou uma possível união, voltar para o casamento. E aí, o psicólogo é essencial (Psicólogo 02)

8.5.1 Estratégias de enfrentamento e a prevenção da violência conjugal

Para todos os entrevistados podemos criar meios de enfrentamento e prevenção da violência. Importa assinalarmos que originalmente os psicólogos foram indagados sobre as possibilidades de combate e, logo após, de prevenção da violência conjugal. Contudo, as respostas de alguns psicólogos indicaram que os mesmos preferem utilizar o termo enfrentamento e não combate, pois partem do princípio que combater significaria erradicação, o que seria impossível se pensarmos na produção sócio-histórica da violência conjugal.

Combater é uma palavra muito genérica, conforme o entrevistado: “Possível é, muito complicado, é uma palavra muito ampla. Eu acho que algumas coisas poderiam ser feitas (Psicólogo 07).”

Enfrentar seria mais apropriado porque sugere a criação de instrumentos e ações individuais e coletivas, capazes de intervir nos atendimentos locais e na realidade social, como pode ser verificado nas falas abaixo:

Penso que sim. Ultimamente nos espaços que a gente tem freqüentando a gente tem evitado um pouco essa palavra combater para não dar a dimensão de na verdade reforçar de novo a violência, porque na verdade se você fala combater dá a impressão de utilizar um outro termo que também é violento. E até pra pensar que a violência é um processo histórico que sempre existiu [...] Mas talvez, enfrentar a violência. E aí eu penso que é extremamente possível (Psicólogo 05).

Sim.(é possível combater a violência conjugal) Combater, não é combater. [...] E a partir do momento que elas conseguem falar assim: Não, pêra aí, eu também fui autor, eu também sou. Em casa as coisas começam a funcionar de uma forma um pouco diferente. Não digo: ah não vai acontecer nunca uma violência verbal, uma agressão nessa casa. Mas ele conseguem sim, se perceber, ver o quanto isso fez mal, muitos deles começam a adotar uma postura diferente (Psicólogo 01).

Foram pedidas opiniões sobre as estratégias de enfrentamento e prevenção da violência conjugal aos psicólogos, assim, as respostas podem estar, ou não, referenciadas às suas ações atuais de enfrentamento e prevenção.

As estratégias de enfrentamento e prevenção da violência conjugal serão apresentadas em separado.

A maior parte dos entrevistados assinalou que a prevenção é um dos objetivos do programa em que trabalham. Apesar de todos citarem possíveis estratégias de prevenção, apenas sete psicólogos efetivamente colocam essas estratégias em prática.

Apresentamos a seguir as formas de enfrentamento mais citadas:

- O atendimento psicológico
- Denunciar a violência

- O atendimento de homens – agressores
- Trabalhar simultaneamente homens e mulheres em violência conjugal

O atendimento psicológico

Todos os entrevistados concordam que o atendimento psicológico é um instrumento importante para enfrentar a violência conjugal.

Nessa categoria, os psicólogos quiseram mostrar que o trabalho que desenvolvem é um meio de enfrentamento à violência conjugal. Não falaram muito de novas possibilidades de atendimento, e sim, de uma prática concreta, que por sua vez é diversificada, como mostramos na discussão sobre o atendimento psicológico.

O atendimento psicológico possibilita reflexão sobre os atos violentos, o que contribui para que os sujeitos adotem uma postura diferente diante do ocorrido, como exemplifica a seguinte fala: “Esse trabalho que a gente faz, das pessoas poderem estar se incluindo naquela história que ela está vivendo (Psicólogo 08).”

Ressaltam ainda, que a prática psicológica pode interferir na construção da auto estima do sujeito, em sua potencialização, o que seria essencial para fortalecer ou encorajar o sujeito a mudar sua condição. Nessa classificação estão incluídos o atendimento clínico individual, o atendimento clínico do casal, o atendimento em grupo, a orientação multiprofissional, orientação psicológica, as orientações em grupo e os grupos de casais.

A palavra conscientização aparece no discurso de alguns profissionais, associando à psicologia a função de estabelecer ou (re) estabelecer a consciência daqueles que estão em situação de violência conjugal. Diante desse comentário, cabe refletirmos se é possível ao profissional ter esse poder sobre o outro. Temos que considerar que muitas vezes os inseridos na situação de violência conjugal possuem consciência da realidade que estão vivenciando, dos direitos e deveres que regem nossa sociedade.

Acreditamos que a intervenção psicológica e o olhar psicológico da realidade nos instrumentaliza a sensibilizar os usuários, e oferecer orientações e informações aos sujeitos capazes de provocar ações que permitam a elaboração da violência, e que construam uma vida com respeito aos direitos do outro, a alteridade e a

dignidade. Seria , portanto, um processo dinâmico, onde esse sujeito participa da construção de outras perspectivas. Ele não seria conscientizado e sim orientado, sensibilizado.

Porque como eu conheço as duas partes é mais fácil estar conscientizando a proteção do menor e não ficar necessariamente na agressão, porque se for só a advogada o casal vai ficar só se agredindo. Como eu já conheço um pouco mais a história deles, eles diminuem a agressão para negociar a proteção do menor (Psicólogo 02)

Porque na realidade, os casais ficam se batendo, a agressão é mútua, sempre é mútua. E eles não estavam conseguindo estabelecer contato com o outro. A partir do momento que eles conseguem estabelecer contato um com o outro, é que começa a esclarecer qual é o projeto de cada um (Psicólogo 03)

Mas focava (o atendimento psicológico) muito essa questão de potencialização da vida, da possibilidade de mudança, do amanhã, da forma de estruturar, dos relacionamentos que foram feitos por ela, que pode estar sendo feito para que isso não aconteça novamente (Psicólogo 04)

Ali, naquele primeiro momento, de acolhimento da pessoa, onde a gente ouvia qual era o drama, qual era a situação que ela estava vivendo e que ela estava trazendo a gente tinha a oportunidade de estar discutindo com ela, elaborando um pouco o seu drama, o que ela estava vivendo, discutindo junto com ela quais são as conseqüências da situação que ela estava vivenciando, o que poderia ser feito para modificar a realidade. Nosso primeiro objetivo, era como a pessoa construía uma compreensão da realidade que ela estava vivendo, pegando aí os mais diversos aspectos: emocional, cognitivo, jurídico (Psicólogo 05)

Tentar trabalhar essa conscientização, essa compreensão de que a mulher não deve ser submissa a ninguém, e muito menos aceitar a condição de violência. Isso é um passo, no sentido de fortalece-la como sujeito, né. E aí, fazer tudo que for possível, no sentido da denúncia, no sentido da exigência da apuração do fato, da punição (Psicólogo 06)

Ah, eu acho que a coisa mais importante que poderia se fazer para qualquer tipo de violência seria o fortalecimento do indivíduo como pessoa. Eu acho que se você é uma pessoa segura de si ,você não se permite ser.. você tem força para combater ou modificar ou sair fora, qualquer uma dessas situações seria possível, porque nem todo casamento você poderia estar pensando que não tem solução. (Psicólogo 07).

[...] E aí que a coisa funciona, porque um trabalho isolado, você só pensar em atendimento, é pouca coisa. Tem que pensar em defesa, responsabilização e atendimento. E quando os três se dão, eu acho que a coisa funciona (Psicólogo 09)

Denunciar a violência

Incentivar os usuários a fazer a denúncia nos órgãos competentes é uma forma de enfrentar a violência conjugal para grande parte dos psicólogos, pois permitiria aos agressores entender a violência conjugal como um crime, passível de punição, o que garantiria inclusive a segurança física dos agredidos.

Os psicólogos quando falam de denúncia dirigem suas falas à figura feminina. A mulher deve ser orientada a denunciar, portanto seria um trabalho voltado ao público feminino.

A denúncia da violência sofrida facilitaria inclusive os processos subseqüentes de autonomia do sujeito, como o pedido judicial de separação, o pedido de guarda dos filhos, a busca pela qualificação profissional e pelo emprego.

Alguns psicólogos acrescentaram ainda, que não basta lutarmos pelo processo de denúncia, temos que criar leis mais severas para que a punição possa ser temida, o que poderia evitar agressões.

O maior problema é que na muitas vezes ela não apresenta essa queixa. Ela faz o boletim de ocorrência, mas não deixa correr o processo. [...] Então a gente está sempre tentando conscientizar as mulheres que ela tem sempre que estar fazendo boletim de ocorrência, tem que deixar o processo correr (Psicólogo 02).

Porque todo caso, um princípio fundamental é por lei, regido por lei, ela tem que preencher o boletim de ocorrência, é até uma forma de combater a impunidade e de fortalecer também essa questão dela estar lutando para dar um basta nessa situação [...] Você pode criar leis mais efetivamente rigorosas com relação à punição do agressor, porque a lei que existe hoje é muito branda. [...] (Psicólogo 04)

Uma coisa é a gente agir para que a violência não aconteça mais. Paralelamente é necessário que hajam ações, no sentido de que na hora de cometer a violência, os agressores de modo geral sejam punidos efetivamente, que a punição para o crime aconteça (Psicólogo 05)

Tentar trabalhar essa conscientização, essa compreensão de que a mulher não deve ser submissa a ninguém, e muito menos aceitar a condição de violência. Isso é um passo, no sentido de fortalece-la como sujeito, né. E aí, fazer tudo que for possível, no sentido da denúncia, no sentido da exigência da apuração do fato, da punição (Psicólogo 06)

Tem duas coisas, uma coisa que a gente vê muito é a questão da lei que tem que ser cumprida, quer dizer, a gente percebe aqui que a revitimização acontece demais, porque a lei não se cumpre. O agressor permanece dentro de casa, né. [...] Eu acho que a questão jurídica tem que se fazer cumprir, ser mais rápida, mais enérgica, mais rápida. [...] Eu acho que a primeira vez que alguém fizesse, fosse denunciada e fosse presa. Ou se não fosse presa, uma outra alternativa, mas que isso fosse rápido, eu acho que muita coisa não aconteceria. (Psicólogo 09)

O atendimento de homens-agressores

Essa resposta foi citada apenas por alguns psicólogos que trabalham somente com as mulheres inseridas em situação de violência conjugal. Esses profissionais que não acompanham os relatos dos parceiros das mulheres, entendidos como agressores, acreditam que os homens precisam ser trabalhados.

Dentro dessa categoria, foram citadas as seguintes possibilidades de trabalho com o agressor: trabalho de acolhimento emocional, de orientação sobre gênero, de reflexão sobre os papéis sociais e relações de poder.

Esse trabalho visa evitar uma reincidência, proteger a companheira atual desse agressor ou a futura mulher que o mesmo possa querer dominar.

Um dos psicólogos não considera ético que a atuação de acolhimento, ou o trabalho de acompanhamento terapêutico do agressor seja realizado pelo mesmo profissional que atende a mulher, pois quebraria uma relação de confiança.

Os Programas com perspectivas voltadas para a defesa das questões feministas, facilitam o desenvolvimento de crenças duais sobre o enfrentamento da violência conjugal, um pólo é a mobilização feminina e outro pólo é a assistência masculina.

Como a lei ainda é muito branda, então se ele agride a esposa, o máximo que vai acontecer hoje pela lei, é pagar cesta básica, ele pode perfeitamente agredir uma outra companheira. Então, pode ficar perpetuando essa questão. Então, a gente percebe que a gente precisa trabalhar esse agressor para que ele possa fazer uma reflexão do pensamento que ele tem a respeito das relações de gênero e de violência. Então a gente até a principio, como a gente estava começando a gente tentou atender também o agressor, e tentando buscar alternativas [...] Precisava estar escutando esse agressor, o que ele entendia pela violência, fazer um trabalho junto com ele. Mas gente percebeu e era uma coisa assim até óbvia que não dá certo atender o agressor e a vítima no mesmo espaço. A gente estava percebendo que a gente estava fazendo muito mais um trabalho de conscientização do que de modificação. A gente achou por ventura que não daria certo. Mas há necessidade, sem sombra de dúvida de um trabalho com o agressor. Mas tem que ser feito em um espaço próprio para isso e com outra equipe. Não com a mesma equipe. Nosso objetivo é a mulher vítima de violência (Psicólogo 04)

Por outro lado a perspectiva de trabalho com o agressor também é necessário. Porque..., eu não tenho um estudo nesse sentido, mas [...] os homens muitas vezes não tem sequer a idéia de que eles estão cometendo um crime. Eu estou batendo na minha propriedade. Ela é minha mulher, ele é meu filho, ela é a minha filha, o que você tem com isso? E eu tenho o domínio sobre isso. Então ele não se percebe, muitas vezes, nem na condição de agressor e aí, ele vai se separar desta que se fortalece como sujeito, que denuncia e etc e tal. Se ele não for adequadamente punido e também trabalhado no sentido dessa conscientização, desse lugar que ele ocupa, ele vai, casa com uma outra e vai fazer com ela a mesma coisa que ele fazia. Porque ele continua, né, se vendo como proprietário, o senhor. (Psicólogo 06)

Trabalhar simultaneamente homens e mulheres em situação de violência conjugal

Para quatro psicólogos, o acompanhamento psicológico dos cônjuges em situação de violência conjugal deve ser uma das estratégias de enfrentamento da violência conjugal. As formas de atendimento citadas foram: orientação ao casal, esclarecimentos sobre os papéis sociais, atendimento individual e terapia de casal.

As respostas abaixo indicam que os psicólogos usam a mediação de conflitos para trabalhar a dor dos participantes e questionar como as relações estão sendo fundamentadas. Explicam que o casal em processo de separação necessita manter o diálogo para que as negociações não sejam muito dolorosas. Aqueles que decidem continuar a relação necessitam criar condições para a manutenção do respeito.

É porque a gente possui um público muito restrito, então a gente não poderia, nosso programa dar margem a trabalhar antes da violência. Dá assim, no sentido que a gente trabalha a família. A gente chama o filho, as pessoas que de alguma forma estão envolvidas (Psicólogo 01)

Agora, em terapia de casal, o que a gente busca nos trabalhos de prevenção, é muito mais lá no programa, quando a gente atende ao apenado, e identifica as questões familiares, é de estar trabalhando com os filhos daquela pessoa, aquela filha. Muitas vezes vem o apenado, mas aí vem a mulher, no final estão os dois lá, tanto quem deu a queixa, como quem está sofrendo a punição, está sendo tratado, a família está sendo tratada, e com isso a gente está trabalhando de uma forma maior (Psicólogo 08)

Quanto ao enfrentamento, surgiram as seguintes observações complementares. A violência deve ser desnaturalizada e pensada como uma produção coletiva, portanto, deve ter ações de discussão e mobilização que sejam coletivas, envolvendo o Estado, empresas privadas, ONGs e igrejas. Para o enfrentamento da violência necessitamos de ações que garantam uma vida com qualidade para o cidadão, com acesso aos serviços mais básicos para a concretização da cidadania, como o acesso aos serviços de educação, saúde e direito.

Eu penso que é possível enfrentar a violência conjugal à medida que a gente se predispõe, a gente que eu digo são profissionais, instituições e cidadãos de um modo geral. À medida que a gente se predispõe a tirar da violência o seu caráter de naturalidade e questionar as relações que a gente se estabelece baseadas na violência e começar a pensar, a dimensionar a minha importância enquanto sujeito, enquanto homem, enquanto mulher e enquanto pessoa, questionar também qual é a dimensão que eu tenho sobre o outro [...] a gente precisa tentar ações que sejam coletivas também [...] O poder público tem um papel extremamente importante, no sentido de prover as pessoas de condições básicas e dignas de se viver. É preciso que haja condições de saúde, de qualidade para a população (Psicólogo 05).

Nas estratégias de prevenção apareceram as seguintes respostas:

- Educação sobre gênero
- Educação sobre direitos e deveres.

A maioria dos psicólogos considerou a educação como um instrumento que pode prevenir a ocorrência da violência conjugal. Observa-se que a educação defendida pelos profissionais, é a educação formal, acadêmica. Os entrevistados estabeleceram duas linhas de educação necessária para o processo preventivo. Uma educação voltada para as discussões de gênero, principalmente sobre os papéis sociais atribuídos aos homens e as mulheres e as desigualdades de poder, como pode ser observado em suas falas apresentadas nessa sessão.

A prevenção da violência conjugal passaria por uma rediscussão das relações de gênero. A produção de relações de gênero pautadas no princípio de igualdade de direitos, deveres e negociação de tarefas no cuidado com a família serão possíveis a partir de um processo educativo que questione as relações de poder e criem outras possibilidades de relações, conforme falas abaixo.

Alguns psicólogos indicaram a necessidade de um trabalho preventivo voltado para a questão de direitos, deveres, cidadania, respeito ao outro, e discussão da alteridade.

As transformações culturais são necessárias, mas sobretudo, as condições materiais e práticas da sociedade também precisam proporcionar a cidadania.

Outro psicólogo acredita que o fortalecimento da auto estima do sujeito seria a principal estratégia de prevenção dos acontecimentos violentos nas relações conjugais.

As falas abaixo exemplificam as discussões apresentadas:

Seria (estratégias de prevenção) a questão que é o fortalecimento de auto estima, de crescimento pessoal. Eu acho que a criança que cresce segura, amada ela não tem por que estar convivendo com a violência de uma determinada maneira tão sem reação (Psicólogo 07)

[...] Eu particularmente penso que se essas ações de enfrentamento forem realizadas, isso já é uma ação preventiva [...] Além das faculdades, a gente pode pensar nas escolas de nível fundamental, de nível médio, de ensino médio, de você trabalhar com as crianças qual a compreensão que se tem da violência [...] evita o máximo possível falar de prevenção. (Psicólogo 05)

[...]Então eu acho que a violência ela precisa ser trabalhada com relação a definição de homem e mulher e de pai e mãe. Acho que a base é isso. Existe uma questão que é fundamental para mim que é a questão da natalidade. É uma questão difícilíssima de trabalhar (Psicólogo 01)

Então você tem que fazer uma reeducação da sociedade de um modo geral. [...] Pode fazer um trabalho de capacitação de todos os profissionais, do setor público, do setor privado. Você pode incluir na grade, nas escolas, um trabalho que coloquem, que diminua ao máximo possível essa diferenciação entre homem e mulher (Psicólogo 04).

Não é fácil. Eu acho que uma das ações mais sérias nesse sentido, é você trabalhar justamente na perspectiva da educação. Porque é fundamental para as pessoas reverem valores, reverem conceitos [...] Essa super valorização do homem enquanto poderoso e da mulher enquanto submissa. (Psicólogo 06)

Outra coisa que eu acho principal é a educação, é mudar a cabeça dessas mães e desses pais, um trabalho na escola, trabalhar a questão do respeito ao próximo, da cidadania, da coletividade, eu acho que muita coisa mudaria, né [...]. (Psicólogo 09)

[...] Eu acho que são necessárias que essas discussões sejam feitas, porque... você perguntou dos instrumentos... um instrumento que a gente usa aqui e eu acredito que ele seja viável é a educação, né. É você trabalhar a educação enquanto cidadania mesmo. Então, eu acho que deveria ser feito um trabalho nas escolas, com as crianças, algo que abranja mais. No nosso projeto é que não, ele trabalha a prevenção no sentido de que isso não se repita, no sentido que os filhos tenham uma outra visão [...] (Psicólogo 01)

A prevenção é bem discutida, né. Eu acho que a prevenção a gente faz com educação [...] Educação se faz em todos os lugares, desde que você aprenda quem é você, que você aprenda que não tem o direito de agredir ninguém, seja lá o que for (Psicólogo 08)

9 DISCUSSÃO

Refletir sobre o fazer é pensar sobre os conceitos que moldam nossa atuação profissional, sobre as condições nas quais trabalhamos, sobre as conseqüências das nossas práticas para o “eu”, para o outro e para a coletividade.

A identificação das concepções de gênero e violência conjugal dos psicólogos que atendem envolvidos em situação de violência conjugal exigiu um trabalho de reflexão sobre as ciências psicológicas e sobre as práticas psicológicas.

Acreditamos como Lunardi et al. (2004) que o profissional deve se questionar e desnaturalizar algumas concepções ligadas à realidade em que trabalha.

Acreditamos que, à medida que exigirmos, de nós mesmos, a liberdade de pensarmos como exercemos nosso fazer profissional, na tentativa de entender por que temos assumido um modo de ser, possamos não refutar o que somos ou a realidade em que estamos imersos, mas encontrar alguns caminhos que favoreçam o exercício de práticas de autocuidado, de transformação de nós mesmos, dos outros, e da sociedade.

A psicologia se caracteriza por uma diversidade teórica e metodológica, conforme Bock (1999, 2001 e 2002); Cambaúva, Silva e Ferreira (1998); Teles (2003); Andrade (1999); Camino e Ismael (2004); Tourinho, Carvalho- Neto e Neno (2004); Molon (2004) e Silva (2004).

Como explica Tourinho apud Carvalho-Neto e Neno (2004, p. 21): “o campo de saber da Psicologia já nasce multifacetado, não simplesmente porque é habitado por discursos conflitantes, mas no sentido de que seus conteúdos têm uma conformação variada, respondendo a demandas sociais em várias direções”.

A investigação sobre as práticas psicológicas no atendimento aos inseridos em situação de violência conjugal na Grande Vitória foi delineada a partir de temáticas que considerávamos imprescindíveis para o entendimento de como os psicólogos interferem nessa realidade. Para tanto, essa discussão estará centralizada em torno dos temas: conjugalidade, gênero e violência conjugal, considerando a multiplicidade de significados característicos das ciências psicológicas.

Essa multiplicidade, historicamente presente nas ciências psicológicas, nos auxilia a entender as diversas orientações teóricas e os diversos tipos de atendimentos realizados pelos psicólogos na temática violência conjugal, como: os atendimentos clínicos individuais às mulheres que denunciaram a violência conjugal, os atendimentos clínicos individuais aos homens denunciados como agressores, a terapia de casal, as orientações psicológicas às mulheres e aos homens, os trabalhos de grupos e o atendimento e orientação psicológica aos familiares dos usuários dos Programas.

Os profissionais estabeleceram uma diferenciação entre os atendimentos e orientações psicológicas. Ao primeiro foi atribuído um significado de acompanhamento psicológico, caracterizado por sessões psicoterápicas que visam “trabalhar”, “pensar”, “refletir” algumas questões com os usuários dos serviços oferecidos pelos programas.

A orientação psicológica foi considerada um contato mais curto, de uma a três sessões com o usuário, que visa o esclarecimento e a orientação sobre procedimentos de saúde, sociais e jurídicos para estimular a mudança na condição de violência conjugal vivenciada.

Os psicólogos não realizam atendimentos com todos os membros da família em conjunto. Conforme experiência realizada por Araújo (2004) com os envolvidos em violência sexual infantil, a terapia de grupo familiar é um das estratégias de atendimento psicológico que envolve todos os membros da família, principalmente o agressor e têm contribuído para melhorar a qualidade de vida dos participantes.

Para tanto é necessário acolher a família e criar um espaço de reflexão onde todos possam pensar sobre o problema e buscar soluções criativas para o conflito e não negá-lo e buscar uma redefinição no funcionamento familiar, nos papéis, funções e novas formas de comunicação. O terapeuta deve entender as singularidades das famílias, suas crenças, os valores, e também como a violência é definida e sentida.

As diversas possibilidades de intervenção psicológica representam uma mudança na visão tradicional sobre os métodos de intervenção da psicologia. Tradicionalmente, por influência dos métodos analíticos da psicanálise, ao atendimento psicológico foi associado o atendimento clínico prolongado durante anos, o que poderia provocar uma morosidade e dependência emocional do usuário em relação ao terapeuta.

Os entrevistados estão atuando em uma visão multiprofissional, mostrando que a psicologia comporta práticas dinâmicas e criativas no trabalho com outras especialidades (MOLON, 2004), possibilitando uma multiplicidade de modos de intervenção que podem produzir novos modos de conhecer e novas práticas sociais institucionais baseadas na comunicação e na solidariedade.

Interessante destacar que os tipos de atendimentos prestados por cada profissional estavam em consonância com os objetivos do programa em que trabalhavam. A maioria desses profissionais mencionou, informalmente as limitações que esse tipo de estratégia provoca, já que recebem casos diversificados, sendo complicado desenvolver atividades psicológicas a partir de modelos de ações pré-definidas, muitas vezes por outros profissionais.

Como afirmam Tourinho, Carvalho- Neto e Neno (2004) a diversidade e abrangência dos problemas do mundo moderno demandam diversas respostas com conteúdos empíricos, aplicados e teóricos-científicos de uma disciplina psicológica que se constitui como um campo reflexivo sobre o homem, seus problemas e as possibilidades desse homem se realizar em diferentes domínios da vida (cognitivo, espiritual, conativo).

Essa diversidade de respostas é limitada quando as regras para a atuação do setor de psicologia não podem ser revistas, não conseguem ser quebradas. Em um dos programas a atuação psicológica foi definida por profissionais de outras especialidades.

Sabemos que essas hierarquias do setor público, e algumas imposições técnicas, angustiam os profissionais principalmente aqueles que trabalham com a promoção de saúde. Lunardi et al. (2004) argumentam que na área de saúde os profissionais devem se perguntar freqüentemente (como faz a maioria dos entrevistados) se agem pelo que acreditam e/ou pelo que os outros decidem e determinam que façam.

Os autores acrescentam que essas determinações hierárquicas nas atividades profissionais de alguns especialistas da saúde têm provocado sofrimento, sentimento de inadequação, angústias e culpas resultantes do conflito entre o que acreditamos que devemos fazer, e o que na prática, aceitamos ou nos sujeitamos a fazer.

Esses sentimentos e questionamentos podem servir como estímulo para que os profissionais consigam assumir o seu papel ético-político de negociação com as chefias e administrações de Instituições sobre a necessidade de adequações técnicas e da criação de recursos que permitam serviços de qualidade; mesmo diante do medo de perder o emprego, devem lutar pela autonomia de procedimentos específicos de sua especialidade.

Nesse sentido, encontramos alguns profissionais que participaram da formulação ou da reformulação dos programas, o que possibilitou maior liberdade na estruturação das práticas psicológicas e no tipo de participação política que a psicologia está realizando em articulação com outros segmentos da sociedade civil nas ações sobre a violência.

Tais profissionais estão portanto, como indica Molon (2004), fazendo a psicologia com compromisso político, enfatizando a função social, ética e política da ciência.

Para os psicólogos a função da atuação psicológica é a promoção de saúde dos usuários, que pode ser explicada de diferentes formas, priorizando o fortalecimento emocional do sujeito.

A saúde é entendida como um processo qualitativo complexo que estrutura o funcionamento completo do organismo, integrando o somático e o psíquico de maneira sistêmica, compondo uma unidade em que ambos são inseparáveis (GONZÁLEZ-REY, 2004).

A saúde não é um estado estático do organismo, não é um produto, e sim, um processo que se desenvolve constantemente do qual o indivíduo participa de forma ativa e consciente na condição de sujeito do processo.

A saúde não deve ser vista como uma ausência de sintomas, mas sim como um funcionamento integral que possibilita a criação de recursos para que o organismo se torne menos vulnerável aos diversos agentes causadores do adoecimento, como a violência.

Alguns dados sugerem que os profissionais conseguem analisar criticamente o contexto de inserção da psicologia em alguns programas. Por exemplo, sugerem que sua atuação funciona, em certos casos, como uma espécie de assessoria ao judiciário, capaz de produzir economias enormes para o poder público. Quando o profissional consegue mediar separações amigáveis, valores de pensão, partilhas de bens, ou até mesmo intervir na situação de casais que estão se separando, são economizados os trabalhos do oficial de justiça e audiências, entre outros fatores.

Por último, cabe destacar quais os objetivos dos programas, segundo os psicólogos. Todos os pesquisados entendem que oferecer serviços psicossociais às pessoas inseridas em situações de conflito e aos seus familiares é o objetivo prioritário do programa no qual trabalham.

As respostas sugerem que quando o termo serviços psicossociais é usado, significa que estão sendo oferecidos atendimentos de psicologia e acompanhamentos sociais geralmente realizados pelos assistentes sociais. Não significa necessariamente, o entendimento da psicologia como uma prática psicossocial, que considera o homem um ser social, histórico, que deve ser entendido a partir das mediações culturais dos quais participa e constrói, um referencial que entende a intervenção psicológica como uma intervenção mediada por questões históricas, sociais, éticas e políticas, apesar de quatro psicólogos terem exposto claramente noções de uma prática na Instituição fundamentada por uma visão de mundo psicossocial.

Cabe inclusive, retomar a discussão sugerida por Bock (2001) sobre a forma como os psicólogos significam suas práticas. Quando os psicólogos citam a prática psicossocial não significa necessariamente que entendam os fatores dinâmicos psicossociais que constituem homens e são construídos por esses.

Os psicólogos caracterizaram os usuários a partir das carências dos atendidos, como: a fragilidade emocional, auto-estima rebaixada, a falta de

informação, os problemas sociais, a falta de autonomia. Tal dado sugere que, diante do tema violência conjugal, os profissionais possuem dificuldade de identificar as potencialidades e habilidades dos usuários diante da situação de violência. O simples fato do usuário procurar ajuda profissional diante da situação vivenciada é um dos indicativos da força, da energia que o outro possui. Parece que as carências encontradas na história de vida do outro provocam uma angústia nos psicólogos, o que influencia na visão que os mesmos possuem dos atendidos.

Outro dado interessante que não apareceu nessa pesquisa, é a vivência religiosa que, muitas vezes, caracteriza a história de vida daqueles que procuram os serviços da Psicologia no Sistema Público de Saúde e que funciona em alguns casos como um dos suportes que o indivíduo procura para conseguir amenizar o sofrimento diante da violência.

Neste estudo os psicólogos assumem uma postura pró-feminina, existindo dois estilos de ação. Uma parte desenvolve ações referenciadas aos princípios do movimento feminista, assumindo exclusivamente um papel de defesa da mulher violentada, esse grupo atende predominantemente mulheres e considera que as desigualdades de gênero determinam a subordinação do feminino.

Os outros entrevistados constroem as práticas psicológicas pela mediação de conflitos entre homens e mulheres, considerando claramente os custos das cobranças de gênero e as conseqüências da violência conjugal para homens e mulheres.

As pessoas que assumem uma prática feminista, que são mais incisivas em suas argumentações sobre o poderio masculino em relação ao feminino na violência conjugal, estão envolvidas ativamente na mobilização social com diversos setores da sociedade, construindo ações que ultrapassam o atendimento clínico. Esses psicólogos assumem um papel político interferindo nas políticas públicas capixaba.

Apesar dessas diferenças, as atuações profissionais convergem no entendimento do trabalho psicológico como uma ação que, além de possibilitar o empoderamento feminino, estimula a construção da autonomia de homens e mulheres.

Autonomia do usuário significa o preparo para o próprio cuidado (LUNARDI et. al, 2004), é a habilidade de construir suas ações sobre o corpo, seus interesses, seu bem estar e da coletividade, é poder decidir, é poder participar. Para tanto,

acreditamos que pensar na idéia de atuação psicológica como um instrumento de conscientização do outro é uma proposta complicada.

Para intervir estimulando a autonomia do sujeito, primeiro devemos acreditar que esse indivíduo é capaz de pensar, de refletir, de conhecer e de optar, necessita ser reconhecido como um sujeito dotado de consciência, de razão e de vontade. Nesse sentido, a idéia de conscientizar não se aplica na atuação do psicólogo, sendo mais prudente usar a estratégia de construir informações e caminhos para a mudança no modo de vida.

O outro possui um certo grau de consciência da situação violenta que está vivenciando, até mesmo porque procurou ou foi encaminhado para um programa especializado. Pode ser que esteja desmotivado, fragilizado, sentindo-se impotente.

Cabe ressaltar que muitas vezes quando os psicólogos falam sobre as diferentes formas do homem e da mulher serem violentos, estão reproduzindo as visões e os relatos que ouvem no atendimento psicológico. A separação entre aquilo que eles pensam e o que eles ouvem no cotidiano, às vezes, não fica muito clara.

Essa situação é explicada por Tourinho, Carvalho-Neto e Neno (2004), que afirmam existir uma diversidade de problemas, contextos de intervenção e procedimentos disponíveis na psicologia, sendo mais sensato não afirmarmos que qualquer ação psicológica permaneça, a cada momento, orientada por um conjunto de preceitos academicamente reconhecidos.

Dessa forma, “temos boas indicações que mesmo no âmbito das psicologias mais sólidas a intervenção permanece em alguma medida intuitiva” (TOURINHO, CARVALHO-NETO, NENO, 2004, p.22). Até mesmo porque as teorias psicológicas não possuem e não possuirão respostas para todas as questões humanas. Explicam ainda que o conhecimento prático acaba modelando nossas explicações e ações sobre os fenômenos.

Para a investigação das concepções de gênero e de violência conjugal dos entrevistados foi necessário estudar os significados associados à conjugalidade.

Sobre esse tema apareceram dois significados de maior destaque: a conjugalidade como uma convivência mediada por papéis tradicionais de gênero e uma relação caracterizada pelo respeito.

Para todos os psicólogos a conjugalidade é convivência mediada por papéis tradicionais de gênero. Discussão apresentada também pela pesquisa de Garcia e Tassara (2003) com 20 mulheres casadas há mais de 15 anos, residentes na

Grande Vitória/ES, consideradas de classe sócio-econômicas média e alta; o estudo mostrou que os problemas conjugais são definidos através do descumprimento do papel desejado para seu companheiro: provedor financeiro, provedor de afetos e cuidados e o papel de parceiro sexual. O não cumprimento de tais papéis indica a impossibilidade do homem ser considerado companheiro e amante.

As idealizações que circundam o casamento, os significados atribuídos a ser marido, ser mulher, as idéias romantizadas do casamento, como um episódio de contos de fadas que retrata o amor eterno, indissolúvel interferem na postura dos cônjuges diante dos conflitos diários.

Muitas vezes, o casal não desenvolveu um amadurecimento emocional para a vivência a dois, o casal não desenvolveu habilidades reflexivas sobre uma série de assuntos que circundam o casamento, tais como família, papéis sociais e gênero.

Conforme explicam Garcia e Tassara (2003) existe algo que é construído socialmente como desejado e tudo aquilo que representa risco para que isso não ocorra é visto com problema.

Existem certas expectativas ideológicas que definem os papéis de esposa e esposo, exemplos que acabam orientando o investimento afetivo e emocional de mulheres e homens. Entretanto o relacionamento conjugal é definido pelos comportamentos diários de homens e mulheres, as vivências práticas podem ser diferentes das idealizações românticas, o que produziria angústias e dificuldades em mediar o ideal e o real.

Quando algo não sai conforme o desejado, os envolvidos possuem uma tendência de individualizar a ocorrência, procuram quem não cumpriu a função que lhe cabia. Quem atribuiu funções ao homem e à mulher casados, ou como construímos relações conjugais violentas são questionamentos que não conseguem ser espontaneamente problematizados nas subjetividades vivenciadas. Assim como as diferenças não são pensadas, as expectativas não são discutidas.

A conjugalidade foi entendida como uma relação que deve ser fundamentada no respeito para a maioria dos psicólogos.

O casamento deve representar o fascínio e a dificuldade de ser casal, de construir sua dinâmica, duas individualidades e uma conjugalidade, abriga portanto, desejos de suas pessoas, duas identidades individuais que durante o relacionamento convivem com expectativas diferenciadas do que é ser marido e

esposa, é a construção de um projeto de vida de casal, uma zona de interação comum, uma identidade conjugal (FERES- CARNEIRO, 1998).

A conjugalidade deve estar ligada a uma noção de mutualidade, transformação, flexibilidade em relação ao diferente, ao novo, ao imprevisto, deve ser um espaço de desenvolvimento interpessoal e criatividade na convivência cotidiana (GOMES e PAIVA, 2003).

As idéias de ceder no cotidiano e compartilhar acontecimentos diários também aparecem nesse estudo associadas ao casamento, o que mostra uma noção de conjugalidade próxima as discussões teóricas que sustentam esse estudo.

Assim, como explica Feres-Carneiro (2003), a construção da identidade conjugal exige que os indivíduos aprendam a negociar, mediar opiniões e idéias cotidianas. Ao decidir viver a dois, o casal necessita reorganizar sentimentos, afetos e emoções para construir o “laço conjugal”.

Apareceram também as seguintes idéias sobre relação conjugal: convivência com envolvimento emocional, compartilhar acontecimentos, ter objetivos em comum, relação que visa a constituição de uma família e a idéia de complementação.

Verifica-se que grande parte dessas concepções acaba sendo constituída por princípios que se fossem praticados, facilitariam a convivência a dois. Os psicólogos criaram portanto, algumas “linhas de raciocínio” sobre conjugalidade, que comportam as inúmeras maneiras de vivenciar a conjugalidade. Não existe uma única concepção explicativa sobre o casamento.

Destacamos o cuidado que devemos ter ao criar grandes conceitos para explicar certas instituições sociais, como o casamento e a família. Os grupos sociais podem vivenciar o casamento e a rotina familiar de diversas maneiras, trazendo múltiplas configurações para a lógica conjugal e familiar, como apontaram três psicólogos.

Gomes e Paiva (2003) explicam que as idéias defendidas pelos movimentos sociais da década de 60 como o feminismo, os movimentos gays, a liberação do divórcio e o uso de métodos anticoncepcionais influenciaram no surgimento de importantes mudanças nos arranjos familiares, como apontaram alguns entrevistados.

As famílias vão se constituindo de forma mais ampla, incluindo os novos parceiros (marido da mãe/ esposa do pai) e os filhos e irmãos agregados. O pai perde substancialmente a tradicional figura e função, já que um grande

número de famílias é constituído apenas pela figura materna (GOMES e PAIVA, 2003, p.5).

Ao destacar as diversas configurações possíveis para o relacionamento conjugal tais psicólogos mostraram idéias amplas e críticas sobre os modelos culturais criados em torno das instituições sociais.

Criar grandes esquemas conceituais e explicativos sobre família pode ser falho quando os mesmos são confrontados com a realidade vivenciada por diferentes países, estratos sociais e momentos históricos. Devemos ter cuidado com a criação de modelos normativos sobre o que é relacionamento conjugal e família, já que a literatura de psicologia muitas vezes cria uma série de desvios e patologias em torno de um modelo considerado como certo, bonito e desejável (MELLO, 2002).

Interessante observar que o casamento foi considerado como uma relação que visa a constituição de uma família por alguns profissionais. Tal pensamento é comum em nossa cultura que valorizou durante décadas, principalmente por influência dos preceitos religiosos, e ainda valoriza, a relação conjugal como uma das etapas necessárias para a constituição familiar, seria uma preparação para a formação de uma família.

Gomes e Paiva (2003), entretanto, acreditam que na pós- modernidade devemos desconstruir o conceito de casamento associado à constituição de uma família, em função de uma série de mudanças provocadas pelo desenvolvimento científico, como a concepção in vitro, o que gera novos padrões na estrutura familiar.

Ao falar de conjugalidade, os psicólogos citaram algumas opiniões sobre o processo de separação do casal. Destacamos o fato de poucos entrevistados terem citado que mesmo em situações de violência conjugal, a separação é algo doloroso para os cônjuges.

Argumentação que nos faz lembrar Feres - Carneiro (2003), que entende a separação conjugal como um processo que embora possa ser, às vezes, a melhor solução para um casal que não está sendo capaz de continuar tentando ultrapassar suas dificuldades, implica a vivência de momentos difíceis e sofridos, que ocasionam sensações de frustração, fracasso e mágoas para os envolvidos. Além disso, desconstruir a conjugalidade após a separação e reconstruir a identidade individual é um processo lento que exige reflexões sobre o passado.

Numa relação violenta, como lembra Alvim (2003), algumas pessoas manifestam o desejo de manter-se juntas, mesmo diante da história conjugal violenta, porém sabem que as melhoras na relação a dois exigem uma mudança no próprio modo de agir e de ser com o outro. Alguns esperam a “hora” certa para a separação, por motivos financeiros, preceitos religiosos, pena do parceiro, ou para não se separar dos filhos.

Os psicólogos que trabalham com conjugalidade devem portanto, desenvolver um parâmetro relacional que considere o relacionamento íntimo influenciado por diversos fatores além dos papéis tradicionais de gênero e das idealizações culturais. Afeto, sentimento e sensações podem estar referenciados a esses elementos, porém assumem configurações pessoais que não podem ser enquadradas em modelos pré-definidos do que seja uma relação amorosa.

Em geral, as significações de gênero foram relacionadas ao estabelecimento de papéis sociais tradicionais de gênero.

Tendo como base o conceito de papel social de Bock (2002) e Weiten (2003), papéis sociais de gênero são entendidos como expectativas de comportamentos estabelecidas pelo conjunto social para os ocupantes de posições sociais, nesse caso para homens e mulheres.

Conforme os psicólogos entrevistados, atualmente, as nossas noções e vivências de gênero ainda são influenciadas pela tradição dualista, explicada por Giffin (1994). A sociedade atribui funções aos homens e mulheres caracterizadas por oposições binárias, nessa ordem: cultura/natureza; razão/emoção; mandar/obedecer; provedor/cuidadora, entre outros.

Apesar de todos entenderem tais influências, foi possível verificar diferenciações nos espaços que tais visões tradicionais ocupam em seus discursos.

Grande parte dos psicólogos entende que homens e mulheres casados cobram o cumprimento dos papéis sociais tradicionais relacionados ao masculino e feminino. Desses últimos quatro psicólogos defenderam também a existência de mudanças gradativas em torno de tais modelos tradicionais de atuação feminina e masculina. Citam ainda, que muitas vezes os estudos priorizam apontar o sofrimento feminino.

Conforme apontam Garcia (1998) e Unbehaum-Ridente (1998) homens e mulheres, ainda sofrem as conseqüências das visões tradicionais dos papéis de gênero. Mulheres e homens sentem-se humilhados, desprezados quando não

cumprem a função materna e de provedor, respectivamente. Os homens colocam-se em risco para provar a virilidade, experimentando relações sexuais com várias parceiras. Temem não conseguir desempenhar o papel sexual ou não possuir os atributos idealizados para um bom garanhão. As mulheres sentem-se pressionadas a ser vaidosas e assistencialistas e são discriminadas quando recusam tal estereótipo.

Os discursos contemplam portanto, as diferentes inserções de homens e mulheres na estrutura social, conforme Garcia (1998). Homens e mulheres estão, aos poucos, compartilhando funções familiares e sociais, negociando tarefas e dividindo a participação no mercado de trabalho. Assim, as cobranças sociais em torno dos gêneros estão lentamente se modificando, o que não significa superação das assimetrias de poder. Mesmo diante das assimetrias, as cobranças seriam mútuas.

Essa informação condiz com as argumentações de Osterne (2001) e Szapiro e Feres-Carneiro (2002) sobre as mudanças políticas, sociais e culturais gradativas na sociedade que acabam interferindo na forma como homens e mulheres negociam algumas atribuições do cotidiano conjugal. Entretanto ainda vivenciamos conseqüências do processo histórico de hierarquias nas relações de gênero. As assimetrias não foram superadas.

Parece que alguns entrevistados estão buscando incorporar uma análise relacional às dimensões do masculino e do feminino, compreendendo a interação entre os gêneros na totalidade do fenômeno social, embora apresentem um olhar sobre a realidade conjugal fundamentado pelos papéis tradicionais de gênero.

Brito (2001) explica que alguns estudos antropológicos, históricos e sociológicos têm provocado inquietações teóricas em várias áreas das ciências humanas, justamente porque defendem a visão relacional no entendimento do gênero. As investigações dessas ciências comprovam que as atividades femininas têm se desenvolvido ao longo da história também em espaços públicos, como a vizinhança, a rua, a comunidade, produzindo intermediações, mobilizações, criando mesmo diante das relações de poder entre homens e mulheres, uma postura ativa micropolítica que interferiu nas discussões sociais mais amplas.

Nesse sentido, algumas dicotomias nos impedem de reconhecer a multiplicidade de posições que homens e mulheres ocuparam e ocupam no cotidiano.

Alguns dos participantes desse estudo construíram argumentações que destacavam o processo de subordinação feminina em consequência dos dualismos apontados por Giffin (1994), Gregori (1993), Biasoli-Alves (2000). Suas idéias entretanto, se aproximam de Almeida (1998), Barcelos (1998), Saffioti (1999), Saffioti e Almeida (2003), que explicam que vivemos em uma sociedade patriarcal, que possui leis elaboradas por homens para serem obedecidas por mulheres. Dessa forma, os papéis de gênero tradicionais trazem prejuízos materiais e emocionais prioritariamente para as mulheres, que acabavam ficando subordinadas aos homens.

Cabe portanto, fazer algumas suposições para as diferenças nos discursos dos psicólogos.

Uma parte atua em programas que possuem propostas de atuação psicológica parecidas, caracterizadas pela mediação de conflitos entre homens e mulheres em situação de violência conjugal, o que implica necessariamente uma habilidade do profissional em negociar, em ouvir todos os envolvidos na situação e entender vários pontos de vista.

Os profissionais têm contato com as visões de mulheres e homens sobre a violência, sobre casamento, ouvem desejos, angústias e histórias de vida dos envolvidos, o que de certa forma contribuí para repensar os dualismos que caracterizam a própria visão dos profissionais e tentar pensar as questões de gênero em um aspecto mais relacional. Além disso, como priorizam a mediação, acabam tendo acesso aos referenciais teóricos que defendem uma perspectiva relacional.

Já uma outra parte possui uma atuação voltada para a defesa e proteção da mulher violentada e também desenvolviam uma participação política mais incisiva que os psicólogos citados anteriormente. Atuam com mais energia e agressividade para a garantia de políticas públicas que garantam o direito das mulheres, como a criação de casas abrigo, o cumprimento de ordem judicial por parte dos médicos para realizar abortos em casos de estupro. Estão, o tempo todo, buscando a mobilização de outros setores da sociedade e de certa forma, tendo que ser mais radicais em suas argumentações para garantir os direitos das mulheres em uma região que, até o ano 2000, era extremamente carente de políticas públicas na área de violência contra a mulher e violência conjugal. Mobilização que contribuiu indiretamente para a existência do quadro atual, com seis programas que atendem

casos de violência conjugal e duas casas abrigos para mulheres em fase de implantação, assim como para outras propostas de expansão dos serviços para o interior do estado.

Nesse sentido, três profissionais assumem uma atuação ancorada nos referenciais teóricos feministas, por vezes reducionistas, e lidam quase que exclusivamente com as histórias contadas por mulheres violentadas, o que pode ter contribuído para uma visão mais dualista.

A relação de poder entre homens e mulheres foi um dos significados associados ao gênero para quase todos os entrevistados.

Apesar de algumas mudanças históricas que propiciaram maior participação feminina no mundo social e político, existiria uma relação entre os gêneros, definida pelo predomínio do poder masculino, e pela submissão feminina, conforme apontaram Almeida (1998), Barcelos (1998), Saffioti (1999) e Saffioti e Almeida (2003).

Para esses psicólogos a diferença de poder é uma realidade concreta, porém foram percebidas diferentes formas de associar tal realidade à violência conjugal, entre os entrevistados, como serão discutidas adiante.

Vivemos em uma sociedade que reforça valores associados à dominação masculina e à desvalorização do feminino, estabelecendo para os homens características como distanciamento emocional, agressividade, virilidade e comportamento de risco (GARCIA, 1998).

Garcia (1998) argumenta que as relações humanas (entre homens e mulheres, entre homens e entre mulheres) são regidas por limitações de poderes, pelas estruturas de dominação e subordinação. Entretanto algumas transformações históricas no mundo ocidental nas últimas décadas proporcionaram maior abertura na vida íntima, ocorrendo maior democratização das relações pessoais, provocando uma “cultura” de responsabilidade mútua na vida familiar. Sendo assim, as relações de poder têm se tornado mais visíveis, trazendo para a esfera pública as discussões sobre as desigualdades de poder.

Por isso todos os psicólogos conseguem visualizar e expressar claramente o gênero como sendo um conceito que ainda está fortemente marcado pela supremacia do poder masculino sobre o feminino.

Para Brito (2001) mesmo diante das desigualdades de poderes entre os gêneros precisamos desenvolver uma visão relacional sobre as interações entre as

masculinidades e as feminilidades, o que nos auxiliaria a entender que homens e mulheres se movimentam no tecido social de formas variadas e dinâmicas. Precisamos reconhecer no sujeito feminino um poder de se empenhar conforme a situação vivida em cada época.

Mesmo que a vida de muitas mulheres ainda se construa predominantemente no espaço doméstico, este fato não pode ser entendido como sinônimo de isolamento, passividade e/ou conservadorismo. As mulheres conseguem agir politicamente utilizando recursos específicos, por meio de movimentos e ações, ligados ou não a instituições políticas, provocando formas diferenciadas de ação social (BRITO, 2001).

Algumas limitações dessa análise devem ser observadas: nenhum psicólogo mantém um discurso totalmente congruente. Algumas falas indicam as contradições que regem nossos pensamentos cotidianos e abarcam o que é politicamente correto afirmar diante de um questionamento sobre alguns temas, assim como, em alguns momentos, o entrevistado pode ter tido a preocupação de responder o que ele achava que o pesquisador (que também é um psicólogo) avaliaria como mais adequado. Diante dessas questões, buscou-se usar exaustivamente a análise de conteúdo para contextualizar os significados coletados.

As concepções sobre gênero de cada psicólogo apresentaram entre oscilações entre aquilo que é politicamente correto e o que é sentido, vivenciado, o que é construído pela história de vida de cada indivíduo, com conteúdos anteriores à formação profissional. Quando os psicólogos foram indagados sobre concepções de gênero em geral, em alguns momentos, fizeram referências aos papéis de gênero na situação de violência conjugal, o que indica a importância da prática na construção dos referenciais.

Em geral, os psicólogos não enfatizaram uma noção de gênero com base na multiplicidade de vivências possíveis entre o masculino e o feminino. Os diversos “tipos” de masculinidade e feminilidade indicados por Garcia (1998) e Heilborn e Gouveia (1999) que podem caracterizar as vivências de homens e mulheres, foram citados por alguns psicólogos, mas parece que ainda não fazem parte da realidade dos mesmos e não são marcantes em seus discursos.

Dois entrevistados, por exemplo, afirmaram que “tentavam” não pensar em um padrão de comportamento quando vivenciam questões de gênero, “buscavam” entender o valor afetivo e emocional atribuído às funções sociais diárias, mas

explicaram que a realidade ainda está marcada pelas cobranças dos comportamentos padronizados e por uma desigualdade de poderes.

O real, muitas vezes, inibe uma aposta criativa e romântica como a de Villela (1998) que crê em um mundo onde homens e mulheres possam exercer a docilidade, a força, a capacidade de decisão e paciência conforme sejam mais necessários para cada um, por meio de mediação entre os gêneros.

O assunto gênero esteve presente em todos os temas focalizados nas entrevistas desse estudo: atendimento psicológico, gênero, conjugalidade e violência conjugal. Logo, em consonância com Garcia (1998), Almeida (1998), Féres-Carneiro (2003), Saffioti (1999), Barcelos (2003), podemos dizer que o gênero é um dos mais importantes organizadores da nossa sociedade.

Os entrevistados afirmaram que a violência conjugal comporta violências físicas (agressões corporais) e violência psicológicas (ofender, menosprezar, ameaçar). Para a maioria, a violência é uma ação que produz comportamentos que infringem as regras sociais e jurídicas capazes de garantir a integridade do indivíduo, é um processo de abuso de poder, de opressão de uma das partes (independente do gênero), significados que se aproximam do conceito de violência utilizado por Chauí (2003).

Em suma, Chauí (1980, p. 15) entende a “violência como um processo pelo qual o indivíduo (humano ou não) é transformado em coisa.”, nesse sentido, a “[...] violência se encontra originalmente ao lado da sujeição e da dominação, da obediência e de sua interiorização e, não do lado da violação dos costumes e das leis.” A violência é um ato que coage, constrange, tortura, brutaliza alguém. É um ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que uma sociedade define como justo, como um direito, criando atos de brutalidade, sevícia, abuso físico e psíquico nas relações intersubjetivas e sociais, geralmente definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror (CHAUÍ, 2003).

A violência conjugal foi caracterizada como um processo de opressão, exercido pela desigualdade de poder entre os gêneros.

Como explicam Meneguel et.al (2003) a educação diferenciada de gênero e as cobranças sociais de papéis masculinos e femininos, em que o homem é incentivado para o exercício do poder e a mulher à submissão, contribui para a manutenção de relações de poder desiguais entre os gêneros.

Nesse mesmo raciocínio Day et. al (2003) argumentam que nos casos de violências conjugais ainda temos a existência de papéis de gênero rígidos para ambos os sexos como um dos fatores culturais que explicam as ocorrências.

Porém, conforme foi abordado, os psicólogos constroem ênfases distintas na explicação das desigualdades de poder e temas correlatos como a violência conjugal. As explicações de uma parte dos psicólogos se aproximam do referencial teórico relacional. Homens e mulheres, mesmo diante das desigualdades de poderes, constroem em conjunto as relações violentas, portanto, se agridem, sofrem. As violências foram consideradas lesivas para todos os envolvidos, não foi estabelecido uma escala distinta de sofrimento para os gêneros e nem uma argumentação dual: um age e o outro sente ou atividade *versus* passividade.

Os psicólogos fazem uma diferenciação entre as estratégias de violência utilizadas por homens e mulheres na vivência conjugal. O homem utilizaria com maior frequência a violência física e à mulher caberia a agressão verbal e a manipulação dos filhos, seria mais minuciosa no arquitetar da violência.

Embora um psicólogo tenda adotado uma postura relacional, possui dificuldade em explicar a violência conjugal, atribuindo responsabilidades individuais para um fenômeno que é histórico-social. Argumenta, por exemplo, que a mulher em situação de violência, na verdade, não soube escolher um parceiro, um “grande” companheiro. Parece assim, ter concepções arraigadas em um ideal romântico de casamento e na naturalização dos fenômenos.

Gregori (1993); Brandão (1998); Marcus e Swett (2003); Alvim (2003) e Gomes (2003) defendem um olhar relacional para o contexto da violência entre cônjuges. Existe uma construção cultural em torno do gênero, classe e etnia estão presentes na produção da violência, porém devemos analisar as propriedades e funcionamento da relação, que comporta ações de homens e mulheres.

... os padrões distintos de comportamento instituídos para homens e mulheres são atualizados em relações interpessoais que são vividas como únicas. Numa sociedade em que os meios de comunicação de massa tornam públicas as condições para que as mulheres fiquem caladas, umas apanham, se revoltam, outras não. Adotando essa perspectiva de análise podemos entender sem recorrer a fáceis alusões à alienação e personalidades passivas e agressivas, que os padrões mais gerais de conduta encontram em uma operação combinatória particular em cada violência considerada (GREGORI, 1993, p.130)

Conforme observaram alguns dos psicólogos, e como nos mostra Gregori (1993) a violência conjugal acaba funcionando como uma forma perversa de

comunicação entre o casal. Como explica Alvim (2003) a construção da relação, o funcionamento da conjugalidade precisa ser refletido pelos participantes. Sendo assim, acreditamos que a atuação psicológica pode intervir nesse contexto com o casal, estimulando tais problematizações, assim como, a capacidade de negociação, de aceitação das diferenças, de reciprocidade, ou incentivando tomadas de decisões para a separação, conforme apontaram esses entrevistados.

Aceitam assim, que a violência entre homens e mulheres não é decorrente apenas das diferenças de poder e de papéis sociais, ela é produzida pela falta de contato entre o casal, pelas limitações em negociar as questões cotidianas, pela incompatibilidade de objetivos, pela dificuldade de trocar afetos, sentimentos, e admiração, pela ausência da cultura da responsabilidade mútua.

A outra parcela de psicólogos apesar de analisar violência em geral como um ato que constrange, que brutaliza o ser humano, quando focalizam a violência conjugal estabeleceram maior ênfase nas explicações que ressaltam as dualidades homem (força) x mulher (submissão). Entre esses psicólogos, surgiram também argumentações que priorizam a subalternidade e passividade feminina e o exercício de poder masculino. Indicam que o masculino é visto como diria Badinter (2003) uma ameaça em potencial ao feminino.

Alguns desses profissionais mostram certa sensibilidade em reconhecer a participação masculina e feminina na violência conjugal, porém de forma geral, apresentam discursos mais próximos de uma concepção que entende a mulher como um ser passivo, subalterno diante do poderio masculino.

Nesse contexto, podemos afirmar que existem indícios de um olhar relacional na violência entre cônjuges, talvez imersos naquilo que é politicamente correto afirmar. Entretanto essa visão ainda encontra-se reduzida diante dos argumentos duais desses profissionais. Entendem que a mulher participa da violência, contudo quando provoca, bate, ameaça estaria respondendo a um mundo masculino que lhe agride constantemente. Aproximam-se assim, dos estudos de Azevedo (1985); Almeida (1998); Saffioti (1999); Saffioti e Almeida (2003) e Barcelos (1998 e 2003), que acreditam que os homens é que fixam os limites de atuação das mulheres e determinam as regras da relação.

Esses profissionais lidam diariamente com a mulher violentada e, conforme seus depoimentos é uma realidade muito marcante para quem ouve, mesmo sendo especialista no assunto.

Nesse caso, provavelmente, ficam muito sensibilizados com a causa feminina, o que talvez contribua para o entendimento da violência conjugal como violência contra a mulher. Tanto que quando defendem o atendimento do homem, o caracterizam como o agressor, que precisa ser acompanhado para que não cometa novas violências com a mesma mulher ou com outras mulheres, como no estudo de Ynoub (1998).

Outro ponto observado durante os contatos com os profissionais foi o referencial teórico que sustenta as discussões de caso nas instituições. Alguns entrevistados apontaram a dificuldade de encontrar materiais teóricos que entrelacem prática em psicologia e violência conjugal e assumem uma identificação apenas com autores brasileiros clássicos do movimento feminista como Almeida e Saffioti. Esses, inclusive, são convidados pelas Instituições para realizar palestras em Seminários promovidos em Vitória- ES.

Percebe-se uma angústia, um incômodo desses profissionais que os levam a se questionar sobre suas práticas, sobre suas concepções, têm a sensação de que ainda possuem uma prática limitada a certas condições, não estão portanto, estáticos, acomodados.

Utilizam expressões que sinalizam uma busca, uma tentativa (“eu tento”, “eu busco”) pensar diferente. Apontam assim, algumas contradições entre o que ouvem, o que lêem e o que vivenciam na prática. Podem, também, estar com um olhar tão viciado em certas tipologias que acabam não conseguindo enxergar, explorar, investigar a realidade das mulheres de maneira mais minuciosa. Em alguns momentos a realidade estaria sendo encaixada nas premissas teóricas. Entretanto, entre eles uma psicóloga conseguiu, com mais tranquilidade, manter explicações voltadas para a defesa feminina.

Um fator associado à violência conjugal foi o uso de álcool. Tal associação entre violência e álcool esteve presente nas discussões de Adeodato et. al (2005). O álcool não é entendido como causador da violência e sim como um dos elementos que pode facilitar a concretização dos atos violentos.

Para grande parte dos psicólogos gênero e violência são produções sociais. Nesse caso, devemos discutir como o social é entendido.

O social não pode ser considerado sinônimo de sociabilidade (BOCK, 1999; SAWAIA, 2004; SILVA 2004). A afirmação do social como algo intrínseco ao homem, tem sido interpretada a partir de uma condição passiva do homem diante

dos acontecimentos sociais. Os acontecimentos sociais seriam inevitáveis, um destino humano.

Como descreve Sawaia (2004) a violência é um processo social, entretanto, está havendo o entendimento errôneo do conceito de práticas sociais. Entender a violência como um fenômeno social não deve significar a crença de que a mesma é produzida por uma entidade transcendental ao homem e por isso inatingível e incompreensível. Não devemos tolerar certas formas de violência como um preço por se viver em sociedade.

Bock (1999), Sawaia (2004) e Silva (2004) compreendem o social como algo essencialmente construído a partir de determinadas práticas humanas, que não cessam de se transformar ao longo do tempo e que podem ser explicadas pelos homens.

O social portanto, não é apenas decorrente de múltiplas interações que se produzem entre os indivíduos, mas é uma espécie de interstício caracterizado por uma multiplicidade de acontecimentos e práticas, que estão presentes nos contextos históricos num dado momento. Determinados objetos ganham certa consistência e operacionalidade em contextos históricos específicos (SILVA, 2004).

Dessa maneira, acreditamos que a maioria dos psicólogos disse claramente que o gênero e a violência possuem tal caráter social, consideraram a construção desses fenômenos dentro de um contexto histórico ligado a produções sociais, culturais, políticas e econômicas construídas dinamicamente pelos homens e mulheres. São produções que mudam gradativamente ao longo do processo histórico.

Apesar de um psicólogo ter afirmado que as relações de gênero estão fundamentadas numa relação de poder entre homens e mulheres, não conseguiu contextualizar culturalmente a existência dessa diferenciação, não estabeleceu portanto, uma explicação histórica, política, cultural para tais significados. Suas considerações ficaram deslocadas se comparadas às análises sobre os outros psicólogos entrevistados, já que representaram generalizações que não contemplaram uma reflexão social crítica diante da naturalização dos papéis sociais.

Os atendimentos psicológicos foram vistos, pelos profissionais como um dos modos de enfrentamento da violência conjugal, pois, entre outras ações, provoca intervenção na auto-estima do sujeito, que deve ser potencializada, fortalecida, para que o mesmo adquira segurança em mudar sua condição de violência conjugal. A

denúncia, o trabalho com o agressor e o trabalho simultâneo com homens e mulheres envolvidos em situação de violência também foram estratégias citadas. Quanto à prevenção da violência citam a educação como o principal instrumento de mudança cultural.

O que esses psicólogos entendem por potencialização do sujeito se aproxima das estratégias de enfrentamento à violência de gênero defendidas por Meneguel et. al (2003), que são: a auto-estima, a resistência e o empoderamento. O termo empoderamento usado no contexto do feminismo é entendido como o exercício de ações que contribuam para que haja mudança nas relações de poder entre homens e mulheres por meio do desenvolvimento de estratégias de enfrentamento, considerando em todos os momentos, a integridade, a busca de autonomia das mulheres e as transformações na linguagem, procurando novas construções sociais.

Conforme mais da metade dos sujeitos, devemos criar um sistema educativo que priorize discutir questões de gênero. O tema gênero deveria ser inserido nos programas de escolas, nas comunidades. Devemos criar espaços para a reflexão sobre as relações entre homens e mulheres. Assim como a mídia deveria assumir maior responsabilidade na luta por relações menos preconceituosas.

A educação para a alteridade também foi um tema bastante citado pelos entrevistados, que indicaram a necessidade de um trabalho preventivo voltado para a questão de direitos, deveres, cidadania e respeito ao outro.

Alteridade é a consciência do outro em sua diferença, o reconhecimento do outro pelas suas formas expressivas (COELHO-JÚNIOR, 2003). A positividade da alteridade (construção de identidades) (JOVCHELOVITCH, 1998) é que deve ser discutida. A alteridade é importante tanto para a emergência do eu como para a emergência do outro enquanto objetos de conhecimento simbólico (produção de sentido). Para tanto deve existir o reconhecimento da intersubjetividade na vida individual e social. A relação entre o eu e o outro deve ser um conhecimento interativo, que envolva cooperação, o entendimento de um sistema de diferenças e um compromisso para relacionar-se com as diferenças, que envolve saberes, afetos e paixões (JOVCHELOVITCH, 1998).

Jovchelovitch (1998) acrescenta que desejar a diferença, reconhecer pontos de vista diferentes e querer levá-los em consideração é uma condição que define a forma como uma sociedade desenvolve a rede de relações humanas que permitirá a formação de saberes e sentidos, atividades cruciais para a formação de identidades,

sentimentos de pertença e sentido de comunidade. Fatores que devem ser entendidos pela pluralidade da vida social que constitui a realidade de um tempo e um lugar histórico. A alteridade está presente no que somos e tem consequência não apenas para o que fazemos, mas para o modo como fazemos o que fazemos.

As contradições, as diversidades de concepções e práticas encontradas por esse estudo traduzem a história da psicologia. Os psicólogos, no contexto capixaba, estão produzindo práticas diferenciadas que ultrapassam uma concepção clínica individual e apolítica da psicologia, que deve ser entendida em sua estrutura como social.

O estudo aponta para uma perspectiva de entendimento das ações profissionais para além da formação acadêmica. O envolvimento com a temática e a vontade de uma ação política, mobilizadora dos entrevistados é resultado de histórias de vida articuladas com movimentos sociais, movimentos comunitários e religiosos, muitos deles, como relataram os profissionais, anteriores à faculdade. São concepções que não se restringem à formação teórica em psicologia, assim como às realidades do atendimento. Como disseram Tourinho, Carvalho-Neto e Neno (2004), não são explicadas apenas pelo que é academicamente aprendido.

Consideramos finalmente, que os radicalismos nas concepções de gênero, os dualismos, as oposições binárias no entendimento do masculino e do feminino que caracterizaram a prática psicológica no Brasil, principalmente nas décadas de 70 e 80 estão sendo, nos contextos investigados, gradativamente substituídas por outros referenciais, embora sejam necessárias mudanças mais profundas e posturas mais abertas ao novo, ao múltiplo, nas explicações sobre gênero, sobre conjugalidade e principalmente, sobre violência conjugal.

Alguns psicólogos estavam efetivamente envolvidos em questões que ultrapassam a prática na instituição em que trabalham, porém a maioria ainda possui ações restritas ao espaço físico do programa, embora reconheçam a necessidade de buscar outros tipos de parcerias e de práticas.

Foi gratificante entender que as explicações psicológicas em violência conjugal comportam contradições, configurações confusas, discursos não lineares e principalmente possibilitam uma abertura para novos entendimentos daquilo que essa pesquisa não tinha objetivo de contemplar, como por exemplo as concepções de gênero e papéis sociais na conjugalidade violenta entre pessoas do mesmo sexo. Assim como sabemos que nem todos os casais que vivenciam relações marcadas

pela desigualdade de poder entre homens e mulheres constroem um convívio violento. A não violência precisa ser explicada nessas relações caracterizadas pelo poderio masculino e pela vivência de papéis de gênero tradicionais.

Outro fator interessante seria investigar as concepções de gênero, conjugalidade e violência conjugal para outros especialistas, considerando que o atendimento aos envolvidos em violência conjugal tem sido realizado por equipes multiprofissionais.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar o atendimento psicológico aos envolvidos em violência conjugal significou ter acesso a relatos repletos de contradições, de múltiplas formas de entender a psicologia, os gêneros, a conjugalidade e a violência conjugal, uma mistura entre o que se vive nas experiências pessoais e o que é presenciado nos atendimentos psicológicos, são diversidades que caracterizaram a ciência que sustenta a prática dos profissionais estudados.

Os encontros com os psicólogos foram momentos caracterizados por desabafos após as entrevistas, portanto não houve apenas a troca de idéias, mas necessariamente a inquietação diante do que é perguntado, estimulando reflexões pessoais e a expressão de sentimentos e de afetos.

Um dos exemplos foi o incômodo, que acreditamos ser construtivo, de alguns profissionais diante das perguntas sobre gênero. Durante a entrevista pensar sobre o “ser” homem e “ser” mulher na nossa sociedade significou momentos de uma certa dúvida exemplificada nas falas: “isso é muito amplo”, “como assim”, “é muito difícil de responder”, ou reflexões inquietantes, como: “boa pergunta”, “o que é ser homem?”, “nunca tinha parado para pensar sobre isso nesse contexto de violência”. Tais perguntas sugerem que os psicólogos problematizam pouco os temas centrais que configuram suas práticas diárias.

Uma das questões que gostaríamos de compartilhar com os leitores desse trabalho se refere às dificuldades que possuíamos, como psicólogos, no momento do atendimento psicológico de criar um espaço para que o outro possa falar sobre a multiplicidade de papéis sociais que homens e mulheres vivenciam nas relações conjugais violentas. Assim como, em alguns momentos essa multiplicidade de papéis existe, é falada, mas os psicólogos não conseguem visualizar, justamente

porque possuem concepções sobre gênero e violência conjugal dualistas e reducionistas.

Organizar o que foi dito pelos outros exige, necessariamente, pensar sobre como e por que selecionamos o que ouvimos e o que nos motiva a defender algumas coisas.

O nosso pensamento esteve fundamentado no entendimento da Psicologia como um saber que deve, obrigatoriamente, ser um compromisso social, exigindo, portanto revisão constante de nossos valores, crenças e teorias. Por isso, optamos por investigar concepções técnicas, já que, acreditamos que essas são uma das nossas ferramentas de trabalho como psicólogos.

A função do psicólogo não se resume à prática com aqueles usuários inseridos em conjugalidade violenta. Temos um compromisso social com a temática violência conjugal, temos uma responsabilidade com a sociedade que ainda, infelizmente muitas vezes, entende que violência conjugal significa literalmente violência contra a mulher.

Portanto, precisamos discutir, e talvez esse tenha sido um dos espaços, como a Psicologia tem agido, por que tem agido, e o quê tem provocado na análise da violência entre cônjuges.

A inserção da Psicologia em um trabalho em conjunto com várias especialidades é considerada uma ação avançada, que se contrapõe à noção de senso comum de atendimento psicológico restrito a um atendimento analítico individualizado e individualizante.

Os vários olhares para a violência conjugal tendem a produzir uma ação mobilizadora, pois consegue “juntar” forças e talvez humanizar o atendimento ao outro. Quando trocamos saberes e construímos múltiplas visões, estamos priorizando a construção da coletividade.

A construção de cidadania imediata é uma das ações dos psicólogos entrevistados. Estamos conseguindo superar, paulatinamente, a idéia de atendimento como um momento onde iremos apenas ouvir questões inconscientes de um sujeito que deve falar de seus fantasmas, de suas projeções, de seus recalques e de seus complexos mal resolvidos. Estamos partindo para uma ação que expressa o que Bock (1999, 2001 e 2002) chama de implicação sócio-histórica, que nos leva a entender que nós escolhemos a direção do nosso fazer e nós somos ativos no processo de atendimento psicológico.

Nessa ação, os psicólogos estão orientando o outro diante de suas dúvidas ou falta de informações sobre questões assistenciais e jurídicas, possibilitando o acesso a direitos e estimulando o sujeito a buscar uma vida com qualidade emocional, assim como a lutar por melhorias em suas condições materiais. Minimamente, estamos buscando também uma vivência mais política.

Parece entretanto, que possuímos uma dificuldade de nos articular como uma classe profissional. Os psicólogos “trocam encaminhamentos”, conversam, geralmente por telefone sobre os casos que atendem, entretanto não realizam discussões sobre o fazer, não compartilham os olhares sobre o fenômeno violência conjugal e sobre a inserção da Psicologia nessas Políticas Públicas. A Psicologia quer construir mobilização social no enfrentamento da violência conjugal, mas não está conseguindo “internamente” se mobilizar.

Diante da fraca mobilização da categoria, torna-se mais difícil garantir os espaços que a Psicologia conquistou na discussão da violência, assim como, aumentar a participação da Psicologia em outras políticas públicas. Quando estamos organizados nos sentimos mais fortes na luta pela nossa liberdade de ação em defesa dos direitos humanos, o que inclui contestar os saberes naturalizados sobre gênero e os autoritarismos de certas especialidades na discussão da violência entre casais.

Essa pesquisa mostrou as várias formas de acolher o outro, entretanto, ainda temos dificuldades de promover discussões com grupos familiares. O atendimento por segmentos acaba sendo priorizado.

Alguns psicólogos argumentaram que não há recursos humanos para promover atendimentos mais amplos, portanto acabam focando o atendimento por segmentos, atendem o casal, atendem o filho, atendem individualmente mulheres e homens. Outros afirmaram que o psicólogo não deve atender vários membros da família pois os usuários não se sentiriam seguros para contar suas histórias, nessa lógica, cada membro deveria ser encaminhado para um profissional.

Entretanto, acreditamos que precisamos desmistificar algumas noções criadas pela Psicologia. O psicólogo precisa rever algumas práticas instituídas e reinventar ações constantemente, precisa quebrar suas resistências, mudar conceitos e se propor a pensar alternativas capazes de acolher as singularidades características de cada funcionamento familiar. Se a violência está sendo vivenciada pelo grupo familiar, podemos discuti-la com o grupo, podemos lutar pela liberdade de definir

como agir, de acordo com as necessidades levantadas por cada caso, sem nos atermos a um padrão de atendimento psicológico.

Historicamente o debate público sobre gênero teve a função de problematizar a construção cultural do masculino e do feminino. O propósito era contestar os determinismos biológicos e assumir uma postura crítica diante dos papéis sociais impostos aos homens e às mulheres. As assimetrias entre os gêneros não foram superadas mesmo diante das mudanças gradativas nas relações hierárquicas entre homens e mulheres que aconteceram em consonância com as alterações nos arranjos familiares e nas configurações conjugais.

Nesse sentido, a conjugalidade foi conceituada como uma vivência complexa e ampla, ainda fundamentada em idealizações e papéis tradicionais homem - provedor e mulher - cuidadora. O respeito e a convivência emocional e afetiva entre os parceiros aparecem como um dos elementos básicos para a convivência a dois.

Indubitavelmente os papéis tradicionais de gênero compõem o nosso cotidiano, mesmo diante de algumas mudanças assinaladas anteriormente. Sentimo-nos incomodados com o respaldo que o apoio psicológico ainda oferece à idéia de que a vivência dos papéis tradicionais traz benefícios apenas para o gênero masculino e custos apenas para o gênero feminino. Outra posição binária também sustentada pela Psicologia é a afirmação de que na violência conjugal os homens agredem e as mulheres apanham.

Essas oposições provocam uma série de equívocos no enfrentamento da violência conjugal. O modelo dualista impede um olhar psicológico capaz de investigar os múltiplos fatores que compõem um casamento violento. Além disso, contribui para o silêncio de homens que se sentem machucados, frágeis, violentados, em prol de uma cultura que mesmo se dizendo crítica e processual, continua valorizando a virilidade masculina e a fragilidade feminina.

A violência conjugal é uma produção histórica sustentada por questões culturais que regem o funcionamento das relações, portanto as diversas combinações entre afeto, valores, crenças e condições materiais devem ser investigadas.

Quando apenas as mulheres são “acolhidas”, “fortalecidas” e “empoderadas” pelo atendimento psicológico ou mesmo quando os homens são atendidos, mas unicamente na condição de agressores que precisam ser conscientizados para que

outras mulheres não sejam violentadas, nos perguntamos: que tipo de violência está sendo trabalhada e que tipo de violência está sendo produzida pelos psicólogos?

Alguém permanece sendo violentado. Dessa forma, quando apenas afastamos a mulher do homem, ou quando dualizamos a questão, a violência conjugal pode até estar sendo evitada, mas não está sendo discutida, não está sendo trabalhada.

Em contraposição, desenvolver uma perspectiva relacional no entendimento do gênero e da violência conjugal facilita a percepção das diversas formas de homens e mulheres serem violentos, amorosos, delicados e sutis em sua conjugalidade. Contemplaria assim, um olhar sobre os diversos tipos de masculinidade e feminilidade que o século XXI urge vivenciar.

No contexto investigado essa perspectiva está se fortalecendo para aqueles que realizam o atendimento psicológico ao casal envolvido em agressões conjugais e que olham um contexto sob várias perspectivas. É uma realidade ainda em desenvolvimento capaz de reconhecer que homens e mulheres sofrem, praticam e sentem a violência em proporções variadas e estão infelizes.

Tanto gênero como violência conjugal foram explicados como um processo de construção social, entendidos pela maioria como realidades dinâmicas, produzidas pelos homens e mulheres. Nessa lógica entendem que a educação, a mudança cultural e comprometimento do Estado são os principais meios de prevenção da violência entre casais.

O respeito ao outro, o convívio com a diferença seriam prioritários para o convívio a dois, fatores possíveis apenas quando aprendemos a ser relacionais, quando homens e mulheres são educados para a cultura da mediação, elementos necessários para o desejo de uma vida a dois.

Os resultados do estudo indicam que a Psicologia está lutando por espaço nas questões públicas na Grande Vitória e encontra uma série de dificuldades que estão sendo enfrentadas, principalmente o número reduzido de profissionais para o número de casos atendidos e o descaso do poder público com a questão. Apesar da violência conjugal estar sendo paulatinamente entendida como uma questão de saúde pública, faltam ações preventivas e maior comprometimento do poder legislativo e judiciário.

Temos uma carência de produções científicas sobre a articulação entre os temas psicologia, gênero e violência conjugal no contexto capixaba. Os programa

não estão habituados a realizar pesquisas sobre os serviços prestados e divulgá-las, o que poderia estimular o debate de algumas questões vivenciadas nos atendimentos.

Como colocamos anteriormente, a perspectiva relacional na discussão sobre violência entre cônjuges nos Programas investigados é um olhar em amadurecimento. Nesse sentido, precisamos construir dispositivos capazes de levantar questões sobre a formação em psicologia e como estamos ocupando os lugares de acolhimento à dor humana na violência conjugal, justamente porque sabemos o quanto é importante não cair na armadilha da naturalização desse sofrimento.

Uma das formas de transformar a prática psicológica é utilizar a visão relacional a partir de atendimento a todos os envolvidos na situação de violência conjugal. Nesse sentido, homens e mulheres inseridos em relações conjugais violentas poderão compartilhar seus sentimentos e lutar pelo exercício do respeito mútuo, pois são responsáveis pela construção de relações conjugais com qualidade.

11 REFERÊNCIAS

- ADEODATO, V.G et al. – Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. **Rev Saúde Pública**, 2005; 39 (1) 108-113.
- ALMEIDA, S. S. de. **Femicídio: algemas (in)visíveis do público e do privado**. Rio de Janeiro: Revinter, 1998. 176 p.
- ALVES, M. A; COURA-FILHO, P. Avaliação das ações de atenção às mulheres sob violência no espaço familiar, atendidas no Centro de Apoio à Mulher (Belo Horizonte), entre 1996 a 1998. In: **Ciência e Saúde Coletiva**, 6 (1): 243-257, 2001.
- ALVIM, S. F. **Violência conjugal e alteridade**: estudo exploratório com homens e mulheres agredidos e agressores, 2003 Dissertação (Mestrado em Psicologia) Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2003,141 f.
- ANDRADE, A N. Avaliação genealógica. In: MENANDRO,P.R.M; TRINDADE,Z.A; BORTOLI, E.B (orgs) **Pesquisa em psicologia: recriando métodos**. Vitória: UFES, Programa pós-graduação em psicologia: CAPES, PROIN, 1999. p. 73-87.
- ÂNGULO-TUESTA, A de J.**Gênero e Violência no âmbito doméstico**:a perspectiva dos profissionais de saúde, 1997. Dissertação de mestrado, Programa de Pós – Graduação em Ciências na área de Saúde Pública.Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1997.
- AQUINO, A. – **CIC comemora um ano de existência**. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/cidadania/home.htm>. Acesso em: 28 de dezembro de 2004.
- ARAÚJO, M.F – Violência e abuso sexual na infância. **Psicologia em estudo**, Maringá, v7, n2, p. 3-11, jul-dez, 12002
- AZEVEDO, M. A. - **Mulheres espancadas: a violência denunciada**. São Paulo: Cortez, 1985. 176 p.
- AZEVEDO, R. G. de - Juizados especiais criminais: uma abordagem sociológica sobre informalização da justiça penal no Brasil. **Rev. bras. Ci. Soc.** Oct. 2001, vol.16, no.47, p.97-110.
- BARCELLOS, G. H. – **Violência física/sexual contra a mulher na relação conjugal**: análise de casos denunciados às delegacias da mulher do Estado do Espírito Santo, 1998. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 1998, 219 f.
- BARCELLOS, G. H. – Atuação das delegacias especializadas da mulher do estado do Espírito Santo. In: CAMACHO ,T (Org) **Ensaio sobre violência**. Vitória: EDUFES, 2003. p. 115-167.
- BADINTER, E. O feminismo revisita do divã. **Carta Capital: política, economia e cultura** (on line), ano IX, nº 248, 09/07/2003 Disponível em:

http://cartacapital.terra.com.br/site_frame.php. Acesso em: agosto de 2003. Entrevista concedida a DUARTE, Leneide;

BARDIN, L. – Organização da Análise – In: _____ **Análise de Conteúdo**, Lisboa: Edições 70, 1979, p. 95-101.

BIASOLI- ALVES, Z. M. M. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX . **Psicologia: teoria e pesquisa**, set-dez-2000, vol16n.3, p. 2333-239. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722000000300006&lng=en&nrm=isso. Acesso em: setembro de 2003.

BOCK, A. M. B. Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estud. psicol.** (Natal). July/Dec. 1999, vol.4, n.2 .

_____ As práticas alternativas em psicologia ou as alternativas para as práticas profissionais. In: Novo, H. A; SOUZA, L. de; ANDRADE, A. (Orgs) – **Ética, cidadania e participação: debates no campo da Psicologia**. Vitória: Edufes: CCHN, 2001, p 11-21.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13 ed.reform.e ampl. São Paulo: Saraiva, 2002. 368 p.

BRANDÃO, E. R. Violência conjugal e o recurso feminino à polícia: In: BRUSCHINI, C. e BUARQUE de HOLANDA, H. (orgs). Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil. **São Paulo: FFC**. São Paulo: Editora 34, 1998, p. 52-84.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. Secretaria nacional de assistência social do governo federal. **Brasil Alerta - Combate ao Abuso e à Exploração Sexual e Comercial de Crianças e Adolescentes**. Disponível em: http://www.assistenciasocial.gov.br/iframe/acoes_seas/Combate_abuso_expl_sexual/combate_abuso_expl_sexual.htm. Acesso em: 12 de janeiro de 2005.

BRASIL. Secretaria especial de políticas para as mulheres. . **Lei sobre violência doméstica chega ao Congresso Nacional**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/spmulheres/noticias/>. Acesso em: 10/12/2004.

BRITO, M.N.C – Gênero e cidadania: referenciais analíticos. **Estudos feministas**, ano 9, 2001, p.291-198.

CAMBAUVA, L. G., SILVA, L. C. da e FERREIRA, W. Reflexões sobre o estudo da história da Psicologia. **Estud. psicol.** (Natal), July/Dec. 1998, vol.3, n.2, p.207-227. ISSN 1413-294X.

CAMINO, I; ISMAEL, E. A psicologia social e seu papel ambíguo no estudo da violência e dos processos fé exclusão social. In: SOUZA, L de, TRINDADE, Z.A (Orgs) **Violência e exclusão: convivendo com paradoxos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p 43- 56.

CAMPOS, C. H. de. Juizados Especiais Criminais e seu déficit teórico. **Rev Estud. Fem**, Jan/June 2003, vol 11, p. 155-170

CARVALHO, M. P de.- Gênero e trabalho docente: em busca de um referencial teórico. In: BRUSCHINI, C e HOLANDA, H.B (orgs). **Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil**. São Paulo: FCC- São Paulo: ED 34, 1998. p. 381-407.

CASTRO, R; RIQUELME, F. **La investigación sobre violencia contra las mujeres em América Latina: entre el empirismo ciego y la teoría sin datos**. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19(1), 2003. p. 135-146.

CENTRO DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE VITÓRIA. **Se você se identifica com esse olhos procure o CEAV-ES** . [Vitória, 2002]. 1 folder.

CHAUÍ, M. A não violência do brasileiro, um mito interessantíssimo. **Almanaque: Cadernos de literatura e ensaios brasileiro**. n. 11.1980. p. 15-24.

_____. Ética, política e violencia. In: CAMACHO, T. (Org). **Ensaio sobre violência**. Vitória: EDUFES, 2003. p. 39-60.

_____. Participando do debate sobre a mulher e violência. In: FRANCHETTO, B; CAVALCANTI, M.L.V.C; HEILBORN, M.L. **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, v.4, 1984. p. 25-62.

CAHALI, Y. S. (Org) – **Constituição federal, código civil, código de processo civil**. Obra coletiva de autoria da Editora Revista dos Tribunais, com a coordenação de Giselle Melo Braga Tapai, 6º ed.ver,atual e ampli. São Paulo: Editora revista dos Tribunais, 2004. (RT- mini-códigos). Atualizados até 04.01.2004

COELHO JUNIOR, N. E. Da intersubjetividade à intercorporeidade: contribuições da filosofia fenomenológica ao estudo psicológico da alteridade. **Psicol. USP**, 2003, vol.14, no.1, p.185-209.

CORDEIRO, B. de S; COSTA, D.M – Considerações sobre a incorporação do tema gênero no âmbito das mercocidades: ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres. In: COSTA, D. L – **Gênero e Mercocidades brasileiras: violência contra mulheres**. Rio de Janeiro: EBAM/DES/ISER, 2003. p. 81-142.

DAY et al- Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **R. Psiquiatr. RS**, 25 (suplemento 1): 9-21, abril 2003.

DESLANDES, S. F., GOMES, R. e SILVA, C. M. F. P. da. Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher atendidos em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro. **Cad. Saúde Pública. [online]**. Jan./Mar. 2000, vol.16, no.1 p.129-137. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2000000100013&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-311X. Acesso em: abril de 2003

DE SOUZA, E; BALDWIN,J.R; ROSA, F.H da A construção social dos papéis sexuais femininos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2000, 13 (3). p. 485-496. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722000000300016&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-7972 Acesso em: 12 de outubro de 2003.

FREITAS, Regina. – **Mulher tem atendimento ampliado no Centro Integrado de Cidadania**. Disponível no site: <http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/cidadania/mulher.htm>. Acesso em 28 de dezembro de 2004.

FERES-CARNEIRO – T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, 1998, vol11, nº2, p 379-394.

_____. Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. **Estudos de Psicologia**, 2003, 8 (3), 367-374.

GARCIA, M.L.T; TASSARA, E.T de O – Problemas no casamento:uma análise qualitativa. **Estudos de Psicologia**, 2003, 8 (2), 127-133.

GARCIA, S. M. – Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero. In: ARIDA, M; UNBEHAUM RIDENT,S.G e MEDRODO, B . **Homens e masculinidades**: outras palavras. São Paulo:ECOS: Ed 24, 1998.p. 31-50.

GIFFIN, K. Violência de gênero, sexualidade e saúde. **Cadernos de saúde pública**. Rio de Janeiro: 10 (supl 1), 1994. p. 146-155.

GOMES, R. – A mulher em situação de violência sob a ótica da saúde. In: MINAYO, M.C; SOUZA, E.R de **Violência sob o olhar da saúde**: infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p.199-222.

GOMES, I.C; PAIVA, M.L de S – Casamento e família no século XXI: possibilidade de holding. **Psicologia em estudo**, Maringá, v 8, num. Esp., p. 3-9, 2003.

GONZÁLES-REY, F . **Personalidade, saúde e modo de vida**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

GREGORI, M. F. - **Cenas e Queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e práticas femininas. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1993. 218 p.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 102 p.

HARAZIM, D. A face do silêncio. **Veja**. Covardia: o terror das mulheres que vivem com homens espancadores. São Paulo, ano 31, nº 26, p. 80-87, 1/07/98.

HEILBORN, M.L Violência e mulher. In: VELHO, G; ALVITO, M (Orgs) **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996. p. 89- 98.

HEILBORN. M.L e GOUVEIA, P.F “Marido é tudo igual”: mulheres populares e sexualidade no contexto da AIDS. In: BARBOSA, RM & APRKER,R (Orgs) **Sexualidade pelo avesso**: direitos, identidades e poder. Rio de Janeiro:IMS-Uerj/Ed34, 1999. p. 174-198.

JOVCHELOVITCH, S. Re(des)cobrando o outro. In: ARRUDA, A. (Org) **Representando a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 69-82.

KRUGER, H. Breve histórico da psicologia social. In:_____ **Introdução à psicologia social**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1986. p.10-15

LAVILLE, C.; DIONNE, J. Em busca de informações. In:_____ **A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 165-196.

LANE,S. T.M – A psicologia social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In: Lane e outros. **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 11-19

LUNA, S. V. Sobre os critérios minimamente consensuais de fidedignidade e generalidade do conhecimento produzido. In: Souza, L; Freitas, M.F.Q; Rodrigues, M.M.P(Orgs). **Psicologia: reflexões (im)pertinentes**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. p. 295-316.

LUNARDI, V.L et.al – O cuidado de si como condição para o cuidado dos outros na prática de saúde. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Nov./Dec. 2004, vol.12, no.6, p.933-939

MACHADO , L. Z; MAGALHÃES, M. T. B. – Violência conjugal: os espelhos e as marcas. **Série Antropologia**, nº 240, Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie240empdf.pdf> . Acesso em: 12 de agosto de 2004.

MAGALHÃES, J. M. **Desafiando a violência no lar**. Trabalho apresentado no IV Congresso Português de Sociologia. Associação Portuguesa de Sociologia. Universidade de Coimbra, Portugal, abril de 2000. Grupo de Trabalho 8: Família, género e trajectos de vida. Acta 175. Disponível em : <http://www.aps.pt/ivcong-actas/Acta175.PDF>. Acesso em: 15 de novembro de 2003.

MARCUS, R. F; SWETT, B. **Violence in close relationship: the role of emotion**. *Agression and Violence Behavior* 8(2003), 313 – 327.

MELLO, S.L Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, M.C.B (org) **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002 p 51-61.

MENEGUEL, S. N et.al – Impacto de grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade de género. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 19 (4), jul-ago, 2003, p.955- 963.

MINAYO, C. de S. Análise de Conteúdo. In_____ : **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO p. 199-210.

MOITA, F.M.G.S.C – Educação, género e violência doméstica: cores fortes que entrelaçam os fios da genealogia e recorrência geracional. In: MINAYO, M.C; SOUZA, E.R de **Violência sob o olhar da saúde: infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 203-224.

MOLON, S.I – Algumas questões epistemológicas e éticas da psicologia: a avaliação em discussão. **Psicologia & Sociedade**. 16 (1); 108-123, número especial 2004.

MYERS, D. G – **Psicologia social**. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC editora, 2000. 422 p.

NICOLACI-da-COSTA, A M. - Ciberespaço: novas realidades, novos perigos, novas formas de defesa. **Revista Ciência e Profissão**, 2003.

_____. Quem disse que é proibido ter prazer on line? **Revista Ciência e Profissão**, 2002a.

_____. Internet: negatividade do discurso da mídia versus a positividade da experiência pessoal. **Estudo de Psicologia**, 2002b, 7(1), 25-36.

NOGUCHI, M.T et.al. – Entre quatro paredes: atendimento fonoaudiológico a crianças e adolescentes vítimas de violência. **Ciência e Saúde Coletiva**. 9(4):963-973, 2004.

OBERLING, A F. – Experiência de combate à violência contra mulher: resultados da pesquisa quantitativa. In: COSTA, D. L – **Gênero e Mercocidades brasileiras: violência contra mulheres**. Rio de Janeiro: EBAM/DES/ISER, 2003. p. 19-80.

OSTERNE, M.S.F – Usos e abusos da categoria de gênero: o lugar da dominação masculina. In: **Família, pobreza e gênero: o lugar da dominação masculina**. Fortaleza: EDUCE, 2001. 266 p.

PROGRAMA DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL - Disponível em: <http://www.ufes.br/%7Eproex/pavivis/> Acesso em: 12/01/2005

ROCHA-COUTINHO, M. L. A análise do discurso em psicologia: algumas questões, problemas e limites. In: Souza, L; Freitas, M.F.Q; Rodrigues, M.M.P(Orgs). **Psicologia: reflexões (im)pertinentes**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. p. 317-346.

SAFFIOTI, H. I.B; ALMEIDA, S. - **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995. 217 p.

_____. – Brasil: violência, poder, impunidade. In: CAMACHO ,T (Org) **Ensaio sobre violência**. Vitória: EDUFES, 2003. p. 85- 114.

SAFFIOTI, H.I.B – No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: MADEIRA, F.R (Org) **Quem mandou nascer mulher?** Estudos sobre crianças e adolescentes no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos tempos, 1997. p. 133-169.

_____. – O Estatuto teórico da violência de gênero. Em: SANTOS, J.V.T dos (Org) **Violência no tempo da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 145-163

SAZIRO, A M. ; FÉRES-CARNEIRO, T. Construções do feminino pós anos sessenta: o caso da maternidade como produção independente. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2002, 15(1). p. 179-188.

SAWAIA, B. A crítica ético-epistemológica da psicologia social pela questão do sujeito. **Psicologia e Sociedade**. 10(2):1117-136; jul/dez, 1998.

_____. Exclusão ou inclusão perversa. In: SAWAIA, B (Org) **As artimanhas da exclusão** – Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2002a. p. 7-13.

_____. Identidade: uma ideologia separatista? In: SAWAIA, B (Org) **As artimanhas da exclusão** – Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2002b. p. 119-128.

_____. Uma análise da violência pela filosofia da alegria: paradoxo, alienação ou otimismo ontológico crítico? In: SOUZA, L de, TRINDADE, Z.A (Orgs) **Violência e exclusão: convivendo com paradoxos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 21-42

SERRA. (2000-2004: Vidigal). **Núcleo de atenção aos apenados**. [por] Sérgio Vidigal, prefeito do município da Serra. Serra, 2002.

SERRA. (2000-2004: Vidigal).– **Violência doméstica: seu silêncio contribui para essa realidade**. Cartilha do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Serrana. [por] Sérgio Vidigal, prefeito do município da Serra. Serra, 2004. p. 1-6.

SILVA, R.N da - Notas para uma genealogia da psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, 16(2):12-19, maio/ago, 2004.

SORJ, B. e MONTERO, P. SOS – Mulher e a luta contra violência. In: FRANCHETTO, B; CAVALCANTI, M.L.V.C; HEILBORN, M.L. **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, ,1984. 4.v, p. 101-108.

TELES, M.L **O que é psicologia?** São Paulo: Brasiliense, 2003.71 p.

TOURINO, E.Z; CARVALHO-NETO, M.B; NENO, S. A psicologia como campo do conhecimento e como profissão de ajuda. **Estudos de psicologia**. 2004, 9 (1), 17-24.

UNBEHAUM-RIDENTE, S. G. A desigualdade de gênero nas relações parentais: o exemplo da custódia de filhos. In: ARILHA, M; RIDENTI, S. G. U e MEDRADO, B. (Orgs) **Homens e masculinidade: outras palavras**. São Paulo: ECOS/Editora 34, 1998. p. 163-184.

VANDELO, J. A; COHEN, D. Male honor and female fidelity: implicit cultural scripts that perpetuate domestic violence **Journal of Personality and Social Psychology**. 2003,84, nº 5 p 997-1010.

VILLELA, W.V Prevenção do HIV/AIDS, gênero e sexualidade: um desafio para os serviços de saúde. In: BARBOSA, RM & APRKER,R (Orgs) **Sexualidade pelo avesso: direitos, identidades e poder**. Rio de Janeiro:IMS- Uerj/Ed34, 1999. p. 199-213.

VITÓRIA. Prefeitura municipal de Vitória. **Núcleo de atendimento à mulher**. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/cidadania/programas.htm>. Acesso em 11/01/2005

WEITEN, M. **Introdução à psicologia**: temas e variações. 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002. 584 p.

WERTHEIMER, M. - Psicologia pré-experimental: primeiros desenvolvimentos. In: _____ **Pequena história da psicologia**. São Paulo: Editora Nacional, 1977. p. 17-29

YNOUB, R. C – Caracterización de los servicios de atención en violencia familiar del área metropolitana de Buenos Aires, Argentina In: **Caderno Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 14 (1), p 71-83, jan-mar, 1998.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista semi- estruturada

1) Sujeito

Data de nascimento:

Escolaridade:

Cidade de moradia:

Faculdade:

Estado civil (casado/ quanto tempo):

Ano de conclusão:

Filhos:

2) Psicologia

Tipo de vínculo trabalhista do psicólogo com o programa.

Tempo de atuação até o momento

Como funciona o atendimento da psicologia.

3) Concepções:

Relacionamento conjugal

Violência conjugal

Gênero: o que é ser homem e ser mulher.

Noções de gênero na situação de violência conjugal.

É possível combater a violência conjugal? Estratégias.

É possível prevenir a violência conjugal?

Como deve ser um trabalho que se destinasse à prevenção da violência conjugal?

Comente sobre as práticas atuais da psicologia no que se refere às pessoas envolvidas em situação de violência conjugal. Análise das condições materiais e humanas do atendimento.

4) Dados sobre o programa:

História sobre o surgimento.

Vínculos institucionais (mantenedores)

Objetivos

Clientela

Corpo técnico

5) atendimentos:

Encaminhamentos/ procedimentos iniciais diante do usuário/ organograma

APÊNDICE B - Termo de consentimento para a participação em projeto de pesquisa

Concordo em participar do projeto acima discriminado, nos seguintes termos:

<p>Projeto: O atendimento do psicólogo às vítimas de violência conjugal. Responsável: Danielle Cristina de Oliveira Orientador: Professor Dr. Lídio de Souza Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo/ Programa de Pós Graduação em Psicologia.</p>
<p>Justificativa e objetivo da pesquisa: Conhecer o funcionamento do atendimento psicológico às vítimas de violência conjugal através das falas de profissionais que trabalham em Programas Institucionais destinados a essa clientela nos municípios de Vitória, Vila Velha e Serra. A pesquisa não busca uma avaliação individual da prática profissional dos psicólogos.</p>
<p>Descrição dos procedimentos a que o participante será submetido. Serão realizadas entrevistas individuais com psicólogos que trabalham em programas de atendimento às mulheres e aos homens em situação de violência conjugal, nos municípios de Vitória, Vila Velha e Serra. As entrevistas serão realizadas no espaço físico da Instituição em que o profissional trabalha e gravadas, com o consentimento do participante, objetivando facilitar a análise de conteúdo. A identidade dos participantes será mantida em sigilo.</p>
<p>Benefícios esperados: Os resultados da pesquisa poderão ser divulgados através da participação em congressos e publicação de artigos em periódicos especializados. O levantamento de dados qualitativos sobre a prática do psicólogo no Estado possibilitará a atualização de informações sobre a realidade próxima e material teórico relevante para discussões acadêmicas sobre temas afins à atuação profissional nessa área, como a história dos programas, a inserção do psicólogo, os diversos tipos de atendimentos realizados por esses profissionais.</p>
<p>Identificação da participante: Nome: _____ RG: _____ Órgão emissor: _____</p>

Estando assim de acordo, assinam o presente termo de compromisso em duas vias:

 Participante

 Danielle Cristina de Oliveira

 Professor Dr. Lídio de Souza

Vitória, ___ de _____ de 2004.

APÊNDICE C – Termo de consentimento para a participação em projeto de pesquisa

Concordo, como responsável pela Instituição, que seja realizado o projeto de pesquisa abaixo discriminado, nos seguintes termos:

<p>Projeto: O atendimento do psicólogo às vítimas de violência conjugal. Responsável: Danielle Cristina de Oliveira Orientador: Professor Dr. Lídio de Souza Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo/ Programa de Pós Graduação em Psicologia.</p>
<p>Justificativa e objetivo da pesquisa: Conhecer o funcionamento do atendimento psicológico às vítimas de violência conjugal através das falas de profissionais que trabalham em Programas Institucionais destinados a essa clientela nos municípios de Vitória, Vila Velha e Serra. A pesquisa não busca uma avaliação individual da prática profissional dos psicólogos.</p>
<p>Descrição dos procedimentos a que o participante será submetido. Serão realizadas entrevistas individuais com psicólogos que trabalham em programas de atendimento às mulheres e aos homens em situação de violência conjugal, nos municípios de Vitória, Vila Velha e Serra. As entrevistas serão realizadas no espaço físico da Instituição em que o profissional trabalha e gravadas, com o consentimento do participante, objetivando facilitar a análise de conteúdo. A identidade dos participantes será mantida em sigilo.</p>
<p>Benefícios esperados: Os resultados da pesquisa poderão ser divulgados através da participação em congressos e publicação de artigos em periódicos especializados. O levantamento de dados qualitativos sobre a prática do psicólogo no Estado possibilitará a atualização de informações sobre a realidade próxima e material teórico relevante para discussões acadêmicas sobre temas afins à atuação profissional nessa área, como a história dos programas, a inserção do psicólogo, os diversos tipos de atendimentos realizados por esses profissionais.</p>

Identificação da participante: Nome: _____ RG: _____ Órgão emissor: _____
--

Estando assim de acordo, assinam o presente termo de compromisso em duas vias:

 Responsável pela Instituição

 Danielle Cristina de Oliveira

 Professor Dr. Lídio de Souza

Vitória, ____ de _____ de 2004.